

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO

KENNYA RAYANE BARBOSA DOS SANTOS

**LUGAR TURÍSTICO E OS MÚLTIPLOS SENTIDOS DO PATRIMÔNIO
CULTURAL EM ICÓ, CEARÁ**

SÃO PAULO

2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO

KENNYA RAYANE BARBOSA DOS SANTOS

**LUGAR TURÍSTICO E OS MÚLTIPLOS SENTIDOS DO PATRIMÔNIO
CULTURAL EM ICÓ, CEARÁ**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Turismo,
apresentado ao Departamento de Relações Públicas, Propaganda
e Turismo (CRP).

Orientação: Profa. Dra. Clarissa Maria Rosa Gagliardi

SÃO PAULO

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Santos, Kennya Rayane Barbosa dos
Lugar turístico e os múltiplos sentidos do patrimônio
cultural em Icó, Ceará / Kennya Rayane Barbosa dos Santos
; orientador, Clarissa Maria Rosa Gagliardi. -- São Paulo,
2020.
115 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Departamento
de Relações Públicas, Propaganda e Turismo/Escola de
Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia
Versão corrigida

1. Políticas de Preservação Cultural 2. Patrimônio em Icó 3.
Turismo Cultural 4. Categorias Geográficas I. Gagliardi,
Clarissa Maria Rosa II. Título.

CDD 21.ed. - 910

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

Nome: Santos, Kennya Rayane Barbosa dos

Título: Lugar Turístico e os Múltiplos Sentidos do Patrimônio Cultural em Icó, Ceará

Aprovado em: ___ / ___ / ___

Banca:

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

À minha vó, por todo amor e carinho. Pelas histórias contadas durante a minha infância, que despertaram em mim a curiosidade sobre o mundo para além do sítio em que vivemos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo equilíbrio espiritual fundamental, principalmente nas adversidades.

À toda a minha família: meu pai, Luiz, pela sua inteligência e senso criativo que com muito humor transmite a nós, minha mãe, Ducilene que nas suas atitudes como professora me mostrou a importância da educação para o desenvolvimento pessoal e do nosso entorno. Aos meus irmãos, Guilherme, Kessya, Gustavo, Vitória e Laura, tios, primos e avós. Pelo suporte, carinho e motivação diárias.

Às minhas amigas, Daiane (ou como me referi a ela nesses últimos meses: “minha coorientadora”) e Bárbara, por estarem comigo todos esses anos de graduação, me motivando e sempre compartilhando conhecimento e apoio, tanto neste estudo quanto em outros. *Gamsahamnida* (Obrigada).

Ao meu namorado, Hermes Henrique, por me fazer acreditar mesmo em momentos que achei que não ia conseguir dar conta.

À minha orientadora, Clarissa, pela paciência, atenção e cuidado, sempre disponível mesmo em meio a tantos compromissos. Sinto-me honrada por contar com a sua orientação. A sua atitude crítica sempre foi alvo da minha admiração.

À minha tia Marilene, à minha prima Beatriz, ao Victor e ao Oswaldo, por me acolherem durante todo o tempo em que estive em São Paulo. O suporte que recebi de vocês foi o que me trouxe até aqui.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e com esta pesquisa.

“A tradição, em suma, contribui de maneira básica para a segurança ontológica na medida em que mantém a confiança na continuidade do passado, presente e futuro, e vincula esta confiança a práticas sociais rotinizadas”.

Giddens, p. 95, 1990.

RESUMO

O que as políticas públicas de preservação cultural provocam no território, no lugar e na paisagem da cidade de Icó e em que medida influenciam o turismo nesta localidade? Esta pesquisa busca através de revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de entrevista semiestruturada analisar as implicações das políticas de preservação cultural no conjunto arquitetônico e urbanístico tombado de Icó-CE e suas influências no turismo da cidade sob o olhar das categorias geográficas. A produção cultural alinhada aos recursos naturais criou no território as referências culturais que estão expressas no modo de vida sertanejo, porém, quando se “oficializa” um tipo de patrimônio se corre o risco de indiretamente desvalorizar os demais. O tombamento desses bens acentua o seu caráter “oficial”, o que abre espaço para um possível não reconhecimento dos demais patrimônios locais, e as políticas públicas, que têm a função de organizar a vida social no espaço geográfico, acabam por não abranger completamente a sua complexidade. O turismo se beneficia do patrimônio transformando os seus bens em atrativos, além disso, quando bem planejado, pode atribuir-lhes novas funções a partir da promoção da sua valorização. Contudo, como resultado da pesquisa foi encontrado que Icó não tem um fluxo turístico considerável, estudos que se aprofundem em conhecer melhor o perfil do turista que vai à cidade ou pesquisas que mensuram a atual visitação.

Palavras-chave: Políticas de Preservação Cultural. Patrimônio em Icó. Turismo Cultural.

ABSTRACT

What do public policies for cultural preservation cause in the territory, place and landscape of the city of Icó and to what extent do they influence tourism in this location? This research seeks through bibliographic review, document analysis and application of a semi-structured interview to analyze the implications of cultural preservation policies in the architectural and urban ensemble registered in Icó-CE and its influences on city tourism from the perspective of geographic categories. Cultural production aligned with natural resources created in the territory the cultural references that are expressed in the country life, however, when one type of heritage becomes “official”, there is a risk of indirectly devaluing the others. The tipping of these assets accentuates their “official” character, which opens space for a possible non-recognition of other local assets, and public policies, which have the function of organizing social life in the geographical space, end up not completely covering its complexity. Tourism benefits from heritage by transforming its assets into attractions, in addition, when well planned, it can assign new functions to them by promoting their valuation. As a result of the research it was found that Icó does not have a considerable tourist flow, studies that go deeper into better understanding the profile of the tourist who goes to the city or surveys that measure the current visitation.

Key-Word: Cultural Preservation Policies. Heritage in Icó. Cultural Tourism.

LISTA DE SIGLAS

USP	Universidade de São Paulo
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
PROURB	Programa de Urbanização
UFCA	Universidade Federal do Cariri
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
APROARTI	Associação dos Produtores de Artesanato, Gestores Culturais e Artistas de Icó
IESA	Instituto de Estudos do Semiárido
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
AMICÓ	Associação de Amigos de Icó
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado do Ceará
PRODETURIS	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral do Ceará

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ceará e Icó no território brasileiro	25
Figura 2 – Icó e seus principais rios: Salgado e Jaguaribe	28
Figura 3 – Unidades geoambientais de Icó: sertões, planícies e serras secas.....	29
Figura 4 – Principais vias do Ceará colonial	31
Figura 5 – Ponte Piquet Carneiro, um dos principais meios de integração rodoviária de Icó e uma das entradas da cidade	34
Figura 6 – Fachada frontal da Igreja N. Sr. ^a da Expectação durante obras de restauro promovidas em 1999 pelo Iphan e fachada frontal em 2014.....	40
Figura 7 – Fachada frontal da Igreja N. Sr. ^a da Expectação durante obras de restauro promovidas em 1999 pelo Iphan e fachada frontal em 2014.....	40
Figura 8 – Unidades fitoecológicas de Icó	42
Figura 9 – Dinâmica territorial de Icó	46
Figura 10 – Centro comercial de Icó com muita movimentação e vazio	49
Figura 11 – Apresentação musical do núcleo de música.....	54
Figura 12 – Apresentação musical do núcleo de música.....	56
Figura 13 – Mercado Municipal durante feira pública	58
Figura 14 – As chuvas em Icó são elementos importantes na paisagem local	59
Figura 15 – Sobrados e becos de Icó constituem o patrimônio histórico do município.....	64
Figura 16 – Igreja de N. Sr. ^a da Expectação	65
Figura 17 – Foto histórica da Igreja N. Sr. ^a . da Expectação fundada em 1709	66
Figura 18 – Núcleo tombado do sítio histórico de Icó	67
Figura 19 – Tropeiros em Icó-CE (1962)	68
Figura 20 – Perímetro de entorno do sítio histórico	68
Figura 21 – Conjunto Arquitetônico e Urbanístico tombado em Icó-CE.....	71
Figura 22 – Fachada do Teatro Municipal e o seu interior.....	72
Figura 23 – Uma das faces da Rua Ilídio Sampaio e da Rua General Piragibe.....	73
Figura 24 – Casarios particulares	78
Figura 25 – Altar-mor da Igreja do Senhor do Bonfim	93
Figura 26 – Regiões turísticas do estado do Ceará.....	96

Sumário

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVOS	15
1.2 MATERIAS E MÉTODOS	16
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	18
3 ICÓ E SUA NARRATIVA HISTÓRICA SOB A ÓTICA GEOGRÁFICA	24
3.1 TERRITÓRIO: RAIZES CULTURAIS DOS GRUPOS SOCIAIS QUE PARTILHAM DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE ICÓ	41
3.2 LUGAR E PAISAGEM EM ICÓ: O SENTIR E O VER O ESPAÇO GEOGRÁFICO	51
4 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DE ICÓ.....	70
4.1 POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.....	79
5 TURISMO CULTURAL EM ICÓ.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS.....	102
APÊNDICE A	105

1 INTRODUÇÃO

A análise da trajetória das políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro mostra que no final do século XX e início do XXI ocorre uma maior descentralização das ações do Iphan, que busca institucionalizar em sua gestão um diálogo transversal para o desenvolvimento, que por sua vez, está seguindo uma tendência mundial estimulada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). No Brasil existe há um certo tempo uma série de programas, planos e ações amparadas neste paradigma que apontam que a gestão do patrimônio histórico deve ser mais participativa e sustentável (SANTOS, 2011).

O tombamento foi apresentado durante muitos anos como o principal instrumento para a preservação do patrimônio material (SANTOS, 2011), o que criou no Brasil uma série de cidades com sítios históricos, cheios de edifícios tombados, principalmente que remetem à época colonial, pois esta foi eleita pelas políticas como sendo a “mais” representativa para a nação.

Uma cidade tombada, por isso, histórica, é um fator de atração turística muito devido à sua paisagem diferenciada. A discussão se dá pela validade desses tombamentos, o quanto tornam o espaço “congelado” e assim o impedem de receber as novas influências culturais, mas também é uma garantia para a continuidade da memória: o quanto colocar em evidência uma “identidade” acaba ofuscando outras tão importantes quanto (PIRES, 2003).

O amadurecimento dessas discussões e as observações de práticas adotadas por localidades e instituições levou ao surgimento de ações que visam mudar este quadro, por exemplo, ações de educação patrimonial com o objetivo de ajudar a manutenção da identidade local, considerando que esta é complexa e não uma imagem-síntese que muitas vezes os sítios tombados atribuem aos lugares.

Dentro desse contexto, o turismo é uma alternativa apontada para caminhar em conjunto com as ações de preservação e, consequentemente, a preservação do patrimônio é debatida pelos profissionais de turismo que veem nela um atrativo para incentivar o fluxo de turistas no lugar.

Este trabalho tem como intuito realizar uma análise do impacto que as políticas de preservação cultural relacionadas ao patrimônio histórico podem provocar em um lugar, através do levantamento das ações que os órgãos oficiais de preservação — como por exemplo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) — promovem no patrimônio cultural de um lugar, na sua paisagem e território e em que medida isso influencia o turismo, tomando como estudo de caso a cidade de Icó no estado do Ceará, mais especificamente o conjunto arquitetônico e urbanístico tombado no município.

O problema em questão é avaliar como esses órgãos responsáveis pelo patrimônio nacional e as suas ações políticas em Icó têm impactado na realidade do lugar, olhando para a sua identidade, sua memória e o desenvolvimento socioeconômico do município, além de outras atribuições que estão diretamente relacionadas ao conceito de categorias geográficas, ou seja, a paisagem, as pessoas, as atividades que se desenvolveram e são desenvolvidas e de que maneira isso tem influenciado o turismo.

Logo, existiu a necessidade de avaliar se a gestão participativa está acontecendo e se as ações de educação patrimonial estão sendo usadas em Icó, e o impacto que está sendo gerado no campo da identidade, direito à memória e desenvolvimento socioeconômico. E assim, este trabalho contribui com apontamentos críticos a essa forma de atuação (política) e averigua as suas influências no turismo local.

Os trabalhos relacionados a este tema em Icó apontam a imagem da cidade como “tombada e decadente” e é questionado sobre o que está sendo feito para mudar essa realidade (NASCIMENTO, 2002). Em sua maioria têm a visão de arquitetos e historiadores, deixando uma lacuna onde o campo do turismo pode também ter voz, uma vez que a maioria dos programas mais representativos na cidade com relação ao patrimônio — como o Programa de Urbanização (PROURB) do Governo do Estado e o Programa Monumenta do Governo Federal — têm em seus discursos o turismo como principal solução para a problemática socioeconômica (NASCIMENTO, 2002).

Um dos principais motivos que incentivou a pesquisadora a ingressar no ensino superior foi a vontade de adquirir conhecimento e tentar, através dele, contribuir para a sociedade, principalmente na realidade social da região em que nasceu. O município de Icó foi escolhido como objeto desse estudo por ser o lugar no qual mora a pesquisadora e com o qual ela mantém forte laço afetivo. Ao longo da graduação de turismo os assuntos apresentados nas disciplinas ministradas sempre foram muito pertinentes para este objetivo e, por vezes, foi possível fazer

associação com a realidade do Ceará. As viagens de campo realizadas para a região do Vale do Paraíba em São Paulo também ajudaram a entender a dinâmica vivida por cidades do interior que detém um patrimônio histórico-cultural reconhecido e buscam fomentar o turismo local. Esta realidade apresenta considerável semelhança com Icó.

A estrutura do trabalho está organizada em cinco capítulos, sendo o primeiro esta introdução. O segundo capítulo é a revisão da literatura, onde se comenta quais obras direcionam a pesquisa; o terceiro capítulo é intitulado “Icó e sua narrativa histórica sob a ótica geográfica”, onde é narrada a formação histórica da cidade e feita a análise dos principais elementos que tornam o lugar singular, além da abordagem da paisagem cultural que o compõe.

O quarto capítulo é “O patrimônio Histórico-Cultural de Icó”, que aponta diretamente quais bens são tidos como patrimônio histórico-cultural. O quinto, “Turismo Cultural em Icó”, versa sobre o uso desse patrimônio histórico como atrativo turístico, além de contextualizar a estrutura do turismo no espaço geográfico de Icó e do Ceará. Por fim, encontra-se a conclusão, onde se expressa a compreensão acerca da interrelação entre o patrimônio histórico-cultural e o seu uso no turismo de Icó, evidenciando a importância do turismo ser tratado em segundo plano, e que os investimentos devem ser primeiramente direcionados a questões mais básicas como educação, saúde, segurança e infraestrutura.

1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o impacto das políticas de preservação cultural no patrimônio histórico da cidade de Icó e sua influência na atividade turística, tendo por referência as categorias geográficas de lugar, paisagem e território. Os objetivos específicos são:

- I) Realizar o levantamento do patrimônio histórico-cultural tombado na cidade de Icó;
- II) Realizar escuta com os atores governamentais e institucionais relacionados à questão patrimonial e turística na cidade;
- III) Identificar os vínculos entre os atores sociais e o território e em que medida o patrimônio tombado os representa;

- IV) Identificar como se dá a gestão do patrimônio da perspectiva participativa;
- V) Entender como se dá o uso turístico do patrimônio cultural local.

1.2 MATERIAS E MÉTODOS

Este é um estudo exploratório, pois o tema tratado aqui é amplo e precisa de esclarecimentos e delimitações para que em estudos posteriores ofereça um problema de pesquisa mais preciso (GIL, 2008, p. 50). Se fez uso de revisão da literatura e pesquisa documental sobre o tombamento do patrimônio histórico da cidade, tendo como principais documentos de análise o processo de tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó (1997). A revisão da literatura focou principalmente na análise da cidade a partir das categorias geográficas de território, lugar e paisagem, pois é por meio destes conceitos que são identificadas as referências culturais que promovem nos indivíduos vínculo emocional com o espaço: como essas referências são sentidas, estão visíveis, tornam-se patrimônio e figuram como atrativos do turismo cultural. Assim, observa-se a realidade em que se encontra Icó. Para tanto, foram escolhidos diferentes métodos e procedimentos de pesquisa, com a finalidade de atingir os objetivos do trabalho (GIL, 2008).

Foi realizado um estudo de caso que tem por objetivo levantar os problemas atuais e as suas prováveis causas relacionadas às políticas de preservação cultural na cidade e à sua influência no turismo cultural local. O instrumento de coleta de dados foram entrevistas semiestruturadas e realizadas à distância (enviadas por e-mail), devido às limitações impostas pela pandemia da covid-19, que tornou impossível a realização de um trabalho de campo, o qual possibilitaria uma melhor observação da realidade da cidade e uma melhor coleta de dados primários, com um corpo de atores mais amplo.

As entrevistas realizadas foram direcionadas aos atores institucionais e públicos (Iphan e Governo Municipal), pois diferente dos outros atores (comunidade, associações, *trade* e turistas) que possuem “voz”, esses são os que possuem “voto” nas diretrizes políticas (HOWLETT; RAMESH; PERL; 2013, p. 158; VEAL, 2011) e por consequência têm uma alta capacidade de modificar a realidade do espaço vivido e impactar o corpo social. Contudo, até o final da pesquisa não foi possível coletar as entrevistas direcionadas ao Iphan, devido a procedimentos burocráticos e solicitação de aprovações internas. Ouvir o Iphan e os demais

atores em outro estudo também é importante para se ter uma visão mais ampla da discussão e analisar outros elementos que não foram considerados. Principalmente sobre a gestão do patrimônio histórico. De todo modo, através da bibliografia foi possível colher informações dos moradores e da academia sobre o tema estudado aqui.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Ao pensar em analisar o impacto que as políticas de preservação cultural provocam em Icó, a base para a realização desta pesquisa está amparada na bibliografia das disciplinas ministradas durante a graduação do curso de Turismo da Universidade de São Paulo (USP), sendo “Patrimônio Cultural em Turismo e Bens Imateriais” relevante quanto ao entendimento da importância dos bens culturais para uma comunidade e para o turismo, além das suas dificuldades de conservação. Com o suporte dessa disciplina também é possível entender que um patrimônio cultural é formado a partir de referências culturais (que se utilizam de elementos materiais e imateriais), muito significativas para uma comunidade, pois remetem às suas origens, e criam a sua identidade. O turismo utiliza esses bens culturais como fator de atração aos visitantes, pois a maioria são singulares e despertam curiosidade. Em contrapartida, o turismo, quando bem planejado, contribui também com a valorização desses bens, atribuindo um uso secundário à sua função social. Por exemplo, as celebrações religiosas que acontecem em Icó primeiramente têm como objetivo ser uma expressão de fé, mas também servem como um atrativo turístico.

O livro “*Os arquitetos da Memória: Sociogênese das Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil (anos 1930-1940)*” e o livro “*Patrimônio Histórico Cultural*” da coleção ABC turismo contribuíram para uma compreensão sobre o sentido do patrimônio cultural no Brasil e sobre a ideia de que patrimônio histórico-cultural é algo construído, que foi idealizado e selecionado por um grupo para servir de instrumento ao desenho da história da nação, e isso ocorreu tanto na Europa quanto no Brasil. Isso ajuda a entender o quanto definir um bem como sendo oficialmente representativo da história de Icó — por exemplo os casarões tombados que remetem às influências da elite colonial portuguesa e francesa — reforça essa herança cultural. O problema consiste quando esse reforço é feito sob a ótica de uma minoria e não está presente em outras referências culturais tão importantes quanto a herança cultural “representativa”.

A autora Françoise Choay (2001) é usada no entendimento da função do patrimônio material edificado através da sua obra “*Alegoria do Patrimônio*”, que trata, entre diversas questões dos sentidos de monumento e monumento histórico. Apesar do conceito de monumento estar em desuso atualmente, a discussão que ela realiza em torno de sua função

pode ser considerada para conceituar a função do patrimônio histórico-cultural material de Icó, já que os casarões tombados são os “monumentos” daquela realidade.

Ainda sobre patrimônio, a autora Maria Cecília Londres Fonseca (2003), em sua publicação “Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural”, trata sobre o que a expressão “patrimônio histórico e artístico” remete às pessoas, que na época da sua publicação era somente o patrimônio material edificável, caracterizado pelo conjunto de monumentos antigos que geravam o sentimento de “devemos preservar”. A autora levanta argumentos sobre a importância de também considerar o patrimônio imaterial do lugar, e pouco após sua publicação essa noção já era estimulada pela UNESCO através do conceito de paisagem cultural.

O reconhecimento do campo imaterial avança a nível mundial com a Recomendação de Paris (2003), quando a UNESCO efetivamente definiu o que é o patrimônio imaterial e quais as recomendações aos Estados-Membros para a implementação de uma política de preservação desse tipo de patrimônio e onde a participação das comunidades é central nesta Carta Patrimonial. A maneira como a autora descreve a importância da articulação entre os elementos materiais e imateriais do patrimônio e o reforço que a Carta Patrimonial faz à participação da comunidade é considerável para entender se em Icó existe essa articulação, ou se o patrimônio histórico-cultural está posto de forma isolada, dando abertura ao desenvolvimento de um “não lugar”. Para essa compreensão, um estudo de campo averiguando o uso atual do conjunto tombado, identificando quais elementos imateriais compõem a sua paisagem cultural, facilitaria o entendimento em relação àquela área se tratar, ou não, de um “não lugar”.

Foram elaboradas perguntas como: “Qual o significado do conjunto de bens tombados atualmente? É o mesmo de quando foi tombado ou hoje há outros elementos (materiais ou imateriais) que precisam estar integrados às políticas patrimoniais?” Baseado nas respostas foi possível ver os elementos imateriais que estão presentes na realidade de Icó e que são indicativos de que se trata de um lugar. Porém, essa questão foi direcionada ao Iphan, do qual não foi possível realizar a entrevista. Outras questões foram: “Quais são as principais comemorações (como festas, encontros sociais, etc.), as formas de trabalhos mais tradicionais (como artesanato, comércio, os tipos de serviços mais recorrentes, etc.) ou as atividades que são desenvolvidas na cidade que atualmente tem relação com os bens tombados?” Estas foram direcionadas à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultural e Turismo, da qual se teve retorno. A existência dessas atividades tradicionais na paisagem tombada contribui para a

riqueza da paisagem cultural, contudo, se são realizações de cunho mercadológico, há a possibilidade de promover uma paisagem artificial, com uma “fetichização” maior. E se a definição de quais bens são representativos do patrimônio histórico-cultural de Icó não contam com o protagonismo da comunidade, existe uma grande lacuna na sua gestão.

A bibliografia que ajuda a entender um pouco mais a visão da comunidade sobre o patrimônio tombado é o artigo “Diálogos Sobre o Patrimônio: Práticas Extensionistas Realizadas pela UFCA Em Icó-Ce”, que versa sobre estudos quantitativos e qualitativos que tratam de questões gerais sobre o patrimônio histórico, bem como da relação estabelecida entre os moradores de Icó e os órgãos responsáveis pela salvaguarda dos bens patrimoniais, evidenciando que existe uma tensão entre eles. Contudo, o artigo foca nos moradores que têm relação direta com os bens tombados, os proprietários, faltando ouvir os demais moradores. Neste artigo também se observa a visão da academia sobre essa questão.

O planejamento do turismo de forma ordenada pode ser desenvolvido mediante políticas públicas efetivas — cujos instrumentos são programas, planos, projetos e ações que ajudam a ordenar a vida em sociedade e assegurar o direito das pessoas —, que contam com a participação da sociedade civil, terceiro setor e instituições privadas. A disciplina “Políticas Públicas de Turismo” contribui para um panorama da estrutura deste campo institucional, demonstrando como ocorre o seu funcionamento em cada esfera política (municipal, estadual, federal e mundial) e sua aplicação ao turismo.

Sendo assim, a sociedade pode se articular para ter voz e tornar o tema do turismo e da conservação do patrimônio cultural uma pauta na agenda política. Uma vez que este assunto ganha destaque, iniciam-se os debates que moldam as diretrizes que irão assegurar a resolução dos problemas. A compreensão desses instrumentos políticos é necessária para entender como o patrimônio cultural de Icó foi alvo de uma política de preservação cultural.

Se esse foi um caminho participativo — já que o patrimônio é um conjunto de referências culturais de uma comunidade —, em tese esse desejo de assegurar a sua conservação vai partir dela. Para tanto foram mapeados os articuladores responsáveis por levar essa pauta à agenda política federal, usando como pesquisa documental a análise do processo de

tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó (1997) nos diversos documentos que o compõe¹.

O artigo “Trajetória, descentralização e aproximação: as políticas de preservação do patrimônio cultural imaterial no âmbito do plano de ação para as cidades históricas Pac/Ch” foi útil ao destacar como a gestão do patrimônio cultural precisa ser mais participativa, ao mostrar que ao longo dos anos a elaboração dessas diretrizes no Brasil nem sempre foi escrita via participação municipal, sendo sempre elaboradas e definidas na esfera federal.

Para aprofundar a análise da atuação das políticas públicas em Icó, com ênfase nas políticas de preservação cultural, a dissertação de mestrado do autor José Clewton (2002), intitulada “Uma Princesa ‘Tombada’ às Margens do Rio Salgado: Dinâmica Urbana e Ações Preservacionistas na Cidade de Icó, CE”, foi usada, pois aborda através da visão da arquitetura o histórico das ações do Iphan e outros órgãos no tombamento do sítio urbano da cidade, e levanta questões quanto ao fato da cidade ser “tombada e decadente” e o que está sendo feito para mudar este quadro. O principal documento que o autor usa na sua dissertação também é o processo de tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó (1997). A dissertação também foi usada como referência para a história de Icó, visto que as fontes são escassas e algumas de difícil acesso em meios digitais.

Mas antes de chegar a esta análise micro, a pesquisa perpassa por outros elementos que contextualizam melhor o assunto turismo e patrimônio cultural na realidade de Icó e que foram extraídos das disciplinas “Dimensão Espacial do Turismo I e II”. Nelas são ministrados os conceitos cruciais para compreensão da atividade turística no espaço geográfico, mostrando como ocorre o arranjo dos serviços turísticos em determinado espaço e como eles interagem em redes para conduzir o turismo naquela realidade de forma ordenada, a evitar externalidades negativas, como a gentrificação das áreas turísticas. As disciplinas fornecem os conceitos de espaço geográfico aplicados no turismo, permitindo identificar como o turismo está inserido nas categorias de paisagem (sendo o elemento visível e primeiro percebido), lugar (que contém as referências comuns àquela comunidade e que gera o sentimento de pertencimento), território

¹ Como estudo de caso, foi proposta a aplicação de entrevista semiestruturada com a arquiteta responsável pelo acervo, estudo e processo de tombamento e com a chefe de escritório técnico do Iphan em Icó, porém, até a finalização da pesquisa, não foi possível realizá-las.

(que é a delimitação em que ocorre a articulação e luta dos poderes que criam as referências culturais) e como faz uso dos seus elementos.

Para delimitação inicial da realidade geográfica de Icó foi realizada a definição das categorias geográficas e para isso foi utilizado o autor Milton Santos — reconhecido pela sua contribuição para a geografia —, que criou as categorias de análise que possibilitaram uma visão mais epistemológica do espaço geográfico. Verificou-se quais as principais técnicas, quais os tempos e quais os sistemas de objetos e ações que foram e são responsáveis por moldar o território, lugar e paisagem de Icó.

Além dos documentos de processo de estudo e tombamento de Icó (1997) e da dissertação de José Clewton (2002) já citados aqui e que tratam diretamente sobre o patrimônio da cidade, outra importante obra é o livro do autor Miguel Porfirio de Lima, dividido em dois volumes e intitulado “*Icó em Fatos e Memória*”; é uma das obras mais conhecidas sobre o patrimônio da cidade e muitas vezes usada de base para as pesquisas realizadas sobre os assuntos históricos do município. Essas referências, em conjunto, tratam da história do município, sua constituição, mitos e crenças, ou seja, as suas referências culturais e os seus monumentos, aquilo que constitui a essência identitária do povo icoense.

Para uma compreensão específica do segmento, as disciplinas “Turismo Histórico-Cultural I e II” auxiliam na compreensão de em que medida o patrimônio histórico-cultural pode se configurar como atrativo turístico. É a partir destas disciplinas que se entra mais especificamente no entendimento do uso das cidades históricas pelo turismo e as implicações peculiares de gestão desses lugares. As cidades tombadas, por isso, históricas, são um fator de atração turística muito devido à sua paisagem diferenciada, e a divulgação de tal paisagem estimula o turismo na cidade. A discussão se dá pela validade desses tombamentos, o quanto tornam o espaço “congelado” e assim impedem-no de receber as novas influências culturais, mas também é uma garantia para a continuidade da memória.

Colocar em evidência uma “identidade” acaba ofuscando outras tão importantes quanto e é sobre isso que Pires (2003) discorre: sobre os problemas que esses lugares enfrentam e que afetam a prática de um turismo sustentável. Em seu artigo “Gestão de Cidades Históricas para o Turismo: questões teóricas e práticas” nota-se que a falta de uma gestão responsável e a necessidade de ações políticas imediatas e não contínuas para atração de votos abre espaço para a estruturação de uma visitação inadequada, que prejudica a localidade e não promove a valorização adequada do seu patrimônio histórico-cultural.

O caderno publicado pelo Ministério do Turismo (2010), intitulado “Turismo cultural: orientações básicas”, foi usado para entender esse segmento aqui no Brasil e quais são as características atribuídas aos seus produtos turísticos. Por isso, entender a gestão do patrimônio histórico-cultural de Icó e como se estruturou o turismo cultural vai informar se a cidade está caminhando para desenvolver um turismo histórico-cultural sustentável. Além da entrevista aplicada ao Coordenador de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo, Cláudio Pereira (2020), para entender como ocorre o turismo em Icó, com ênfase no segmento cultural, toda a bibliografia tratada até aqui remete a trabalhos que fundamentam a análise do espaço e do patrimônio cultural, a avaliação das políticas de preservação cultural, além da sua relação com o turismo cultural.

3 ICÓ E SUA NARRATIVA HISTÓRICA SOB A ÓTICA GEOGRÁFICA

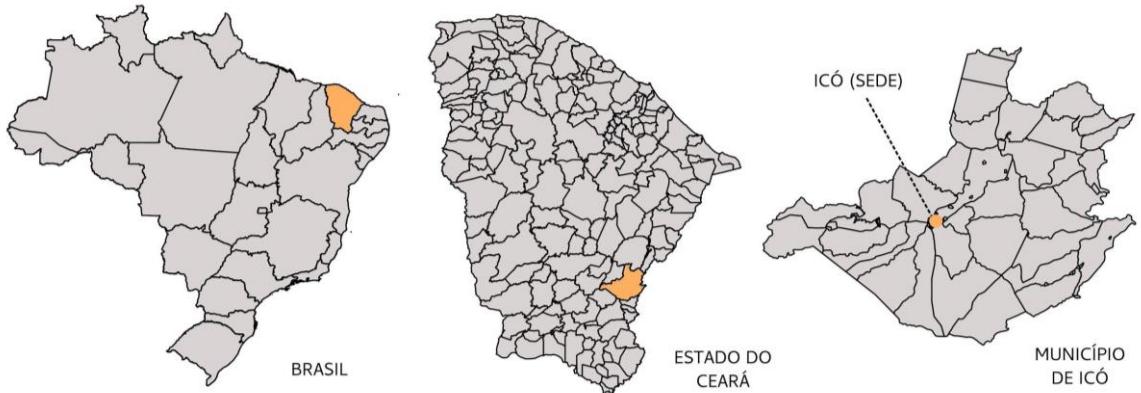
O principal autor utilizado na abordagem geográfica é o geógrafo Milton Santos, responsável por desenvolver novas compreensões sobre o espaço geográfico e considerado por alguns colegas como refundado da geografia contemporânea. Sua principal obra consultada é seu último livro, “*A Natureza do Espaço*” (1996), no qual ele busca compreender o espaço geográfico, ou seja, realizar uma interpretação da realidade que envolve o homem. Mas por onde começar a leitura da realidade? Seria pela produção social humana, pois “em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições” (SANTOS, 1996, p. 33).

Cabe a este trabalho observar quais foram as técnicas mais relevantes desenvolvidas no espaço geográfico de Icó. A ideia é contribuir para uma melhor teorização da realidade do lugar e de como convivem os diferentes grupos sociais que formam a população icoense. Tudo isso levando em conta suas alterações ao longo do tempo e olhando para sua formação socioespacial através da sua ocupação territorial. Isso possibilita ver as marcas que compõem o território e que hoje são tidas como referências culturais².

Os primeiros habitantes do território do Ceará — apresentado na Figura 1 — (e também do Brasil) foram chamados de “índios” pelos europeus. Mesmo apresentando diversas etnias, essa diferença não era considerada na designação dos grupos. Havia diversos povos indígenas e cada um tinha a sua própria cultura, com seu modo de vida, suas práticas de pesca, sua habilidade de coleta, suas estratégias de caça e suas crenças religiosas. Os indígenas falavam diferentes línguas e, mesmo eles sendo tão diferentes, foram divididos em dois grandes grupos: os *tapuias* e os *tupis*. A maioria dos indígenas que habitavam o litoral nordestino era do grupo tupi. A maior parte dos indígenas que moravam no sertão, que é o caso de Icó, era do grupo dos *tapuias* (IPHAN, 2011).

² Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura. De acordo com o Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação (2000, p. 14): “Trata-se de levar em conta um ambiente, que não se constitui apenas de natureza — vegetação, relevo, rios e lagos, fauna e flora, etc. — e de um conjunto de construções, mas sobretudo de um processo cultural — ou seja, a maneira como determinados sujeitos ocupam esse solo, utilizam e valorizam os recursos existentes, como constroem sua história, como produzem edificações e objetos, conhecimentos, usos e costumes”.

Figura 1 – Ceará e Icó no território brasileiro



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010 e 2017) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2019). Elaborado por Daiane Uinnes Faustino.

O sertão era tido como território livre para os indígenas que fugiam dos colonizadores, afastando-se do litoral até o início da expansão da pecuária. A partir daí tornou-se território de confronto: os colonizadores consideravam os indígenas indisciplinados e guerreiros. Os indígenas *icosinhos*, que viviam no sertão em que hoje está a cidade de Icó, eram *tapuias*. A população indígena possuía conhecimentos sobre a natureza e cultivava a terra; eles plantavam feijão, milho, algodão, mandioca e vários outros gêneros alimentícios. Além disso, utilizavam as plantas para a cura de doenças. Os diversos povos relacionavam-se principalmente por meio do escambo, principalmente a troca de gêneros alimentícios (IPHAN, 2011).

Conheciam a arte da guerra e guerreavam entre si. Alguns povos, antes mesmo da vinda do colonizador, lutavam pelo domínio dos territórios e por diferenças culturais e religiosas. O processo de ocupação das terras indígenas pelos colonizadores europeus foi sangrento. Os europeus aproveitaram-se das rivalidades entre os indígenas para promover alianças e fazê-los guerrear uns contra os outros. As disputas por terra entre os colonizadores e os indígenas ocasionaram a expulsão de alguns grupos para outros locais mais isolados dentro e fora do Ceará, provocando a morte de milhares de indígenas (IPHAN, 2011; IBGE, s.d.).

Embora as nações indígenas fossem guerreiras, não possuíam armas de fogo. Outro fator que provocou muitas mortes entre os indígenas foram as doenças trazidas pelos colonizadores. O contato com o colono europeu modificou costumes indígenas e causou mudanças no colonizador, que precisou se adaptar ao novo ambiente. Por se achar superior e civilizado, o

europeu buscou impor seu modo de vida aos indígenas, que consideravam selvagens, já que não eram cristãos nem tinham hábitos “civilizados”. A maioria dos indígenas não usava vestimentas, não falava a língua portuguesa e tinha hábitos sociais, alimentares e religiosos diferentes dos colonizadores europeus. Por esse motivo, não eram considerados “civilizados” (IPHAN, 2011).

Mesmo depois de tanta luta e disputa pelo uso da terra, alguns povos indígenas ainda habitam o território cearense, como por exemplo os *tremembés* no município de Itapipoca, os *jenipapo-kanindé* no município de Aquiraz; os *tapebas* no município de Caucaia e os *pitaguaris* nos municípios de Maracanaú e Pacatuba. Esses grupos buscam constantemente o reconhecimento da sua cultura e a demarcação das suas terras (IPHAN, 2011; IPHAN, 1997). A origem do nome Icó deriva da tribo *tapuia* da nação Cariri, que habitava as margens do Rio Salgado até o Rio do Peixe na Paraíba, e significa “água da roça”. Outra definição faz referência à copa de árvore da família das caparidáceas, conhecida como icozeiro (LIMA, 2018). Hoje em Icó não se encontram vestígios de comunidades indígenas que ocupavam seu território, mas certamente a herança cultural dos povos indígenas ainda está presente nesse território e precisa ser estudada. Os elementos que compõem o universo da cultura indígena também precisam ser mais detalhados, pois assim o povo icoense tem as suas origens mais esclarecidas sob a perspectiva desse grupo social.

As terras brasileiras foram de interesse para Portugal só após vários anos do seu descobrimento. Isso aconteceu pelo receio da crise advinda da quebra da hegemonia portuguesa sobre a rota de especiarias; outro fator foi o endividamento do expansionismo mercantil. Então, a colonização significava basicamente duas coisas: o ganho econômico pela exploração dos recursos contidos nas terras brasileiras e também o poder de dominação sobre este território. Como ferramenta de colonização Portugal fez uso de uma política urbanizadora: a Coroa Portuguesa concedeu capitâncias hereditárias e sesmarias a pessoas influentes e interessadas nas terras brasileiras. As sesmarias foram mais eficazes quanto ao avanço português na colonização do território (NASCIMENTO, 2002).

No período entre 1679 e 1829 a distribuição das sesmarias no Ceará teve como principal uso a pecuária extensiva. Isso demonstra que foi a pecuária o sistema produtivo que colonizou a capitania do Ceará (NASCIMENTO, 2002; IPHAN, 1997). Sobre a política urbanizadora que Portugal incentivou no Brasil, Nascimento (2002, p. 62) diz:

Era necessário conquistar, conhecer e colonizar o imenso território brasileiro. Num primeiro momento, a ação se restringiu à criação de vilas num movimento exploratório e de defesa, situadas em pontos estratégicos, atendendo aos requisitos do significado político de colonização.

Assim, observamos que a primeira elevação da localidade de Icó a Vila foi parte do plano colonial de urbanização para a exploração e defesa do território, território esse que se encontrava sobre o domínio das tribos indígenas, contrários a essa colonização. Houve confronto, já que este território era considerado estratégico para o colonizador e o lugar dos indígenas.

O sertão nordestino era de interesse para o colonizador, pois se apresentava como adequado para a pecuária extensiva, e os seus recursos naturais, como a disponibilidade de grandes extensões de terras, dando a possibilidade de desenvolver um sistema de criação, eram bem atrativos. Os recursos sociais, como forma de remuneração mais barata e a inexistência de um mercado competidor, além do estabelecimento de uma fazenda naquela época ser bem menos oneroso do que a criação de um engenho, facilitou esse processo de avanço da pecuária (NASCIMENTO, 2002). É desse sistema de produção e da implantação das formas-conteúdos atribuídas a ele, à exemplo as fazendas, que o espaço geográfico de Icó começa a desenvolver uma identidade cultural atrelada a elas, e não mais somente à produção indígena.

O aparato de objetos que as compõem e os sujeitos que estão inseridos nesse sistema de produção começam a desenvolver o seu modo de vida na imagem do curral de gado, do bebedouro dos animais, dos vaqueiros que cuidavam do pastoreio, do coronel que administra a fazenda, entre outros. Ou seja, foi a articulação entre o natural e o social, modificados pela ação humana, que desenvolveu em algumas áreas de Icó esse tipo de paisagem cultural que tem em seus elementos as referências à pecuária e ao cultivo indígena do solo. A interação entre esses elementos ocorreu porque o território de Icó foi alvo de interesse de grupos sociais distintos que lutaram ali e imprimiram sua cultura.

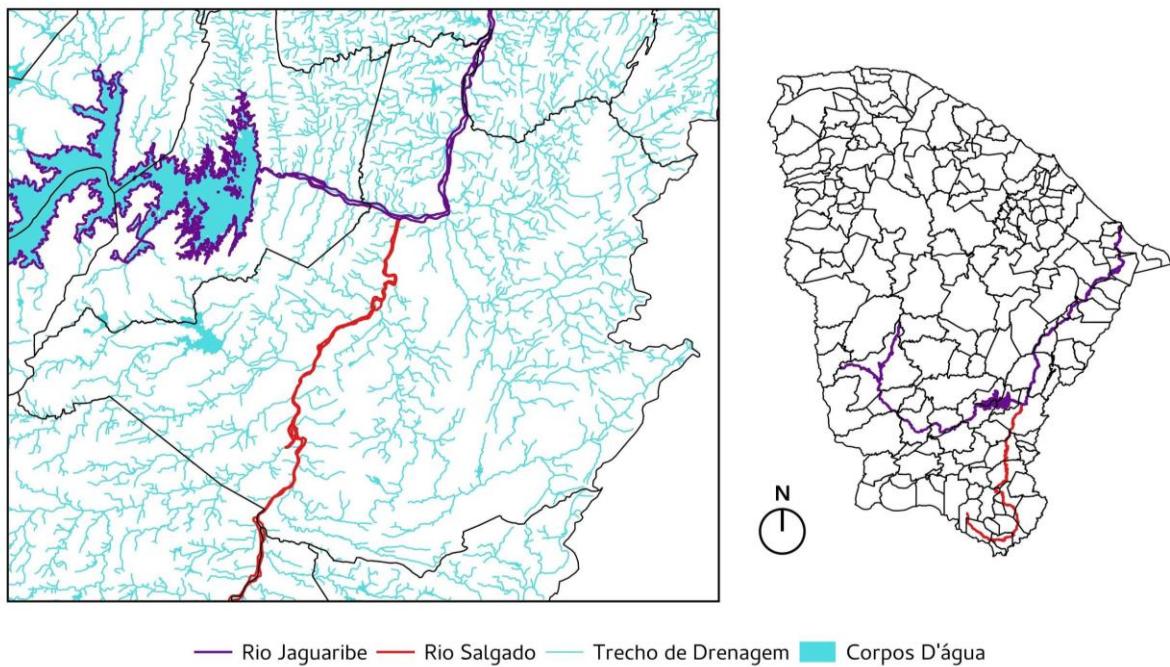
Em geral, a narrativa sobre a origem de Icó tem início com a chegada dos colonizadores à região. A história anterior é ainda pouco explorada e não se pode delimitar com clareza as referências culturais que são heranças desta época não tão longínqua. Sabe-se que por volta do século XVII a região era habitada pelas tribos que se opuseram intensamente à ocupação colonizadora. Foi entre as serras (do Pereiro e os vastos sertões do Cedro) que o capitão-mor Gabriel da Silva Lago ergueu uma paliçada — que é uma espécie de cerca feita com estacas

apontadas e fincadas na terra para defender os moradores da ribeira do rio Salgado — e ali surgiu o Arraial Novo, que hoje é a cidade de Icó.

Após grandes e sangrentas disputas entre sesmeiros, colonizadores e indígenas, o Padre João de Matos Serra, considerado prefeito das Missões, obteve a “pacificação”. O povoamento e o desenvolvimento da região ocorreram em torno das famílias Monte e Feitosa, detentoras de prestígio e domínio de vastas áreas do território. A partir de então foi erguida a capela de Nossa Senhora do Ó, nomeada a padroeira do povoado por Francisco Monte em meados do século XVIII (IBGE, 2020; IPHAN, 1997).

A figura colonizadora chegou a Icó através dos rios que passam pelo seu solo; era também às margens dos rios que os grupos indígenas estavam fixados, portanto, a água é um dos recursos naturais mais valorizados na região. Isso também acontecia no passado. Na Figura 2 estão representados os dois principais rios que serviram de caminho para a entrada do colonizador.

Figura 2 – Icó e seus principais rios: Salgado e Jaguaribe



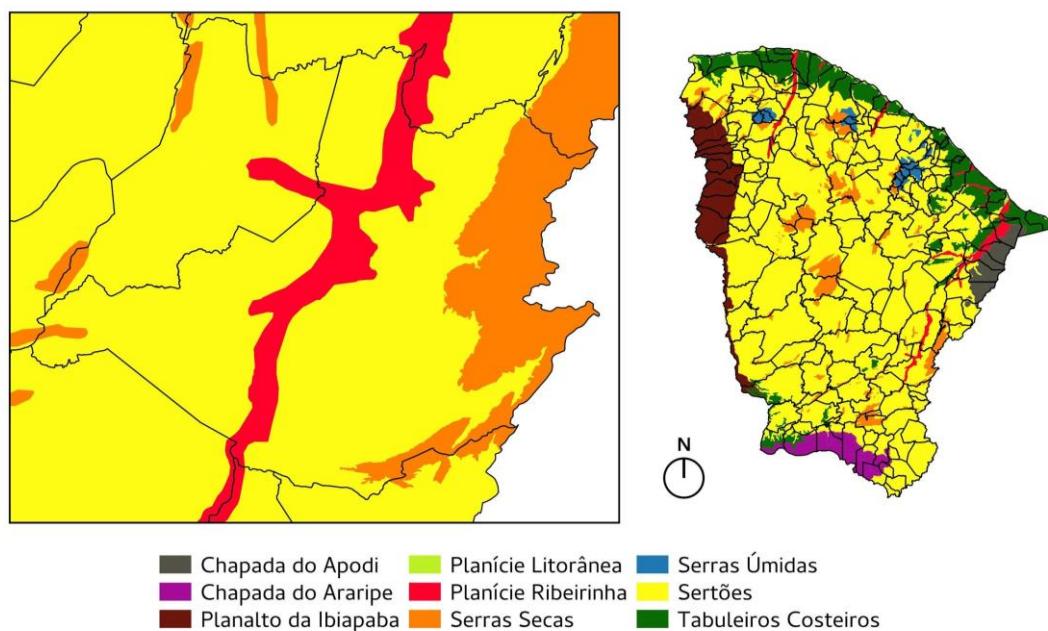
Fonte: Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (2008) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2019). Elaborado por Daiane Uinnes Faustino.

Historicamente, as fazendas foram se estabelecendo por volta do século XVIII ao longo dos rios, dado que facilitava o transporte dos exploradores. Duas correntes de exploração

chegaram ao território icoense, denominadas de “Sertão a dentro” e “Sertão a fora”. A primeira vinha do Rio São Francisco e a segunda de Pernambuco (IPHAN, 1997). A preferência por vales, entre serras, para a fundação das fazendas e vilas era motivada pela adequação desses locais, que se tornavam verdadeiros “currais naturais”, sendo lugares de pouso para as boiadas, que logo se transformavam em povoados e vilas (NASCIMENTO, 2002). Tanto que é essa mesma configuração geográfica que se observa hoje em Icó, sendo que o centro da cidade fica em um vale plano que é cercado por sertões e serras.

Cláudio Pereira (2020), em entrevista, até menciona os efeitos dessa configuração no turismo, onde “[...] os turistas podem ir e receber os ventos do Aracati, que é como a gente chama a brisa que vem da cidade de Aracati, a cidade litorânea mais próxima de Icó, e por volta das 19 ou 20h, vem aquele vento que passa pela planície até os rincões de Icó” (informação verbal). Na Figura 3 é possível ver como se dá o relevo desse espaço, sendo que a faixa em vermelho se refere ao lugar onde passa a brisa.

Figura 3 – Unidades geoambientais de Icó: sertões, planícies e serras secas



Fonte: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos do Estado do Ceará (2009) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2019). Elaborado por Daiane Uinnes Faustino.

Antes do completo domínio colonizador é dito que as casas em que moravam eram “verdadeiros fortins”, construídos desse modo com o objetivo de os proteger dos ataques dos

índios que se negavam a desistir de suas terras. A última grande luta de que se tem notícia ocorreu em 1713, e contou com a participação de vários grupos indígenas (*Jaguaribas, Anasses, Paiacus, Tremémbes* entre outros), porém foram vencidos diante de um melhor preparo do colonizador (IPHAN, 1997, p. 4).

Os conflitos entre indígenas e colonizadores cessaram por volta de 1725, e foi quando os colonizadores conseguiram ocupar grande parte dos terrenos antes habitados pelos povos indígenas, obrigando-os a viver em áreas mais isoladas ou nos aldeamentos comandados pelos padres jesuítas (IPHAN, 2011; IPHAN, 1997). Também foi nesta época que a produção pecuária se desenvolveu melhor e se tornou mais estável. A partir desse momento o espaço em que está contido Icó teve condições de desenvolver no seu território as vivências que atribuem a ele a característica de lugar, pois os grupos sociais presentes ali tem uma estabilidade melhor para desenvolver seus modos de produção de forma mais complexa e criar vínculos emocionais com o espaço, já que a realidade de lugar anterior a essa, que pertencia aos grupos indígenas, foi amplamente transformada (IPHAN, 1997; NASCIMENTO, 2002; LIMA, 1995).

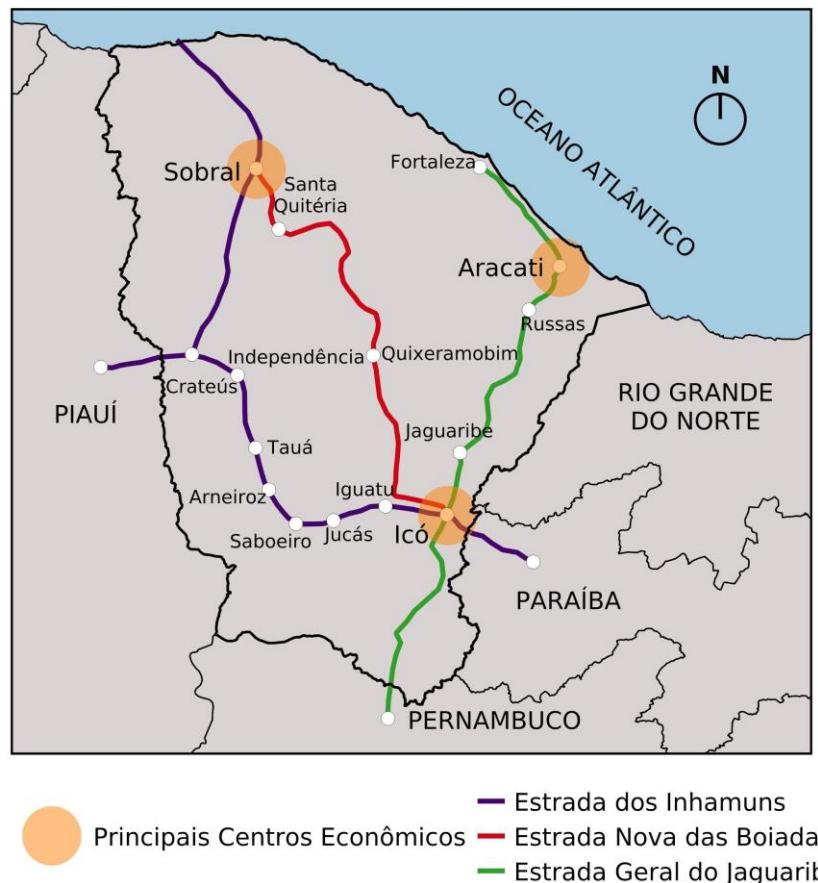
Finalmente a pecuária cearense estava dando lucro ao Estado Português e ao dono da Capitania; isso motivou a ação política de cobrar imposto sobre o gado. Nessa época a Capitania estava dividida em três Ribeiras, que levavam o nome do seu principal rio. Icó pertencia à Ribeira do Jaguaribe e, entre as três, era a que mais arrecadava montantes de imposto. Cria-se então o “charque”³ que figurou como uma ótima estratégia para melhoria do transporte entre longas distâncias. Geralmente havia um longo percurso a se fazer entre a zona de produção (como Icó) e de comercialização (como a Capitania de Pernambuco). A produção em sua maioria era destinada ao litoral, aos locais de engenho e de mineração (NASCIMENTO, 2002; IPHAN, 1997).

Para evitar que o gado fizesse extensas viagens, já que eles podiam emagrecer ou até mesmo morrer durante o trajeto, a carne do animal abatido era salgada e exposta ao sol para a obtenção do charque. Isso facilitava a conservação e o transporte do alimento (IPHAN, 2011). Toda essa atividade demandava um fluxo de viagens pelo território. Esse tipo de atividade propiciou na paisagem o desenvolvimento das chamadas estradas coloniais (Figura 4); as principais foram a Estrada Geral do Jaguaribe — que fazia a ligação entre o porto de Aracati, via médio e baixo Jaguaribe e os sertões baianos nas margens do São Francisco — e a Estrada

³ Processo de produção e industrialização da carne salgada que era preparada em açougue públicos, não havendo a necessidade de transportar o gado vivo para as zonas de comércio.

das Boiadas, principal escoadouro das fazendas de cria do Piauí, na direção das grandes feiras pernambucanas (NASCIMENTO, 2002).

Figura 4 – Principais vias do Ceará colonial



Fonte: adaptado de Nunes (2018).

Com a crescente produção socioeconômica, as forças políticas se articularam para a construção das Vilas; a função era prioritariamente a de fornecer um aparato administrativo e burocrático para controle desses bens. Neste contexto inicial de criação das Vilas (em território cearense), destaca-se Aracati, no litoral, por ser um porto e escoadouro da produção. Também se destaca Icó, no sertão, como principal entreposto comercial, localizado em posição privilegiada, no entroncamento destas duas principais vias do Ceará colonial (NASCIMENTO, 2002).

Ou seja, os condicionantes para o estabelecimento de uma população fixa e não indígena em Icó foi fruto da política urbanizadora da Coroa de Portugal, que através de Carta Régia estabeleceu o padrão das ruas, edifícios públicos e das casas que compõem essas vilas. O

sistema pecuário perdurou até ser afetado pelas secas da segunda parte do século XVIII, principalmente de 1777 a 1780 e de 1790 a 1793. Isso fez com que esse sistema pecuário fosse transferido para a região sul do Brasil (IPHAN, 1997).

O novo sistema produtivo implantado no espaço geográfico de Icó foi o da produção de algodão. A implantação e operação de um sistema produtivo requer a mudança da estrutura dos objetos e das formas-conteúdo contidas no espaço, ou ajustes nas suas funções (SANTOS, 1996). Durante essa nova fase isso aconteceu em Icó, pois foi necessário a mudança da forma de trabalho, onde a mão de obra gerada ao longo dos anos pelo sistema pecuário precisou ser absorvida pelo novo sistema de produção de algodão. Foi nessa época também que aconteceu a expansão do povoamento local: o traçado urbano ficou mais complexo, agregando novos edifícios (NASCIMENTO, 2002).

O algodão já era utilizado pelos indígenas na fabricação de redes e adornos para o corpo antes da chegada do colonizador. A fibra do algodão era a principal matéria-prima da indústria têxtil de países europeus, principalmente da Inglaterra; junto com o gado foi o principal produto exportado pela vila de Icó no século XIX. Por esse motivo, ficou conhecido como “ouro branco”. Com a valorização do produto no mercado internacional, muitos agricultores passaram a cultivar a planta, gerando lucros para os beneficiários e importadores do algodão (IPHAN, 2011).

O Ceará foi um dos pioneiros na plantação do algodão arbóreo (mocó), de fibra longa, por volta de 1777 (IPHAN, 2011). Comercial e politicamente também houve uma transformação, pois, a Vila de Fortaleza buscou estabelecer relações comerciais diretas com Portugal; isso fortaleceu economicamente aquele lugar. Mas apesar dessa questão, a produção de algodão continuou ganhando espaço no território, motivada pela inserção no mercado internacional e pelo crescimento do mercado interno. Icó foi um dos lugares privilegiados, uma vez que já havia se beneficiado do sistema produtivo da pecuária e mantinha relações comerciais para abastecer o comércio do interior. Possuía uma infraestrutura até melhor que a apresentada por Fortaleza e, apesar de ter sofrido com a decadência da seca e o declínio do sistema pecuário, a produção de algodão ajudou Icó a ostentar poder econômico (IPHAN, 1997).

O início do século XIX (por volta de 1815) foi pautado por diversas modificações políticas que influenciaram a questão sócio cultural e o arranjo do espaço geográfico. O Brasil

agora era um Reino e precisava mudar a sua imagem de colônia. É durante essa fase que o território de Icó se encontra em expansão, com a criação de novos distritos que são a ele anexados. Icó é reconhecida como cidade e ganha o seu título de “Princesa do Sertão”. Agora não se trata mais de explorar, e sim de “civilizar”, conforme padrões de modelo europeu. A preocupação das cidades estava concentrada na estética e na salubridade.

Também é desta época o documento “Código de Obras e Posturas de 1850”, instrumento político que visa cooperar para uniformização e regularização das disposições das formas no espaço. A intenção era alinhar os edifícios e construir ruas mais largas e alinhadas, ajustar as fachadas das casas, realizar uma proibição maior do comércio nesses locais e a circulação de animais. A introdução de novas técnicas e materiais foi usada com intuito de tornar a imagem da cidade mais moderna e detentora de uma sociedade civilizada. O lado externo passava essa impressão, mas a decoração interna das casas demonstrava também as referências rústicas da realidade sertaneja que o espaço ainda expressava.

Há casas (como a que acaba de fazer o vigário) que têm bonito aspecto, mas dentro são simples salas e alcovas de telha-vã. Quase todo o madeirame do telhado, barrotes de soalho, etc., é de carnaúba. São pouco adornado de trastes, que são singelos (em algumas casas, da melhor gente, vi cômodas de mogno, ou de outra madeira, na sala de visitas, assim como cadeiras de balanço). Os balcões das janelas, ou portas de sobrados são de grades de ferro. Há poucas vidraças: as portas muitas não são pintadas. As casas térreas têm rótulas, e são ladrilhadas com tijolos hexagonais (Alemão apud Iphan, p. 16, 1997).

O processo de desenvolvimento urbano continuou durante a segunda metade do século XIX, onde casas mais simples surgiram no entorno dos casarões. Houve a construção do novo mercado municipal em 1879, que estimulou o comércio fora do núcleo residencial. Porém, ao final do século XIX e início do século XX, acontece o declínio econômico da cidade, haja vista o crescimento da capital Fortaleza em decorrência de alguns fatores como acordos exclusivos com as capitarias de navegação e a construção da estrada de ferro Fortaleza-Baturité em 1873, que não passou pelo território icoense (NASCIMENTO, 2002). Após esse declínio o território passa por esse processo de estagnação e volta a ter políticas de desenvolvimento urbano após no início do século XX.

Icó é uma região acometida pela seca. A tentativa de minimizar os seus efeitos veio com a construção do Açude de Lima Campos, antes conhecido como Açude do Estreito. A cidade foi contemplada com obras do governo por meio da Inspetoria Federal de Obras contra a seca — posteriormente Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) — a partir dos

anos 1930, renovando as esperanças do povo icoense. Na década de 1970, com a implantação do Perímetro Irrigado Icó-Lima Campos, sob a direção do DNOCS, um projeto que traria esperança de cultivo para a região seca foi mal implementado. O projeto de produção agropecuária não atingiu o objetivo, que era gerar trabalho e renda para as famílias, sendo mais um caso de abandono (LIMA, 2018 apud BARBOSA, 2017). Sobre o assunto, Nascimento (2002, p. 89) afirma que foi uma tentativa de revalorização do sertão, e o Perímetro Irrigado Icó-Lima Campos não obteve êxito, pois as terras foram entregues a pessoas que não tinham o conhecimento do cultivo. Aliado a esse fato, houve aumento da população, que passou a ocupar a periferia da cidade, motivada pela promessa de dias melhores.

A construção da rodovia federal apresentou a possibilidade de reintegrar Icó na circulação de mercadorias, mas ocorreu tarde, pois já havia perdido sua posição para Iguatu e Crato pela ação de introduzir o sistema ferroviário nos seus territórios. Mas, atualmente, o plano geográfico em que está inserida acaba por incluí-la ao circuito rodoviário com a construção da ponte Piquet Carneiro sobre o Rio Salgado (Figura 5), por representar ponto de passagem obrigatório e de ligação entre o sul e o norte do estado nos limites da zona urbana (NASCIMENTO, 2002).

Figura 5 – Ponte Piquet Carneiro, um dos principais meios de integração rodoviária de Icó e uma das entradas da cidade



Fonte: Isso Eu Vi Em Icó-Ceará, (s.d.).

Após o declínio da cidade as formas-conteúdos que esse processo histórico de ocupação do território imprimiu no lugar e na paisagem vão também passar por um processo de estagnação, sofrendo transformações lentas até serem assimiladas e entendidas como

patrimônio histórico cultural devido a serem pertences representativos de outra época. Elas também vão virar alvo de interesse dos órgãos de preservação após Icó demonstrar uma dinamização maior nas suas formas, promovida pela sua reintegração pelo sistema rodoviário. Realizado esse levantamento geográfico e histórico do lugar em que se insere o nosso objeto de estudo foi possível identificar os elementos que são base para a discussão sobre patrimônio.

Este trabalho opta por direcionar o seu olhar para o campo da geografia, pois como já dizia Santos (1996, p. 9): “Esta disciplina sempre pretendeu construir-se como uma descrição da terra, de seus habitantes e das relações destes entre si e das obras resultantes, o que inclui toda ação humana sobre o planeta”. Assim, a descrição do espaço onde se desenvolvem as ações humanas produtoras da cultura de Icó é o objeto de interesse, pois ainda segundo o autor: “descrição e explicação são inseparáveis”. Da descrição vem a vontade de interpretação, de análise e de entendimento dos fenômenos que cercam a realidade.

O objetivo aqui não é discorrer exaustivamente sobre a obra de Milton Santos e sim compreender o espaço de Icó e os elementos que interagem com ele, a saber: a técnica, o tempo e o sistema de objetos e ações (SANTOS, 1996, p. 8), ou seja, as formas de trabalho, moradia, as atividades econômicas, políticas e culturais existentes na sociedade icoense, apontando o essencial para compreender os temas turismo e patrimônio no espaço geográfico de Icó. Ao percorrer as ruas de Icó, é possível encontrar diversas referências da história do lugar: nos nomes das ruas, nos prédios, nas casas, nas feiras, na gastronomia, nas festas de ruas e na natureza; é possível coletar muitas informações sobre o passado e o presente da cidade. Prédios novos se misturam com antigos, áreas que antes eram desocupadas passaram a ter casas e novas lojas e comércios surgem constantemente (IPHAN, 2011).

Essas transformações são possíveis através da técnica, que são os instrumentos modificadores do espaço, e é através desse sistema que os sujeitos conseguem criar e mudar a realidade (SANTOS, 1996, p. 16). Outra forma possível de olhar a técnica é vê-la como um conjunto de sistemas peritos, que são todas as formas de especialização/competência profissional que interagem entre si para compor o espaço, organizando as grandes áreas de ambiente material e social.

Os sistemas produtivos desenvolvidos no espaço onde hoje é Icó são exemplos da atuação desse sistema técnico. Diversos foram os sistemas produtivos desenvolvidos neste espaço, começando com o uso da terra pela população indígena para o cultivo de feijão, milho,

algodão, mandioca e vários outros gêneros alimentícios, além do uso medicinal das plantas. A prática da pecuária pelos colonos e a posterior produção do algodão também figurou como um sistema técnico e esses sistemas foram responsáveis por tornar Icó próspero economicamente.

Contudo, dois instrumentos ligados ao sistema político se sobressaíram na modificação do espaço da cidade ao longo da sua história, são eles a “Política de Urbanização”— estimulada pela Coroa Portuguesa através de Carta Régia de 20 de outubro de 1736 (que estabeleceu um conjunto de normas que deveriam ser cumpridas no traçado urbano da Vila) — e o “Código de Obras e Posturas de 1850”, além das obras recentes do DNOCS e a construção da rodovia federal e da ponte Piquet Carneiro. Então o espaço de Icó é composto por essa troca e interação de técnica, que faz uso do sistema de objetos e ações contidos no espaço geográfico (GIDDENS, 1990, p. 30). A técnica seria então a estrutura que implica a inter-relação de todas as partes de um todo e o modo de organização ou construção diz respeito ao modo como os objetos estão organizados e relacionados entre si. Em geral, a estrutura representa os mecanismos e práticas sociais, políticas e econômicas que organizam e comandam as sociedades num tempo histórico determinado (PANIS, 2009).

Existem diversas definições para objetos na literatura que são elaboradas por diferentes áreas do conhecimento. Partindo de um sentido mais intuitivo, existe uma distinção entre objetos e coisas. As coisas seriam algo mais natural, que existem desde o princípio, como por exemplo as árvores da caatinga, as montanhas que formam as serras, a água — que é um bem natural para os icoenses — entre outros. Já os objetos seriam essas coisas modificadas pela ação humana, que é o caso dos bens de cunho cultural, os casarões históricos, as ruas de Icó, o artesanato.

O que se percebe é que cada vez mais essas coisas vão se transformando em objetos e, atualmente, existe um sistema de objetos extremamente diversificado e complexo, principalmente em espaços urbanos. Foi o caso de Icó, que, após a introdução da colonização no espaço, cada vez mais as coisas foram se transformando em objetos culturais. No campo da geografia não existe distinção entre coisas e objetos, esses objetos são entendidos como sendo tudo o que existe na superfície da terra, toda a herança da história natural e todo o resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos então seriam algo exterior ao homem. Como apontado por Santos (1996, p. 47):

O enfoque geográfico supõe a existência dos objetos como sistemas e não apenas como coleções: sua utilidade atual, passada, ou futura vem, exatamente, do seu uso combinado pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações

anteriores. Seu papel pode ser apenas simbólico, mas, geralmente, é também funcional.

Esses objetos seriam então a materialização da técnica por meio das ações humanas no espaço geográfico. Então a introdução dos sistemas produtivos no espaço geográfico de Icó materializou uma série de objetos que têm a sua função relacionada com esses sistemas e, por consequência, com a época a que eles se relacionam. Pode acontecer de terem mudado a sua função, mas ainda carregam elementos que remetem a essa herança. Logo, os objetos que são tratados aqui são os que compõem os bens culturais tombados no município, mas também são os bens culturais que não estão salvaguardados pelas políticas de preservação cultural, porém remetem à mesma herança.

O então assessor do Iphan e representante do Conselho Superior do IAB, Augusto Carlos da Silva Telles⁴, indicou o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico do município de Icó em 1974, juntamente com o de Aracati. Porém, passaram-se mais de 20 anos até que os estudos sobre Icó fossem realizados. O pedido de tombamento, sob o processo 968-T-78, foi relatado pelo Conselheiro Ângelo Oswaldo de Araújo Santos e aprovado por unanimidade na 12^a reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em 2 de dezembro de 1997.

O tombamento foi homologado pela Portaria Ministerial no 237 do Ministério da Cultura em 10 de julho de 1998, tendo o bem sido inscrito no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Com isso, foram protegidos 268 imóveis em uma área de 12,35 ha e 1.545 imóveis na área de entorno em uma área de 59,06 ha (OLIVEIRA, 2014). Assim, foram institucionalizadas as formas-conteúdos de valor histórico cultural naquela área. Sobre o interesse que essas formas-conteúdos apresentam, Telles (1974, p. 3) argumenta que:

Apresentam interesse regional, e mesmo nacional, pelas suas tramas urbanas, de traçado octagonal, pouco comuns nos núcleos brasileiros antigos, seja pelo seu acervo arquitetônico, que apresentam caráter próprio e diferenciado dos existentes em núcleo de outras regiões do país. Além disso, por terem sido seus sobrados e casas terreas construídos em épocas sucessivas, desde o final do século XVIII até o ocaso do século XIX, ocorre diversificação de soluções arquitetônicas, o que mais valoriza esses acervos urbanos

⁴ Ex-assessor do Iphan e representante do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil em 1974. Telles foi quem primeiro apontou Icó como sendo um lugar de interesse para as políticas de preservação.

As formas-conteúdos compartilham o conceito de objetos, pois são esses objetos reunidos em conjuntos que realizam uma função mais abrangente e que tendem a variar conforme o passar do tempo e assimilam as características de cada grupo social. No caso de Icó, a junção de vários “objetos” que remetem ao passado histórico deu origem ao conjunto urbanístico tombado. O aspecto importante de se nomear esse conjunto de objetos de formas-conteúdo é diferenciar a importância de não os ver de forma mecânica (estática). Quando se propõe a análise de uma forma, o seu aspecto físico não tem tanto a contribuir, pois é do conteúdo que se permite identificar, individualizar e definir (SANTOS, 1979).

Então, não cabe analisar os bens tombados apenas pelo seu valor estético (arquitetônico), mas a que grupo social ele representa, qual o valor cultural expresso e o que motivou esse tombamento. Em Icó, quando se trata da divulgação dos bens tombados, o discurso mais propagado é o de seu valor arquitetônico e que se tratam de remanescentes do período áureo em que a elite local, composta por imigrantes (portugueses e franceses), encomendou a construção dos edifícios.

No decorrer deste trabalho fica evidente a importância da descrição e análise do espaço e da materialidade que dão suporte à sociedade. Contudo, essa materialidade não é estática, pois carrega em suas formas interações sociais que as tornam mais vívidas, subjetivas e dinâmicas. Ao olhar um patrimônio não se vê apenas as suas características físicas, observa-se também o seu lado imaterial, e é dessa associação entre material e imaterial que o indivíduo pode desfrutar de uma significação maior para essas formas. Essa ideia é também apontada na Carta Patrimonial de Paris (UNESCO, 2003, p. 1), onde existe o apelo para que se considere “[...] a profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural”.

As formas-conteúdo que são consideradas patrimônio alvo de preservação em Icó são os bens materiais associados aos imateriais, que representam a identidade cultural do lugar, e são as suas referências culturais expressadas de maneira mais tangível. Nos tempos atuais, a dinâmica econômica global impõe à complexidade espacial novas demandas de uso e funcionamento dos lugares, modificando algumas práticas sociais cotidianas, inclusive a forma de pensar a materialidade e as representações simbólicas das diversas culturas. Isto significa que esses bens tendem a ganhar novos usos, são refuncionalizados para atender as transformações na dinâmica socioespacial (PANIS, 2009).

No caso de Icó, essa refuncionalização aconteceu mais profundamente quando o declínio econômico da cidade ocorreu, o que levou, de certa forma, esses bens ao “abandono”, pois não havendo mais recursos para a manutenção do espaço eles foram degradando-se ao longo do tempo e alterando as suas funções. Há alguns não foi atribuída nenhuma função e estes ficaram em situação de abandono por quase 70 anos. A falta de recursos para a manutenção também deu espaço para uma transformação mais lenta, porque durante um longo período novas formas de produção que contribuíssem para a vitalidade da cidade não aconteceram.

Atualmente, após o tombamento desses bens, a atividade turística figura como parte desse sistema técnico que atribui às formas-conteúdo históricas novos objetos e ações e que altera o uso de determinados bens culturais de Icó. As igrejas históricas continuam com a sua função inicial de realizar celebrações religiosas, mas a antiga Casa de Câmara e Cadeia agora é o Centro de Arte e Cultura Prefeito Aldo Marcozzi Monteiro, que abriga um ‘Café Cultural’ e tem uma função mais clara de atrativo turístico aos moldes do mercado.

O turismo é um sistema técnico de produção de serviço, pois a definição de produto turístico já aponta para essa estrutura, onde produto turístico é o conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos, acrescido de facilidades e ofertado de forma organizada por um determinado preço (BRASIL, 2004). O que se percebe é que esse tombamento promoveu uma série de mudanças na paisagem de Icó sob a justificativa de preservação desse patrimônio. Essa realidade é vista quando se olha o tempo e o espaço de forma associada. O espaço tornou o tempo concreto quando se observam as mudanças que foram promovidas através do processo da produção técnica.

A cada lugar geográfico concreto relaciona-se, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada (SANTOS, 1996, pp. 34-35). No momento atual são as políticas de preservação cultural que estão promovendo as mudanças, tornando aquele espaço mais conservado e visualmente atrativo. A percepção do tempo no patrimônio de Icó é observável a partir da disposição de algumas fotos da área do conjunto tombado. Nelas observa-se que algumas referências continuam por mais tempo, apesar de sofrerem alterações nas suas formas e servirem a outras funções, como se verifica nas figuras 6 e 7, onde foram empreendidas obras de restauro em um dos edifícios mais antigos. Essas mudanças promoveram melhorias no bem e são percebidas com o passar do tempo; tornaram-no mais chamativo ao olhar e mais “atrativo”.

Figura 6 – Fachada frontal da Igreja N. Sr.^a da Expectação durante obras de restauro promovidas em 1999 e fachada frontal em 2014



Fonte: imagem à esquerda (IPHAN, 1999); imagem à direita (MIRIN, 2014)

Figura 7 – Fachada frontal da Igreja N. Sr.^a da Expectação durante obras de restauro promovidas em 1999 pelo Iphan e fachada frontal em 2014



Fonte: imagem à esquerda (Isso Eu Vi Em Icó-CE, s.d.); imagem à direita (Icó na Rede, 2019)

Mas afinal como esses elementos podem ajudar a entender Icó? A compreensão da existência de tais instrumentos permite usá-los como ferramentas de análise, pois a observação da técnica no espaço tempo e em uma paisagem específica possibilita a descrição, análise e compreensão da realidade de forma mais epistemológica, fornecendo um entendimento mais profundo da cultura produzida no espaço. Nessa perspectiva, o espaço geográfico deve ser compreendido como uma totalidade dinâmica em que interagem fatores naturais, socioeconômicos e políticos. E essa interação se dá também por meio da linguagem e do

pensamento⁵, uma vez que o ser humano toma consciência da realidade por meio da interação com outros seres humanos e com o espaço.

Um elemento especial da percepção humana que tem o seu aparecimento em idade muito precoce é a percepção de objetos reais — isso é algo que não se encontra igualmente na percepção animal —, e é com base na relação com esses objetos que o ser humano vai desenvolvendo a sua capacidade mental e tornando-a cada vez mais complexa. Logo, o mundo não é visto simplesmente em cor e forma, mas também como um mundo com sentido e significado (VYGOTSKY, 1939). É diante desse espaço com sentido e significado que os sujeitos desenvolvem emoções e vínculos com aquela realidade através da interação com elementos geográficos presentes ali. Para tanto, é realizado um recorte e adentramos mais nas categorias geográficas aplicadas a Icó, discutidas a seguir.

3.1 TERRITÓRIO: RAIZES CULTURAIS DOS GRUPOS SOCIAIS QUE PARTILHAM DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE ICÓ

Algumas características atuais do território de Icó são abordadas aqui e depois são tratados os fatos históricos que se referem mais especificamente ao espaço que compõe o conjunto arquitetônico e urbanístico tombado.

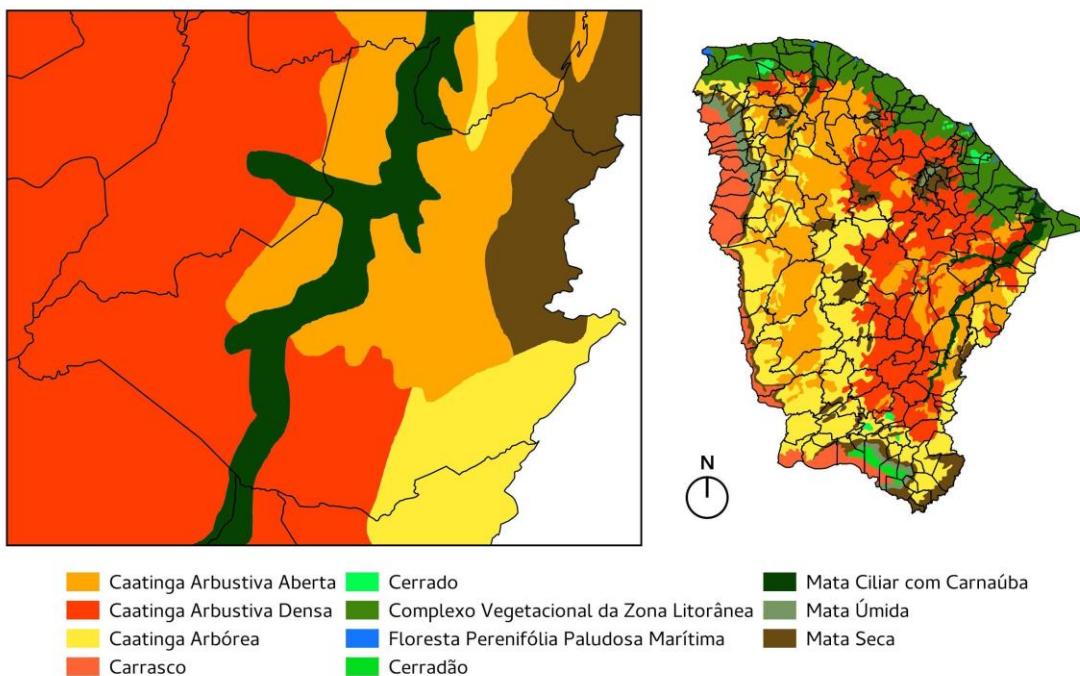
Icó é um município brasileiro pertencente à região centro sul do estado do Ceará. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que em 2019 a sua área territorial seria de aproximadamente quase 1.865,862 km² (uma das maiores do estado) para uma população de aproximadamente 68.162 pessoas em 2020, o que o coloca com uma densidade demográfica de 34,97 hab./km², ou seja, possui ainda um território pouco denso, ocupando a 20^a posição entre os 184 municípios do estado. Limita-se ao norte com os municípios de Jaguaribe e Pereiro; ao sul com Cedro, Lavras da Mangabeira e Umari; a Leste com os estados de Rio Grande do Norte e Paraíba e a oeste, Iguatu e Orós. A sua área territorial é basicamente permeada por recursos naturais, provenientes do bioma da Caatinga, com um clima tropical

⁵ Segundo o autor Vygotsky, a linguagem é o fator principal para o desenvolvimento da consciência humana que só é possível de ser atingida através do contato social com outros indivíduos e o espaço geográfico. Essa teoria segue a abordagem histórico-cultural e para um melhor entendimento é recomendável a leitura da obra “Linguagem e Pensamento”, publicada em 1939, porém com tradução integral direto do Russo para o português somente em 2001, o que torna essa abordagem ainda pouco utilizada em trabalhos fora do campo educacional aqui no Brasil.

quente semiárido brando e tropical quente semiárido, apresentando médias de temperatura entre 26 e 28 °C e chuvas nos períodos de fevereiro a abril.

Sua população rural ainda é superior a 50%, onde a principal ocupação é a agricultura e pecuária de subsistência. A principal religião da população é a católica, representando quase 60 mil pessoas. Economicamente, encontra-se em um período de estagnação, em que apenas 7% da população tem uma ocupação formal e onde mais de 50% dos domicílios têm como renda até meio salário mínimo. Sobre os componentes ambientais, o município possui em seu relevo depressões sertanejas e maciços residuais com solos aluviais, bruno não cárlico, solos litólicos, podzólico vermelho-amarelo e vertissolos em uma vegetação (Figura 8) de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa, floresta mista dicotillo-palmácea (mata ciliar com carnaúba) e floresta subcaducifólia tropical e pluvial (mata seca), que é permeada por uma bacia hidrográfica que contém os rios Alto Jaguaribe, Salgado e Médio Jaguaribe (IPECE, 2012).

Figura 8 – Unidades fitoecológicas de Icó



Fonte: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos do Estado do Ceará (1993) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2019). Elaborado por Daiane Uinnes Faustino.

Em um relato da Comissão Científica de Exploração de 1859, coloca-se Icó como sendo um importante entreposto comercial e social da época. Continha cerca de 6 mil habitantes, que eram comerciantes, portugueses ou seus descendentes, os quais comercializavam produtos

europeus para as províncias vizinhas e interior. O fluxo anual de carros de boi entre Icó e Aracati chegava por volta de 1.000 e integravam a paisagem urbana comboios vindos da região do Cariri, do alto dos sertões do Jaguaribe, do Piauí e das proximidades paraibanas. A infraestrutura do centro continha três ruas principais, quatro igrejas, um mercado, uma cadeia, uma escola de latim e duas primárias que atendiam a religião, “a ordem, ao ventre e as letras da cidade”. Alguns sobrados com revestimento de azulejos em um “casario chato e pesadão”, eram orgulho e vaidade para os icoenses e causavam espanto nos “simples sertanejos” (NASCIMENTO, 2002, p. 58)⁶.

A análise da formação territorial se dá pela descrição e interpretação da formação administrativa da cidade, isto é, pelos elementos sociais que se destacaram durante essa formação que mais do que administrativa, é política. No Quadro 1 apresenta-se uma síntese histórica dessa formação demarcando os períodos e acontecimentos e na Figura 9 há uma síntese da evolução da região de entorno de Icó referenciada nas informações do IBGE (s.d.):

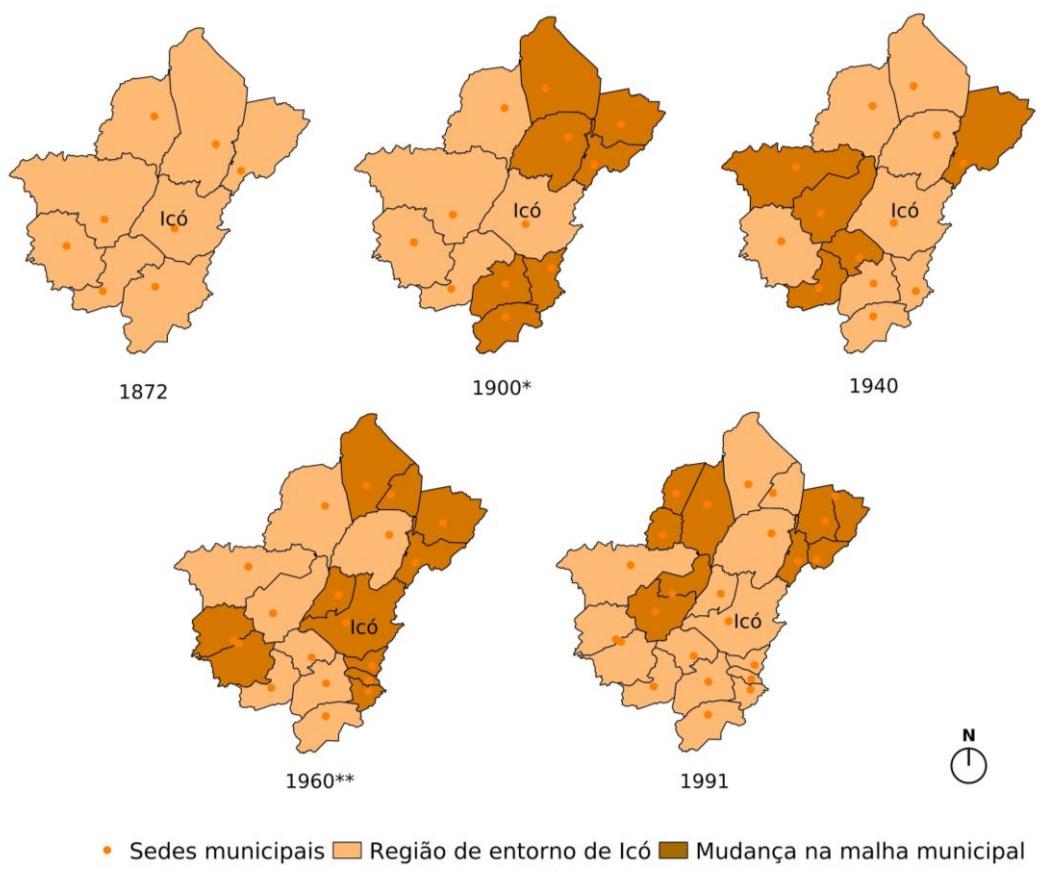
Quadro 1 – Histórico da formação territorial de Icó baseado no arranjo político-administrativo do espaço

⁶ Aqui Nascimento (2002) faz uma transcrição de um trecho do relato da Comissão Científica de Exploração de 1859, logo a fonte refere-se aos relatos realizados pela comissão e não necessariamente é algo dito pelo autor.

ANO	DATA DE ELEVAÇÃO	CATEGORIA	INSTRUMENTO	DENOMINAÇÃO	ACONTECIMENTO	MUDANÇA
1700	20/10/1736	Vila	Ordem Regia	Arraial da Ribeira dos Icós	Reconhecimento oficial de uma população fixa	O território está em expansão
	02/03/1738	-	-	-	Instalação da Sede da Vila	
	06/04/1764	Distrito	Provisão	Arraial da Ribeira dos Icós	-	
1800	25/10/1842	Alteração topográfica municipal	Lei provincial nº 244	Arraial da Ribeira alterado para Icó	-	
	25/10/1842	Cidade	Lei provincial nº 244	Icós	-	
	06/08/1860	-	Lei estadual nº 929	-	Criado o distrito de Beberibe	
	21/11/1864	-	Lei estadual nº 1128	-	Anexado o distrito de Beberibe	
	10/04/1893	-	Decreto nº 3	-	Criado o distrito de Conceição	
1900-2005	1911	-	-	-	O município é constituído de 3 distritos: Icó, Bebedouro e Conceição.	Já existe uma expressiva diversificação no território e um crescente número de distritos
	04/12/1933	-	Decreto estadual nº 1156	-	Criados os distritos de Água Fria, Lima Campos, Orós e Santa Maria.	
	1933	-	-	-	O município é constituído de 7 distritos: Icó, Bebedouro, Conceição, Água Fria, Lima Campos, Orós e Santa Maria.	
	31/12/1936-31/12/1937	-	-	-	7 Distritos	
	20/12/1938	-	Decreto estadual nº 448	-	O distrito de Bebedouro passou a denominar-se Bonfim e o distrito de Santa Maria a denominar-se Icozinho. Sob o mesmo decreto é criado o distrito de Pedrinhas.	
	1939-1943	-	-	-	O município de Icó é constituído de 8 distritos: Icó, Água Fria, Bonfim (ex-Bebedouro), Conceição, Icozinho (ex-Santa Maria), Lima, Campos, Orós e Pedrinhas.	
	30/12/1943	-	Decreto estadual nº 1114	-	O distrito de Água Fria passou a denominar-se Igaróí, Bonfim a denominar-se Cruzeirinho e o distrito de Conceição a denominar-se Guassó	

01/07/1950 - 01/07/1955	-	-	-	O município é constituído de 8 distritos: Icó, Cruzeirinho (ex-Bonfim), Guassopé (ex-Conceição), Icozinho, Igarói (ex-Água Fria), Lima Campos, Orós e Pedrinhas.	
15/09/1956	-	Lei estadual nº 3338	-	Desmembra do município de Icó os distritos de Orós, Guassopé e Igarói, para formar o novo município de Orós.	Território em retração, nesta época acontece o desmembramento de vários distritos
01/07/1960	-	-	-	O município é constituído de 5 distritos: Icó, Cruzeirinho, Icozinho, Lima Campos e Pedrinhas.	
28/08/1963	-	Lei estadual nº 6481	-	Desmembra do município de Icó o distrito de Icozinho. Elevado à categoria de município	
14/10/1963	-	Lei estadual nº 6667	-	Desmembra do município de Icó o distrito de Lima Campos	
26/09/1963	-	Lei estadual nº 6606	-	Desmembra do município de Icó o distrito de Pedrinhas	
13/12/1963	-	Lei estadual nº 6880	-	Criado o distrito de São Vicente e anexado	
31/12/1963	-	-	-	O município é constituído de 2 distritos: Icó e São Vicente	
14/12/1965	-	Lei estadual nº 8339	-	São extintos os municípios de Icozinho, Lima Campos e Pedrinhas, sendo seus territórios anexados ao município de Icó, pois foram criados e não instalados	
31/12/1968 – 2005	-	-	-	O município é constituído de 6 distritos: Icó, Cruzeirinho, Lima Campos, Pedrinhas, São Vicente e Icozinho	

Figura 9 – Dinâmica territorial de Icó



Nota 1: entre 1900 e 1920 não houve mudanças nos municípios do entorno de Icó

Nota 2: entre 1960 e 1980 não houve mudanças nos municípios do entorno de Icó

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1872–1991)⁷.

Estes dados evidenciam como a configuração do território se modificou ao longo de quase três séculos, passando da categoria de vila a distrito e de cidade a município, anexando e perdendo distritos, e depois voltando a ganhá-los (Figura 9). Porém não há conhecimento de quem foram os articuladores e nem o que motivou tais mudanças, o que torna uma informação menos rica da história da formação do território. O que se verifica é que com o passar do tempo o território se expande e os “acontecimentos” vão ocorrendo em um espaço de tempo cada vez menor, a dinâmica do espaço torna-se mais acelerada e, por consequência, a produção cultural também, no sentido de introduzir na paisagem novos objetos/formas-conteúdo e novas técnicas.

⁷ As mudanças na malha municipal em 1991 são as que mais se assemelham à atual configuração territorial de Icó e dos municípios do entorno.

A partir da disposição de algumas fotografias de diferentes épocas é possível analisar e interpretar essa dinâmica e isso será retomado no subcapítulo seguinte, quando se tratará da paisagem.

Na concepção de Sousa (1995) o território é entendido como sendo o traçado de uma parcela do espaço onde “poderes”, econômico e social, dão qualidade (característica) aquele espaço; a territorialidade se desenvolve pela interação (luta/articulação) desses poderes, que com o passar do tempo irão desenvolver uma identidade social e política e que vai estar baseada no sistema de “regras vigentes” para a realidade daquele espaço. Uma delimitação do território pode ser formada a partir da resposta dada aos questionamentos: quem domina e influencia? E como domina e influencia? (SOUZA, 1995, p. 111).

Na realidade de Icó, quem dominou e influenciou e como dominou e influenciou foi responsável pelo desenvolvimento do território, e a sua atual configuração remete ainda a essas influências. Foram eles principalmente os colonizadores de terras, os coronéis, os comerciantes, os imigrantes — principalmente portugueses, franceses e italianos — e uma pequena elite em que figuravam religiosos, políticos, militares e intelectuais, que imprimiram no território as suas características e “negaram” ao índio, ao escravo, ao vaqueiro e ao agricultor uma valorização dessa sua produção no território.

Ainda segundo Sousa (1995) o termo “poder” está relacionado a outros como “força”, “autoridade” e “violência”, porém todos com o sentido de serem formas pelos quais “o homem governa o homem”. Após apaziguar as questões públicas através do poder é que as questões individuais de cada sujeito irão aparecer, coloca o autor. Em Icó vemos que o colonizador foi a figura que exerceu poder sobre os demais grupos sociais; fez isso tanto por meio da violência como também por meio da autoridade política. Sobre isso, o autor diz que o poder também está marcado em um indivíduo por meio do apoio de um grupo e existe apenas até quando o grupo estiver unido e que essa segunda ideia é a mais aceita, pois dá ao poder um caráter mais amplo e (idealizadamente) distante da violência (SOUZA, 1995, p. 79-80).

A Formação Jurídica da cidade diz que em 1725 existia ali um julgado que criou um cargo de escrivão. Quando Icó foi elevado à categoria de Vila foram escolhidos (por eleição) para o lugar três vereadores de Câmara, dois juízes de paz, um juiz de órfão e um procurador. Esses poderes eram responsáveis por garantir a segurança do local, o cumprimento das leis, a diminuição da violência e a organização dos gastos públicos. Um capitão mor também foi designado. Esse era auxiliado por capitães, um sargento-mor, sargentos, cabos e meirinhos, que

eram responsáveis por ler a sentença das penas aplicadas. O sistema de votação no período colonial era diferente do atual, votavam e recebiam votos homens que soubessem ler e escrever e que tivessem renda anual superior a cem mil réis. Isso significa que apenas uma minoria podia participar das eleições naquela época, já que os índices de analfabetismo eram altos: grande parte da população de Icó era composta por descendentes de escravos e indígenas que não sabiam ler e escrever. Um patrimônio que representa essa autoridade pública colonial e imperial geralmente é o pelourinho que fica instalado no meio da praça. Em Icó não existe mais, contudo, a Casa de Câmara e Cadeia é o seu símbolo maior.

A formação eclesiástica de Icó ocorreu desde os primeiros tempos de povoamento do rio Salgado, conhecido como a Ribeira dos *Icós*. Com o estabelecimento da família Montes vinda do São Francisco da região de Penedo, em Alagoas, o coronel herdeiro da fazenda pilar, Francisco de Montes e Silva — filho do capitão João de Montes, oficial considerado um dos 40 heróis da sesmaria tirada por Bartolomeu Nabo de Correria em 24 de janeiro de 1682 —, sofreu a morte de sua filha e teve que enterrá-la em campo aberto e isso causou profundo desgosto a sua esposa. Com objetivo de amenizar a sua dor, o coronel doou terras para a construção da Capela de N. Sr.^a da Expectação (IPHAN, 2011; IPHAN, 1997; LIMA, s.d.). Quando se trata de território, é comum vir à mente a figura do Estado como gestor supremo e, principalmente, remete a território nacional, mas cabe lembrar que ele também existe sem a associação ao Estado.

Territórios podem ser construídos e desconstruídos em diferentes escalas e tempos (horas, dias, anos, décadas, séculos e/ou épocas) e por grupos sociais distintos, muitas vezes “tribos” e grupos sociais diversos, tais como minorias étnicas, imigrantes, prostitutas, homossexuais e grupos religiosos. A composição desses territórios carrega elementos identitários que remetem ao grupo social que partilha o seu espaço, e o patrimônio arquitetônico é citado como parte desses elementos indispensáveis para que aquele grupo seja compreendido (SOUZA, 1995).

Território é tão amplo que é possível criar classificações para ele, e em um mesmo espaço, dependendo do horário, podem existir diferentes territórios, que podem ser até conflitantes (SOUZA, 1995). Em Icó, no espaço próximo ao conjunto arquitetônico e urbanístico tombado, existe esse tipo de paisagem, onde pela manhã a composição do território é povoadas por pessoas vindas da zona rural, que vão ao centro para realizarem compras e vendas de mercadorias, bem como tratar de questões burocráticas nas instituições públicas e privadas

que existem por ali. Na Figura 10 é possível observar um pouco da região central movimentada por esse fluxo de pessoas e veículos. À tarde, o centro esvazia-se e o comércio se mantém pelos moradores da área urbana, que geralmente preferem esses horários por conta de o espaço estar mais vazio. Logo, a imagem do centro é bastante diferente dependendo do tipo de territorialidade que está posta, então o turista vai sentir o lugar de maneira diferente também dependendo do seu nível de interação e tempo despendido ali. Sobre territorialidades, tem-se que um território não é hegemônico, nele estão inseridas territorialidades, que são:

[...] formas de expressão de poder que classificam e hierarquizam estratégias de inclusão e exclusão social, normatizando comportamentos, controlando os acessos, homogeneizando ou padronizando bens materiais ou simbólicos a serem aceitos pelos membros do grupo que a compõem. Cria identificação simbólica para determinados grupos sociais, e são excludentes por natureza [...] (PAES-LUCHIARI, 2006, p. 53).

Figura 10 – Centro comercial de Icó com muita movimentação e vazio



Fonte: imagem à esquerda (Você e sua moto, 2011); imagem à direita e embaixo (Isso eu vi em Icó-CE, s.d.)

A fim de descortinar a configuração de um território tombado, um possível caminho é verificar e indicar quais são esses poderes e recursos, suas articulações e assim ter uma compreensão necessária do social e, por conseguinte, do tipo de território que está posto ali, descobrindo quais são as territorialidades humanas que foram inseridas e excluídas da presente dinâmica espacial e seu teor cultural legítimo, se são uma criação artificial — como bem distintivo de consumo de classes sociais identificadas anteriormente pelo mercado.

Infelizmente, os estudos referentes aos centros históricos cada vez apontam para uma territorialidade artificial, que se pauta em um bem de consumo para classes mais abastadas, talvez devido à necessidade de atribuir uso turístico aos seus bens. A introdução do turismo no lugar, consequentemente, incluirá também uma nova territorialidade àquele espaço. Um novo grupo social, “os turistas”, demandará a inserção de novos objetos/formas-conteúdo e atribuirá um valor simbólico a eles. Esse novo valor simbólico transmite na paisagem do lugar a informação de que o espaço é partilhado por esse grupo e se mostra a partir da criação de uma rede de hospedagem, de transporte ou novas formas de entretenimento, ou seja, a introdução da infraestrutura turística que quando não é realizado de forma sustentável, pode atribuir um efeito artificial à paisagem. Claudio Pereira (2020), comenta sobre o perfil de parte de turistas que vêm a Icó sob a afirmação de que:

Não existe uma pesquisa específica que possa determinar o perfil dos nossos turistas, mas nós temos um controle na Secretaria do Desenvolvimento Econômico Cultura Turismo de Icó, onde as pessoas vêm e assinam um livro de presença e são registrados em fotos. E por esses registros, o maior perfil são realmente de estudantes e pesquisadores universitários, arquitetos e urbanistas, que vêm para fazer pesquisas e estudos de campo, e para trabalhos de conclusões [sic] de cursos, pois a história de Icó é muito bem trabalhada em monografias e artigos (informação verbal).

Este perfil de turismo acadêmico colocado pelo coordenador, que tem motivação educacional e pode ser desenvolvido quando se busca por estudo e investigação, geralmente tem forte relação com o turismo cultural, visto que em algumas localidades os atrativos culturais podem fornecer esse tipo de experiência, sendo este o caso de Icó (LEAL; BRENDA; EUSÉBIO, 2019), mas acontece de forma incipiente na cidade. Por não contar com um expressivo número de visitantes, esse turismo implica no território uma mudança menos drástica e menos perceptível a curto prazo, diferente do turismo de massa.

É importante delimitar que essas explicações de território tratadas até aqui não abordam as influências que os fatores naturais, isto é, que dizem respeito à natureza, provocam nessa categoria. Contudo, ainda é possível explorar essa questão quando se descreve a sua relação

perante os fatores culturais. Para uma melhor visualização, é importante voltar o olhar para o modo de disposição dos seus recursos naturais, recursos criados e sua interdependência, que se complica e se completa (GIOMETTI; PITTON; ORTIGOZA, 2012).

Sendo assim, essa disposição ajuda a delimitar mais profundamente o tipo de sociedade que controla o território. No histórico da formação territorial de Icó verifica-se que a influência dos fatores naturais foi determinante para o tipo de produção econômica desenvolvida — inclusive na escolha da área urbana — e que a formação social do município de Icó, como no restante do Ceará, foi influenciada pela convivência dos grupos que faziam parte da colônia, sendo eles: índios, negros e europeus. Cada um com seu modo de vida, suas características físicas e suas crenças contribuíram com o desenvolvimento das práticas culturais do icoense.

Contudo, apenas a categoria geográfica de território não é suficiente para essa análise. Como tratado até aqui, ela vai possibilitar informar os “principais” grupos sociais presentes no desenvolvimento desse território e os poderes que o influenciam e o dominam. São esses poderes que referenciam a discussão sobre a criação das políticas que irão organizar a vida social e o espaço geográfico. Geralmente elas retratam o interesse dos grupos que dominam e representam o território. E é desses grupos que também são produzidas as referências culturais das quais o patrimônio reflete. Mas afinal, o que é um patrimônio histórico cultural e qual a sua importância no espaço geográfico? Por que existem grupos que têm interesse em tais bens? E qual a sua relação com o turismo? No capítulo seguinte serão retomadas essas questões; a intenção não é responder por completo, mas extraír elementos que podem ser observados em Icó.

A categoria “lugar” é aqui complementar, pois ela possibilita entender as relações emocionais que esses grupos sociais desenvolvem com o espaço, com as técnicas e os objetos/formas-conteúdo, que por meio do tempo se tornaram as suas referências ou raízes culturais. Associa-se ao lugar o conceito de paisagem, sendo esta o elemento visual do espaço e de que o turismo, por vez, mais se apropria para promover o lugar e sua identidade cultural.

3.2 LUGAR E PAISAGEM EM ICÓ: O SENTIR E O VER O ESPAÇO GEOGRÁFICO

O estudo da categoria lugar tem como contribuição expressar as vivências e as principais referências contidas em uma determinada localidade e assim identificar o que a torna singular. É, portanto, a análise da cultura, hábitos, língua e tradição. Lugar seria então um ponto no espaço, onde os resultados das experiências vividas pelo conjunto de indivíduos que compartilham daquela localidade têm significado para aquele grupo e vínculos afetivos diretos com eles (GIOMETTI; PITTON; ORTIGOZA, 2012).

Por abordar a questão da subjetividade que cada lugar pode apresentar perante um indivíduo e a sua construção e leitura da paisagem, essa é uma das principais categorias usadas para analisar um espaço tombado, porque se pretende verificar quais foram as experiências, as histórias, os marcos, os sistemas de valores, quer dizer, as características histórico-culturais e a expressão da globalidade que fazem com que aquela localidade tenha significado (principalmente emocional) e seja diferente das demais. E é dessa vivência que o turismo cultural se apropria, pois:

implica em experiências positivas do visitante com o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a favorecer a percepção de seus sentidos e contribuir para sua preservação. Vivenciar significa sentir, captar a essência, e isso se concretiza em duas formas de relação do turista com a cultura ou algum aspecto cultural: a primeira refere-se às formas de interação para conhecer, interpretar, compreender e valorizar aquilo que é o objeto da visita; a segunda corresponde às atividades que propiciam experiências participativas, contemplativas e de entretenimento, que ocorrem em função do atrativo motivador da visita (BRASIL, 2010).

Icó e sua cultura certamente possuem elementos que contribuem para que os visitantes usufruam de uma experiência singular, através da sua gastronomia, da sua paisagem, da forma como a população se comunica, da maneira como se estrutura o seu comércio e da riqueza natural e cultural da zona rural, isto é, cada fator cultural pode impactar o visitante de certa forma. Porém, na cidade não existe um instrumento que mensure isso, que poderia ser uma pesquisa de satisfação do turista.

Sobre uma aplicação do conceito de lugar a localidades que têm um patrimônio histórico cultural, Nascimento (2002) diz que o conceito de lugar aparece como um dos temas mais abordados pelos segmentos que trabalham com a cidade e com o planejamento urbano, e especialmente nas intervenções direcionadas à valorização destes espaços através da preservação do patrimônio cultural, visto que a caracterização do lugar se apresenta como uma das peças-chave para qualificá-lo como “espaço defensável” frente à crescente tendência do homogêneo que a globalização incute.

A singularidade do lugar torna-se um elemento representativo na luta contra o global desumanizante. Então, a preservação do patrimônio seria um dos elementos que fariam frente ao “não lugar”. Icó coloca-se como “espaço defensável” a nível nacional pela sua representatividade como núcleo urbano surgido pela ocupação territorial do sertão nordestino e pela prática econômica do sistema pecuário e de algodão que se desenvolveu nos séculos XVIII e XIX, respectivamente.

Atualmente a cidade passa por um processo de estagnação econômica, e isso faz de sua condição de espaço de significação cultural uma razão para a tentativa de redenção e requalificação do referido espaço, a partir da atratividade do espaço espetacularizado. Esta “espetacularização” do espaço, que trabalha com uma imagem-síntese de uma cidade sertaneja dos séculos XVIII e XIX, reduz o espaço a uma condição imagética, em busca de uma “eterna imagem do passado”, condição esta que se revelará no processo de restauração desse espaço (NASCIMENTO, 2007). Somente manifestações culturais genuínas é que fazem frente ao desenvolvimento de um “não lugar”.

As principais manifestações culturais icoenses são voltadas à música (Figura 11), à dança (Figura 12), ao artesanato e à religião. O forró é um dos estilos musicais mais populares do Nordeste. Todo ano no mês de julho ocorre em Icó, no Largo Theberge, o Forricó. A festa é um dos maiores festivais de forró do Ceará e nesta ocasião estima-se que a cidade receba milhares de pessoas por dia de evento. Sobre ela, Claudio Pereira (2020) afirma que:

Também temos o Forricó, que ocorre no meio do ano, que dispensa comentários. São 4 dias de festa na Praça Principal (Praça do Largo do Theberge, ou como conhecido popularmente, Praça do Forricó), onde recebemos em torno de 20 e 30 mil pessoas por noite, dependendo das atrações musicais que vem se apresentar aqui (informação verbal).

Icó tem várias bandas de forró, rock, MPB e gospel. Existem também as serestas, outro estilo popular que, além do forró, fazem sucesso entre os icoenses. Os cantores seresteiros são intérpretes de músicas românticas, cantadas nas noites da cidade. Hoje ainda se encontram alguns seresteiros em Icó, como João Dino, Lilá Borges e Socorro Gaitada (IPHAN, 2011). De fato, as cantorias são um significativo traço da população icoense, que aprecia música e conta com autênticos repentistas, violeiros e trovadores.

Dentro de um dos prédios históricos encontra-se o Núcleo de Música do Sobrado Canela Preta, que fica localizado no Largo Theberge, ao lado da Igreja Matriz. No local, 500 alunos divididos em 40 turmas, em três turnos de segunda a sábado, recebem formação profissional

básica em música. São oferecidos cursos de bateria, violão, teclado, percussão, coral, saxofone, clarinete, trompete, trombone, tuba e bombardão (IPHAN, 2011).

Esse núcleo de música foi uma realização entre o “Programa Monumenta”, a Secretaria Estadual de Cultura e a Prefeitura de Icó. A sua gestão fica a cargo da Associação Artística de Concertos do Ceará. Sobre a sua primeira turma é dito que o projeto foi desenhado para atender 180 crianças e adolescentes, mas recebeu a inscrição de 370 interessados dos quais 240 foram selecionados, e para surpresa dos envolvidos “a maioria dos alunos se mostrou assídua e revelou que de fato tem aptidão para a música”. Uma das lendas de Icó é que durante o seu período áureo, entre os seus moradores donos de instrumentos, havia uma somatória de 200 pianos, número exagerado é claro, mas existiram alguns desses instrumentos de fato, e eram orgulho e ostentação para época (IPHAN, p. 14, s.d.)

Figura 11 – Apresentação musical do núcleo de música



Fonte: Isso Eu Vi Em Icó-CE, (s.d.)

Icó tem vários grupos juninos que fazem apresentações de quadrilhas, que durante os festejos apresentam suas versões do casamento matuto ou casamento na roça. As quadrilhas, assim como o forró, passaram por modificações. Os festivais juninos que premiam as melhores quadrilhas incentivam cada vez mais esse tipo de manifestação. Ano após ano, os figurinos ficam mais sofisticados e a interpretação do casamento fica cada vez mais criativa (IPHAN, 2011). Uma dessas manifestações, “Quadrilha Luar do Sertão”, é apontada no mapa cultural do Ceará⁸, e está em atividade desde 2002, inclusive já saiu com o tema “A História do Icó, Sobre

⁸ Produzido pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, é uma plataforma de divulgação de manifestações culturais que acontecem no Ceará. Disponível em: <<https://mapacultural.secult.ce.gov.br/>> Acesso em: 28 out. 2020.

os Patrimônios Históricos como o Teatro, o Sobrado do Barão, entre outros.” Ao longo dos anos outros importantes marcos culturais da cidade foram lembrados nos seus temas de apresentação, além disso, desenvolve inúmeras atividades a fim de fomentar a cultura durante todo o ano, beneficiando toda a população icoense de modo geral. Tem como principal atividade a Quadrilha Junina Luar do Sertão, mas desenvolve também os festejos dos Caretas, Carnaval Cultural, Coral e Natal de Luz.

No município de Icó os negros, escravos ou não, deixaram marcas na composição física e cultural da população; uma dessas referências na cultura, é a capoeira. Essa expressão é valorizada em Icó quando, durante o mês de dezembro, é realizada a apresentação das crianças e adolescentes da Fundação Arte Brasil Capoeira Mestre Pedro, que dançam capoeira em frente à igreja onde ocorre a Festa do Senhor do Bonfim (IPHAN, 2011). Esse resgate das tradições afro descendentes é importante em Icó, pois essas referências ainda precisam estar mais evidentes, já que este grupo social faz parte da história de Icó e devem ser lembrados, as várias edificações que existem na cidade foram construídas com a força do trabalho escravo.

Por exemplo, a rua General Piragibe — antiga “rua do Meio” e que está localizada entre as antigas “rua Larga” e “rua Grande” — era o local onde os escravos circulavam. É dito que “Eles utilizavam as portas dos fundos dos grandes sobrados, que davam para a “rua do Meio”, para transportar todos os dejetos. Era nesse local também em que faziam suas festas, desfiles e praticavam seus cultos religiosos” (IPHAN, p. 52, 2011).

Sobre o artesanato icoense, Cláudio Pereira (2020) coloca que sempre estão estimulando o artesanato local: “[...] temos uma associação chamada Aproarti (Associação dos Produtores de Artesanato, Gestores Culturais e Artistas de Icó), que está na 25º posição no ranking do programas de artes mais procurados no país” (informação verbal). Esta classificação foi desenvolvida pelo Programa do Artesanato Brasileiro do governo federal. A associação foi criada em 2005 e, de acordo com a organização Artesol⁹, tem o objetivo de estimular a produção artesanal local e oferecer maior estrutura aos artesãos icoenses por meio de formações e difusão das manifestações culturais e artesanais da cidade. A organização apoia a capacidade produtiva de cerca de 60 bordadeiras e a venda dos produtos artesanais de alta qualidade nas regiões

⁹ De acordo com o site da organização, a Artesol foi idealizada em 1998 pela antropóloga Ruth Cardoso, sendo inicialmente concebida como um programa de combate à pobreza em regiões do Nordeste brasileiro castigadas pela seca. A partir de 2002 tornou-se uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Públco) com atuação nas áreas social, cultural e econômica através de diversos projetos relacionados ao artesanato brasileiro. Disponível em: <<https://www.artesol.org.br/quem-somos>> Acesso em: 28 out. 2020.

urbana e rural. Entre diversas atividades, realiza cursos de bordado Rococó (Figura 12), uma prática exclusiva da região, inspirada na arquitetura local. Os produtos são comercializados na loja da associação, em feiras regionais e interestaduais.

Figura 12 – Apresentação musical do núcleo de música



Fonte: Artesol (2020). Foto de Raquel Lara Rezende

O principal produto é o bordado, uma técnica tradicional que tem sido explorada de inúmeras formas na produção artesanal. Nas mãos das bordadeiras de Icó, tornou-se uma forma de contar história. Nas diversas peças que produzem, entre almofadas, carteiras, caminhos de mesa, toalhas de mesa, bolsas, sacos, jogos americanos, tapetes, entre muitas outras, as artesãs trazem para seus bordados elementos, desenhos, formas e cores características da arquitetura histórica da cidade. Assim, fazem do seu fazer artesanal também uma ferramenta de difusão e valorização do patrimônio cultural de Icó. Além do bordado, as artesãs também trabalham com o couro, usado para a confecção de carteiras e bolsas.

Todas essas manifestações são de certa forma apoiadas pelo governo municipal, reflexo de um certo investimento voltado ao segmento cultural, como apontado por Lima (2018) ao entrevistar o gestor da secretaria de desenvolvimento econômico, cultura e turismo, em que argumenta que o turismo local não tem uma ação mais efetiva por conta dos recursos da pasta.

Composta por três pastas, a saber: desenvolvimento econômico, cultura e turismo, o gestor afirma que a cultura conta com mais recursos e parcerias, mas reconhece a importância das demais pastas e que o turismo em Icó carece de uma estruturação melhor e que deveria

contar com uma boa infraestrutura básica, possível através de ações conjuntas com outras secretarias e que falta trabalhar essa infraestrutura para poder receber mais visitantes.

Icó tem uma acentuada diferença entre o urbano e o rural. É na área urbana que se concentra o maior número de equipamentos e serviços do município, e é onde encontram-se os bancos, as lojas, os equipamentos públicos (prefeitura, câmara municipal, dentre outros), os hospitais, a delegacia, a cadeia pública, a rodoviária, além de outros equipamentos e serviços. Por conta disso, essa área passa uma sensação de comodidade, conforto e segurança. Nela está uma melhor distribuição do sistema de energia elétrica, internet, água e saneamento, vias com asfalto e oferta de transporte, porém existem problemas, como o crescimento desordenado das zonas periféricas — que abrigam moradias construídas de forma inadequada e em lugares impróprios — a alta taxa de desemprego — quando existe a oportunidade de trabalho a maioria é informal —, a violência, a poluição do ar, água, sonora e visual; o superaquecimento da cidade — ponto bastante crítico, pois a alta impermeabilização do solo pelo asfalto, alinhado à pouca arborização, provoca um calor intenso — e a destinação adequada do lixo, que é ainda um assunto a ser solucionado.

A zona rural de Icó, parte mais expressiva do território, é marcadamente utilizada para o cultivo agrícola de milho, feijão, fava, macaxeira entre outros, principalmente para a agricultura de subsistência e atividades pecuárias, tais como a criação de gado, bode, galinhas etc. Atividades de extração também ocorrem, principalmente quanto à extração da cera de carnaúba. As moradias são mais simples e a maioria das pessoas vivem em sítios, mas existem algumas fazendas e chácaras. A vida no campo segue o ritmo das colheitas: existe a época do plantio, da colheita e da preparação do solo para a próxima plantação. Os elementos naturais são mais usados para o lazer: é comum o banho em açude, barragem, rios e riachos durante os períodos de chuva. Problemas como a falta de equipamentos públicos, saneamento e internet são recorrentes. O transporte é feito via estradas de terra e geralmente só existe um único horário de saída do ônibus que vai à cidade, com saída às 5:00 da manhã e volta às 14:00 da tarde.

Esses traços tão distintos entre urbano e rural encontram-se na imagem da feira, que acontece geralmente nas sextas-feiras no mercado municipal. Na figura 13 é possível ver a união dessas duas dimensões neste espaço.

Figura 13 – Mercado Municipal durante feira pública



Fonte: Dário Gabriel / FDR

É também interessante identificar, tanto quanto possível, os principais fatores naturais no município de Icó: a água e o solo são recursos preciosos. As secas são comuns na região e já causaram muito sofrimento, tanto às pessoas quanto aos animais, inclusive, historicamente já morreram de fome e de sede devido a elas. A chuva geralmente é motivo de muita alegria, mas ela só costuma durar três ou quatro meses, na Figura 14 vemos esse elemento na paisagem icoense. No resto do ano dificilmente chove. Os riachos secam e as pessoas, principalmente na zona rural, sobrevivem com a água armazenada em barragens e cisternas, garantindo o abastecimento de suas famílias e de pequenos rebanhos.

Quando a seca é grande, muitas comunidades são abastecidas por carros-pipa. O clima no Nordeste, por estar próximo à linha do Equador, apresenta duas estações bem definidas: período chuvoso, chamado de “inverno”, e período seco de verão. O período chuvoso corresponde ao verão no resto do país. Quando chove, o tempo esfria e daí alguns nordestinos chamam o período chuvoso de inverno. O período seco corresponde ao outono, inverno e primavera nas regiões Sul e Sudeste. (IPHAN, 2011).

Figura 14 – As chuvas em Icó são elementos importantes na paisagem local



Fonte: ICÓ NA REDE (2014).

No entendimento de Carlos (1996, p. 20), a definição de lugar é a “porção do espaço apropriável para a vida — apropriado através do corpo — dos sentidos”. O espaço vivido é onde a vida se desenvolve em todas as suas dimensões, afastando a noção da representação do lugar como “triunfo das formas e não da vida”, definição comum quando se privilegia o visual frente aos demais sentidos, característica da prática moderna, onde o ver predomina sobre o ser. Pois é pela paisagem que acontece a primeira vivência do lugar, e é nessa categoria que recentemente as políticas de preservação do patrimônio vêm trabalhando e para a qual o turismo também volta o seu interesse.

A paisagem é visível e material; ela trata do passado, presente e aponta para o futuro, é resultado da interação socioambiental e representa a sociedade que a construiu e a constrói. Ela orienta e está cheia de símbolos, de marcos, de pontos de referências e de encruzilhadas, que dirigem o olhar humano, que passeia pela sua natureza (GIOMETTI; PITTON; ORTIGOZA, 2012; LEMOS, 1985, p. 9). A capacidade de exibição da paisagem vai além do material: nela também são perceptíveis as ações imateriais que a sociedade e indivíduos produzem no dia a dia.

Quando se olha, por exemplo em Icó, uma praça, mercado, igreja, entre outros locais, não se vê apenas um objeto/formas-conteúdo, a sociedade também está atrelada e suas ações

ali se realizam, ou seja, indivíduos sentados conversando, vendendo e comprando seus produtos, realizando suas atividades religiosas. De uma forma mais ampla a paisagem de Icó expressa notadamente as características do ambiente sertanejo.

No parecer feito pelo Iphan¹⁰ (1997), intitulado “Impressões da cidade”, tem-se o relato da paisagem que representa esse tombamento e o que se sobressai são os elementos arquitetônicos, sendo demonstrados através das suas formas e alguns pontos da sua história. Aparece também a descrição dos elementos geográficos naturais que cercam a paisagem, como a vegetação, o monte em que fica a igreja e alguns elementos imateriais que compõem a paisagem. Um trecho em que se relata um contraste entre a paisagem da área tombada e a paisagem “normal” da cidade é:

Apesar da Igreja do Monte, a tendência natural é de se procurar o desvio dessa área próxima ao Terminal Rodoviário, cenário que desagrada a vista de modo peculiar na maioria das cidades brasileiras e ali se apresenta nitidamente como espaço de transição entre o burburinho da zona comercial periférica, de ocupação mais recente e os espaços de ocupação tradicional. Um certo ar de abandono e desfavorecimento urbano se reflete nessa área, que parece ter sido relegada ao plano límbico antes que a sua consolidação fosse alcançada. [...] Na busca pelo núcleo que originou a cidade, o casario começa a se delinear, a conformar uma identidade graciosa feita mais de linhas e de cores do que propriamente de volumes e a tranquilidade se estabelece nas ruas ensolaradas, nas travessas e nos pequenos becos que remanescem de dias remotos. Nada na paisagem indica que alguns metros dali corre o rio Salgado a beira do qual o curral de gado virou arraial, transformou-se em vila e crescendo a sua margem transformou-se na cidade de Icó (IPHAN, 1997, p. 3)

Se olharmos do ponto de vista da paisagem, o terminal rodoviário pode até “desagradar aos olhos”, mas do ponto de vista do lugar, ele tem uma significação marcante para a população icoense, fortemente marcada pela migração. Apesar de alguns icoenses passarem a vida toda vivendo no mesmo local em que nasceram, algumas pessoas, e até mesmo famílias inteiras, deixam o seu lugar de origem à procura de melhores condições de trabalho, saúde, moradia, enfim, em busca de uma melhor qualidade de vida (IPHAN, 2011). Essa capacidade de representação que a paisagem é capaz de expressar é um dos principais elementos que as políticas de preservação fazem uso para apontar que determinada paisagem deve ser preservada, porque é uma representação da sociedade de uma determinada época.

Icó representa um “documento”. Segundo o seu processo de tombamento (1997), ela tem valor histórico, paisagístico, urbanístico e arquitetônico; ela conseguiu manter bem definido o seu traçado urbano da época colonial e isso facilitou a delimitação do seu “centro

¹⁰ Parecer DEPROT/Iphan/RJ/Nº065/97 – Assunto: Processo nº 968-T-78 Conjunto Arquitetônico e Paisagístico na cidade de Icó, Ceará.

histórico”. Ela representa esse processo de povoamento desenvolvido no Brasil durante a exploração portuguesa do território. Como símbolo e marco desse processo, está presente na paisagem a sua rica arquitetura (com influências barroca, neoclássica e gótica).

Segundo Nascimento (2007) apesar das políticas atuais de preservação cultural terem diretrizes mais amplas sobre o conceito de patrimônio cultural e ideia de monumento não abranger mais toda essa complexidade, o que se percebe ainda no centro histórico de Icó, segundo ele, é que apesar das diretrizes mostrar que a ideia de patrimônio é mais ampla e a que deve prevalecer, e que Icó foi tombada não pela sua “excepcionalidade”, mas por representar, no seu traçado urbano, a forma de povoamento do interior do nordeste e do Ceará, a maneira de selecionar este patrimônio continua a trabalhar com a ideia de monumentalidade. Só muda de escala: agora é o quadro urbana, de maneira mais ampla, que será tratada como “monumento”, desvinculada de uma interação com os demais setores da cidade. De acordo com a Rerratificação¹¹ do Tombamento (2014), o perímetro de preservação precisou aumentar para abranger novas formas que o Estudo para Tombamento Federal (1997) não englobou.

Continuando a análise sobre a perspectiva do espaço geográfico, até aqui percebe-se que o território é uma das categorias mais amplas, pois contém a dinâmica social existente e qualidade atribuída àquela porção do espaço, contemplando ainda “lugar” e “paisagem”. O primeiro tem um caráter menos visível aos olhos e mais perceptível ao campo da emoção, já a segunda tem estreita relação entre território e lugar por configurar-se como suas unidades visíveis. E é justamente na paisagem que muitas das grandes questões do patrimônio se introduzem, uma vez que é nessa categoria que o patrimônio é percebido de forma mais imediata e é a ela que se prende a grande atenção do mercado.

Sobre isso discute-se os crescentes planos de refuncionalização, redesenvolvimento, revitalização, requalificação¹² e outros tantos termos que tratam da modificação de uma paisagem e do uso dos objetos/formas-conteúdo que a compõem, e que por diversas vezes tem

¹¹ Rerratificação do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na Cidade de Icó, feita por Cléo Alves Pinto de Oliveira em 14 de dezembro de 2014.

¹² Segundo Peixoto (2009, p. 38) “Requalificação urbana e reabilitação urbana (o segundo mais que o primeiro) são dois dos termos mais recorrentemente usados em operações de natureza urbanística, arquitectónica e de intervenção no espaço público [...] Os vocábulos requalificação e reabilitação urbanas, na variedade de situações em que são usados, estando enquadrados por uma retórica pluridisciplinar, assumem sentidos diversos, revestindo-se, inevitavelmente, de alguma ambiguidade. O carácter predominantemente técnico que parecem assumir tende a isentá-las, frequente e forçadamente, de uma carga política que outros processos que as enquadram (enobrecimento, higienização, haussmanização, depuração paisagística, etc.) transportam consigo de um modo evidente.

por trás um apelo mercadológico e uma lógica que incentiva a segregação socioespacial de grupos menos privilegiados (PAES-LUCHIARI, 2006; PEIXOTO, 2009). Essa modificação faz parte da dinâmica do espaço geográfico e como ela é tratada nas políticas de preservação é como são determinadas as provocações feitas no território, no lugar e na paisagem.

De certa forma isso pode contribuir para o que a autora Paes-Luchiari (2006, p. 44) chama de “fetichização” da paisagem, onde as forças capitalistas fazem uso da cultura e da modificação da paisagem para manter o domínio de um território. O turismo, o patrimônio cultural e a qualidade ambiental seriam os novos ingredientes na atribuição de novos sentidos à paisagem urbana. O grupo que elabora, aprova e implementa essas diretrizes políticas de preservação do patrimônio tem grande influência na configuração de um território tombado. Esse cenário é formado a partir de uma lógica crescente de competição entre as cidades pela captação de recursos, e o turismo é um dos meios para conseguir tal feito.

De acordo com matéria publicada pelo Diário do Nordeste (2017) sobre o centro histórico de Icó, comenta-se sobre a preservação dos casarões e sobre as obras de restauro que foram empreendidas. O Superintendente do Iphan, Otacílio Macedo, diz que “Aparentemente, os prédios estão preservados, mas 13 anos depois (das obras de restauração), o interior revela deterioração. Serviços não foram implantados. Muitas das ideias ficaram no papel.” Com recursos do “Programa Monumenta”, foram empreendidas obras de restauração no Teatro da Ribeira dos Icós, na antiga Casa de Câmara e Cadeia, no Sobrado do Canela Preta e na praça que forma o Largo do Théberge.

Icó foi uma das primeiras cidades brasileiras contempladas com o “Programa Monumenta”. A matéria comenta também que com recursos próprios do Ministério da Cultura, houve intervenção nas Igrejas de Nossa Senhora da Expectação, do Rosário e do Monte. Na época, criou-se uma expectativa de que a cidade histórica, que tem um sítio tombado pelo Iphan e um centro urbano que conserva imóveis do século XVIII e XIX, seria um atrativo turístico regional. Contudo, em mais de uma década depois, não se observa presença significativa de visitantes no cotidiano da cidade motivados por esse patrimônio. A esperança de que a restauração desses imóveis incentivasse o turismo fica clara na afirmação do então secretário de cultura do município, na época de implantação do Programa Monumenta, o advogado Getúlio Oliveira: “Era para ser um centro turístico da região, pois há muito que se ver e contar sobre a história de formação do Ceará, nos aspectos econômicos e políticos [...]. A concepção

original dos projetos não aconteceu como se esperava e praticamente limitou-se às obras de restauração".

Toda a discussão levantada sobre a preservação e restauro dos edifícios foi promovida para anunciar que a cidade ganharia uma “Casa do Patrimônio”, cujo objetivo é ser “um espaço pedagógico em educação patrimonial entregue pelo Iphan, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo e a Universidade Federal do Cariri (UFCA), além de instituições da sociedade civil” (BARBOSA, 2017). Esses são espaços desenvolvidos pelo Iphan, onde “As Casas do Patrimônio”¹³ constituem-se em um projeto pedagógico, com ações de educação patrimonial e de capacitação que visam fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural. Fundamentam-se ainda na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento entre o Iphan, a sociedade e os poderes públicos locais.

O turismo também pode configurar uma ferramenta de reforço ao patrimônio, uma vez que existe a possibilidade de um número maior de pessoas criarem vínculos afetivos com determinada paisagem ou bem patrimonial, e é justamente a forma como será planejado e incentivado que determinará se as suas externalidades serão mais positivas que negativas e quem colherá os benefícios, pois ao tomarem posse das formas que representam uma fase temporal de um espaço, provocam rupturas na identidade coletiva do local e subvertem o caráter público desses bens históricos (PAES-LUCHIARI, 2006).

Em 2009 o Iphan lançou a chancela de paisagem cultural como um instrumento para preservação do patrimônio, conforme a Portaria Iphan nº 127 de 2009, que regulamenta essa chancela: “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (BRASIL, p. 13, 2009). Esse instrumento político, que localidades podem fazer uso caso estejam engajadas a solicitar o reconhecimento de uma paisagem, depende muito de qual interesse está embutido no pedido de chancelamento e sua justificativa, e o quanto engajados os grupos estarão em prol dessa conquista.

A paisagem cultural de Icó muito se ampara no seu conjunto tombado e já demonstra ser uma porção peculiar do território nacional, uma vez que seu reconhecimento está assegurado

¹³ Iphan, 2020. Casas do Patrimônio. Disponível em: <<http://portal.Iphan.gov.br/pagina/detalhes/502>> Acesso em: 28 out 2020.

nos livros de tombos: Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O patrimônio cultural de Icó se demonstra com maior força quando atrelado às formas que contam a sua narrativa histórica. Então, pode-se assim dizer que um significativo pedaço da paisagem cultural de Icó está representado no seu património histórico-cultural.

A formação territorial de Icó diz muito sobre o tipo de paisagem que este lugar oferece e que é apropriado pelo turismo cultural. Nela está expressa a articulação política do colonizador aos propósitos econômicos e que foram as forças atuantes no domínio do território, enquanto os indígenas e os escravos configuraram os elementos de resistência. Atualmente a paisagem da cidade é representada pelos objetos/formas-conteúdo que essa política impulsionou e que ganhou forma através do seu plano de urbanização, que configura o atual conjunto arquitetônico e urbanístico tombado. As principais formas que imprimem essas referências culturais na cidade são os casarões antigos; na Figura 15 vemos a imponência dessas casas antigas que correspondem aos séculos XVIII e XIX, o período de grande poder econômico e político que não condizem mais com o cenário atual. Andar por essa paisagem é rememorar esta época.

Figura 15 – Sobrados e becos de Icó constituem o patrimônio histórico do município



Fonte: imagem à esquerda (IBGE, 2020); imagem à direita (Isso eu vi em Icó-Ceará, s.d.)

Dentre essas formas também estão os marcos religiosos da época. Nas figuras 16 e 17 vemos algumas igrejas que compõem a paisagem: elas são monumentos que foram construídos

ao longo da formação territorial e representam a religião inserida no espaço. Sua manutenção ao longo das épocas é o indicativo de que a religiosidade é um elemento cultural importante para a sociedade de Icó. Na figura 16 está a primeira capela, sendo também uma das edificações mais antigas, da cidade e cujo primeiro nome foi Capela de N. Sr.^a do Ó de Icó. O santuário da Igreja é considerado uma raridade sacra feita em madeira; as imagens mais antigas desta igreja são as da Senhora Santana, Santo Antônio, Santa Luzia, Senhor Morto e Santa Verônica (IPHAN, 2011). Na Figura 17 vemos essa mesma Igreja em uma foto histórica, porém não se sabe ao certo o ano de sua fundação, estima-se que foi em 1709, justamente sobre o túmulo da filha do coronel Francisco Monte Silva, o fundador de Icó.

Figura 16 – Igreja de N. Sr.^a da Expectação



Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo de Icó (s.d.).

Figura 17 – Foto histórica da Igreja N. Sr.^a. da Expectação fundada em 1709



Fonte: facebook, 2013. Família Soares do Monte.

Verifica-se que o entorno desses monumentos sofre alterações, porém essa forma-conteúdo permanece pouco alterada. Observa-se também que os elementos naturais nessas imagens foram mais suscetíveis a alterações. Sabe-se que o desenvolvimento do traçado urbano de Icó foi planejado pela Coroa Portuguesa que, através de Carta Régia, estipulou os padrões para as ruas, prédios públicos e casas; ao final do século XVIII a paisagem da Vila era formada por prédios públicos, em conjunto de uma grande via (formada pelo trajeto natural das boiadas), as primeiras casas com quintais e o aparecimento de alguns becos perpendiculares às vias constituídas pelos conjuntos das casas (NASCIMENTO, 2002). Na figura 18 tem-se uma foto aérea do largo do Theberge, onde se encontra a poligonal do Centro Histórico que abriga na sua paisagem todo esse patrimônio.

Ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, o número de formas foi se intensificando e fugindo do padrão estipulado pelo plano de urbanização da Coroa Portuguesa, que mesmo em seu início não foi totalmente cumprido e precisou ser condicionado ao meio natural, como a esplanada da rua larga, que foi projetada dessa forma devido à recepção de boiadas. Na figura 20 tem-se uma imagem mais ampliada do centro de Icó onde se consegue verificar como o centro histórico e o seu entorno se entrega à área total.

Figura 18 – Núcleo tombado do sítio histórico de Icó



Fonte: Portaria nº 211, de 08 de agosto de 2019, Google Road (2020) e Google Satélite (2020).

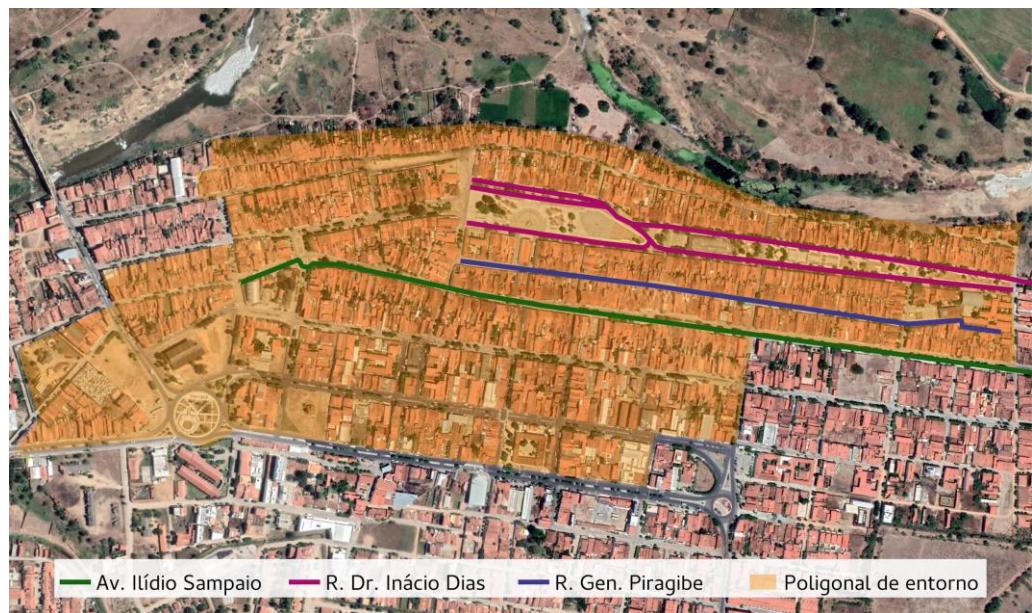
Em torno do Largo, que tem 955 metros de uma ponta a outra, estão a Praça da Matriz, a Igreja de Nossa Senhora da Expectação, a Igreja do Senhor do Bonfim, o Teatro Municipal, também conhecido como o Teatro da Ribeira dos Icós, a Cadeia Pública, o Sobrado do Barão do Crato, a Casa Paroquial, a Igreja Nova e a Casa Dona Janoca. Na mesma rua está a casa onde nasceu o jornalista João Brígido, que foi também um importante historiador do Ceará e outros conjuntos de casas históricas (IPHAN, 2011). Esta parte do espaço conservou os objetos/formas-conteúdo das épocas passadas, modificando o corpo social. Hoje não são mais os barões e coronéis que ocupam esse espaço e nem mais os vaqueiros com suas boiadas (figura 19) que ali passavam, mas sim algumas famílias que descendem das famílias fundadoras, funcionários públicos, turistas e a população rural que vai à cidade pelo comércio e afins.

Figura 19 – Tropeiros em Icó-CE (1962)



Fonte: IBGE, (2020).

Figura 20 – Perímetro de entorno do sítio histórico



Fonte: Portaria nº 211, de 08 de agosto de 2019, Google Road (2020) e Google Satélite (2020).

A existência na paisagem de Icó de objetos/formas-conteúdos que são pertencentes ao período inicial de ocupação do território cearense foram demonstrados em parte nas figuras tratadas acima. Correspondem ao século XVIII e XIX, períodos em que se iniciou o registro de atuação do Estado na formação territorial de Icó. É também nessa fase temporal de formação do território que o trabalho concentrou a sua narrativa histórica, que explica a configuração atual do lugar, os seus elementos patrimoniais que são suas referências culturais e o seu uso para o turismo cultural.

4 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DE ICÓ

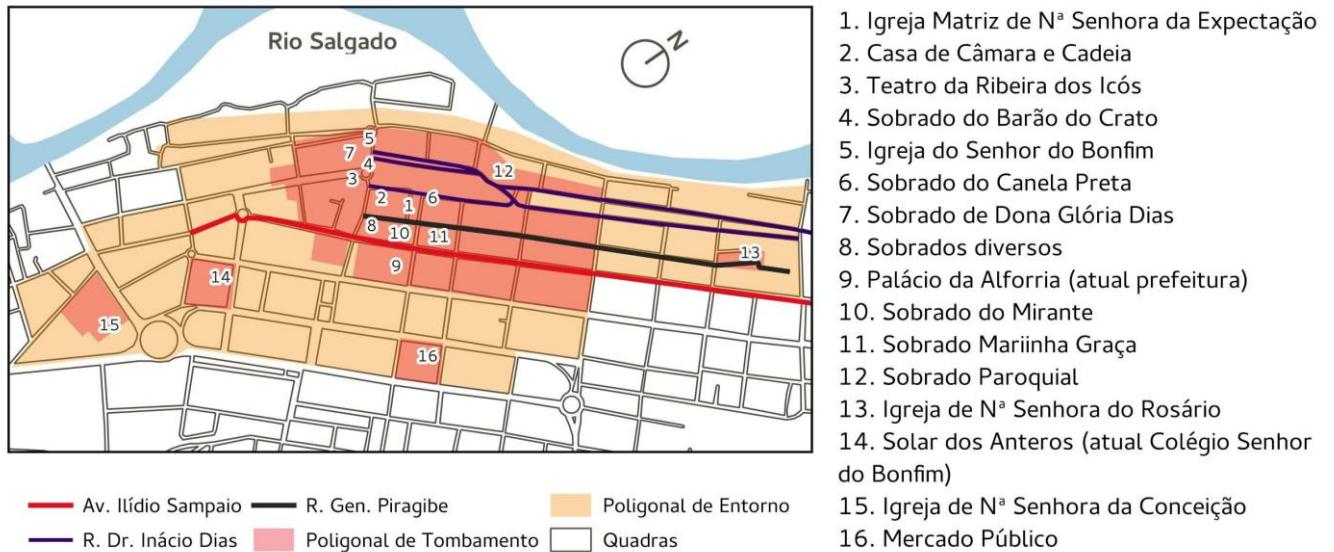
Falar de patrimônio histórico cultural¹⁴ é um desafio, até mesmo em uma pequena localidade, pois nesta pode haver incontáveis e variadas referências culturais, mas é justamente essa complexidade que torna este assunto tão instigante. Em Icó, como já visto, o patrimônio histórico cultural é reconhecido principalmente em suas edificações; o seu núcleo urbano desenvolveu-se em torno de uma capela construída no início do século XVIII sobre a proteção de N. Sr.^a da Expectação. Esse núcleo demandou novos edifícios (Igreja Matriz, Casa de Câmara e Cadeia, Teatro) que hoje são considerados monumentos históricos.

Essas construções serviam aos propósitos sociais e econômicos da época — principalmente colonial e imperial —, sendo em um primeiro momento de forma mais prática e funcional, como por exemplo as fazendas e todo o seu aparato de objetos e estrutura que elas demandavam (por influência econômica), e em um segundo momento, por volta do século XIX, o traçado urbano foi mais desenvolvido e planejado para se consolidar uma imagem de modernidade e civilização. A Figura 21 apresenta o patrimônio histórico cultural representado pelos bens materiais e é delimitada a área tombada¹⁵ pelo Iphan. A partir de 1997 essa área passou a constar nos Livros do Tombo Histórico e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, que é um dos instrumentos de preservação que serão discutidos no item sobre políticas de preservação.

¹⁴ O termo patrimônio histórico cultural foi empregado aqui como uma forma de delimitar o tipo de patrimônio tratado, pois o termo patrimônio cultural é mais abrangente e daria espaço para discutir outros elementos considerados patrimônio cultural que não necessariamente se apresentam no patrimônio histórico. Sobre isso, Lemos (1985, p.7) fala que ““Patrimônio Histórico”, ao qual, às vezes, também é apostila a palavra ‘artístico’. Na verdade, [...] abrange somente um segmento de um acervo maior, que é chamado patrimônio Cultural de uma nação ou de um povo”.

¹⁵ O tombamento foi homologado pela Portaria Ministerial nº 237 do Ministério da Cultura em 10 de julho de 1998 (OLIVEIRA, 2014).

Figura 21 – Conjunto Arquitetônico e Urbanístico tombado em Icó-CE



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), Nunes (2018) e Portaria nº 211, de 08 de agosto de 2019. Elaborado por Daiane Uinnes Faustino.

No Guia “Um Passeio por Icó” (2011), elaborado pelo Iphan como material complementar ao Livro “*Construindo Icó*” (2011), está o compilado dos principais bens materiais que compõem a área tombada e algumas informações sobre a história desses edifícios. São eles: o largo do Theberge — que basicamente é o centro histórico de Icó —, o Sobrado do Canela Preta — o prédio é uma relíquia do tempo em que Icó era uma cidade importante na venda de couro de gado e de carne de sol e o seu antigo dono era respeitado e temido na região —, a Igreja da Expectação — é a mais antiga construção de Icó e data de 1709 — e o Teatro da Ribeira dos Icós — um dos mais antigos do Ceará e que tem a fama de nunca ter sido inaugurado, pois diz a lenda que nenhum dos convidados queria ser o primeiro a chegar na festa. Na figura 22 está a fachada do prédio e o seu interior.

Figura 22 – Fachada do Teatro Municipal e o seu interior



Fonte: imagem à esquerda (Iphan,2015); imagem à direita (Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo de Icó, s.d.)

Também há outros bens, como o Sobrado dos Tamarindos — cuja antiga dona, Glória Dias, é responsável por várias histórias e inclusive é a ela atribuída a origem da queima de fogos que acontece todo dia 1º de janeiro na festa do Senhor do Bonfim —, o Mercado Público — com construção iniciada em 1875, foi o responsável por separar a área residencial da área comercial —, a Casa de Câmara e Cadeia, o Sobrado do Barão do Crato — o seu dono recebeu esse título porque em Icó já havia outro Barão —, a Igreja do Rosário — um importante marco da herança negra, pois foi construída pelos escravos e ficava mais afastada do centro; ali negros e homens pardos reuniam-se — à Igreja do Sr. do Bomfim, onde acontece a festa do Senhor do Bonfim todos os anos entre os dias 22 de dezembro e 6 de janeiro¹⁶ — e a Igreja do Monte, de cuja calçada é possível ter uma bela vista da cidade de Icó.

As ruas de Icó levam à sua história centenária. O visitante pode aprender sobre este patrimônio enquanto anda pelas Rua Grande, Rua Larga e Rua do Meio, que faziam parte da configuração inicial do traçado urbano e ainda hoje estão lá, são elas: a Avenida Ilídio Sampaio, Rua Dr. Inácio Dias e a Rua General Piragibe. Na Figura 23 estão duas das faces dessas ruas.

¹⁶ O ponto alto da festa é a procissão e a queima de fogos que acontecem no dia 1º de janeiro. A cidade fica cheia de visitantes dos municípios vizinhos para participar da festa, e durante o mês de dezembro também é realizada a apresentação das crianças e adolescentes da Fundação Arte Brasil Capoeira Mestre Pedro, que dançam capoeira em frente à igreja.

Figura 23 – Uma das faces da Rua Ilídio Sampaio e da Rua General Piragibe



Fonte: Arquitetura e Memória (2012)

Este trabalho recorre à autora Françoise Choay (2001, p.12), através da sua obra “Alegoria do Patrimônio”, para iniciar o entendimento do conceito de patrimônio histórico. Neste livro, Choay trata de questões sobre definição à luz das edificações, que segundo ela “é aquele (patrimônio) que mais se relaciona diretamente com a vida de todos”, talvez por serem mais tangíveis que o patrimônio imaterial são mais “percebidos”, por assim dizer. Ela destaca a diferença entre monumentos e monumentos históricos e a sua consagração. Seu trabalho contribui para uma noção de como eles são entendidos a nível mundial através de uma visão ocidental, principalmente francesa, além de abordar exemplos relevantes e colocar que “o pensamento, as argumentações e as questões referentes ao patrimônio histórico derivam de uma mesma mentalidade em todos os países europeus” (CHOAY, 2001, p. 29).

É essa matriz francesa da qual Choay trata que referencia as políticas patrimoniais brasileiras nos anos 1930. E é dessa ideia que se desenvolve, a partir da observação de certas realidades, um entendimento em torno do que é um monumento e esse entendimento é “disseminado” mundo afora. Partindo do sentido intuitivo de que eles são em essência são os objetos/formas-conteúdo de que trata Santos (1996) a autora então parte para analisar qual é o conteúdo dessa forma e qual a sua função, e conclui que o monumento “[...] Tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer com que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2001, pp. 17-18).

Essa memória é localizada e selecionada de modo que seja vital a identidade de um povo, instituição ou família. Essa é uma das primeiras definições desse conceito que, com o tempo, se reformulou a ponto de se questionar a sua continuidade no contexto atual, pois novas formas de rememorar o passado tomam lugar, como mostrado a seguir. Retomando à questão

dos monumentos de Icó, conforme analisado no capítulo anterior, no início os edifícios históricos que compõem o núcleo urbano tombado de Icó não foram construídos com o objetivo de rememorar, foram em parte construídos sobre a influência da cultura europeia e a suas funções eram de tornar o lugar desenvolvido e representar a dominação portuguesa ali. Logo, de imediato, não se enquadram nesta definição.

Outras definições atribuídas a monumento, e que são apontadas pela autora, é que o monumento é aquilo que traz consigo um valor arqueológico; carrega valores estéticos e de prestígio, ou seja, são deslumbrantes, ilustres, duradouros e célebres. Assim, monumento pode ser algo que carrega um valor histórico, mas também pode ser considerado monumento por ser admirável aos olhos. Mesmo que não tenha outro valor ou função. Contudo, hoje o sentido de monumento vem perdendo a sua função de memorar, sendo que o deslumbramento e admiração se dá pela alta capacidade técnica — muda o *status* de signo pelo de sinal —, e que anterior a essa mudança, a valorização do sentido de belo já ultrapassa o de recordação. A isso a autora atribui a importância crescente do conceito de arte e ao desenvolvimento e difusão de memórias artificiais propiciadas pela escrita (CHOAY, 2011, pp. 18-20).

Monumentos que causam deslumbramento e admiração são monumentos mais “futuristas” e “espetacularizados”, tais monumentos são mais aclamados que os que têm o objetivo de memorar. Admira-se o monumento em si e não aquilo que ele lembra. É como se eu olhasse para uma placa memorial e admirasse a sua forma e não o que ela tem a recordar. O valor estético dos edifícios tombados e a admiração que eles causam talvez sejam o motivo da sua conservação na paisagem de Icó atualmente, assim como sua capacidade atual de representar uma parte da história do território.

O campo da história deve ser olhado de fora para assim se constituir como história, enquanto que o monumento coloca metaforicamente aquele que o olhar para dentro do passado (CHOAY, 2011, p. 21). Quando lemos ou ouvimos uma história, no geral não somos nós os atores ali. A tendência é nos colocar como observador, ou seja, de fora daquilo tudo. Neste caso, Choay argumenta que a função do monumento é inserir quem tem contato com ele um pouco na realidade do que ele propõe representar. Por exemplo, quando lemos sobre um casarão do século XIX nos colocamos de fora. Mas quando visitamos o casarão estamos um pouco mais dentro daquele passado. E é nessa função inversa, a da história, que o monumento revoga o seu valor perdido. Mas, talvez em Icó, essa possibilidade de colocar quem está em contato com eles dentro da história que os edifícios remetem cause esse efeito de nostalgia e instigue a

curiosidade sobre a história do lugar e sua cultura. Com a ascensão da acumulação da memória pela escrita e através dos meios digitais — fotos, gravações e filmes —, o valor do monumento também perdeu espaço, atualmente as pessoas podem ter acesso a uma memória de forma mais prática e precisa. Se temos um vídeo de um casarão histórico, em tese não precisaríamos visitá-lo fisicamente, um exemplo exagerado? Sim, mas que explica um pouco desse fenômeno.

Então, a definição de monumento contém variados conceitos que são dinâmicos e que se complementam e se contradizem. Dependendo do espaço e tempo em que estão inseridos podem sofrer uma interpretação influenciada pela cultura social da época, como também pela interpretação subjetiva de cada indivíduo. Observa-se que duas categorias se mostram mais fortes nesses conceitos, que é a de contar uma história, isto é, ser um instrumento de memória, e também de ser admirável pela capacidade estética, isto é, o quanto consegue prender a atenção, sendo que o turismo explora ambas.

Coube a este trabalho olhar para os monumentos da cidade de Icó e questionar o seu significado, quer dizer, a que público ou comunidade eles pertencem e representam. Como visto, são em sua maioria remanescentes de uma elite que ocupou a região em tempos passados e, por conseguinte, são representativos deste grupo social; são objetos/formas-conteúdo que pertenceram a coronéis, barões, médicos, religiosos de prestígio, mas que hoje tem significância histórica para uma parte da população e para o turismo.

São tidos como exemplares da história icoense, mas também da história nacional, e são de conhecimento geral, mas cada indivíduo pode significar um monumento de forma diferente dependendo do seu nível de envolvimento com ele. Esses monumentos estão cumprindo a sua função social de certa forma, a depender do grupo social, pois representam mais a elite colonial e imperial, mas se ao entrar em contatos com eles for oferecido uma narrativa ampla dos fatos históricos que os cercam, os outros grupos sociais, tais como os índios, escravos e vaqueiros, irão aparecer. Na parte de Turismo Cultural comenta-se como acontece esse contato entre visitante e patrimônio na realidade de Icó. Ainda falando sobre monumento, falta abordar o que é conceituado sobre os monumentos históricos:

O monumento histórico não é, desde o princípio, desejado (*un gewollte*) e criado como tal; ele é constituído a *posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que os selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte (CHOAY, 2001, p. 25).

O que se observa é que, com o passar do tempo, monumentos podem ser identificados como históricos. Essa “eleição” até certo ponto é subjetiva, porque ao que se percebe, ao longo

da história, sociedades de cada época e de contextos geográficos distintos tendem a considerar como monumento histórico coisas diversas. Neste conceito estão inseridos os bens materiais de Icó, dado que de início não foram criados com objetivo de serem patrimônio histórico, isso aconteceu após indivíduos e instituições selecionarem esses bens e os identificarem como portadores de valor histórico.

Evidentemente as últimas épocas têm abarcado uma sociedade cada vez maior e mais complexa. Essa complexidade também está sendo evidenciada no patrimônio histórico-cultural, que não se limita apenas a um monumento individual, ele compreende aglomerados de edificações e a malha urbana: conjuntos de casas, bairros, aldeias, cidades inteiras e até mesmo conjunto de cidades (CHOAY, 2001, p. 13), sendo que mais recentemente houve a inclusão dos bens imateriais. Portanto, o interesse pelo patrimônio sai da esfera da paisagem, do lugar e chega a do território: afinal, quem decide o que preservar?

O autor Carlos A. C. Lemos, em sua obra “*O que é patrimônio Histórico*”, procura definir e destacar a questão da preservação do patrimônio cultural de uma nação, para isso se baseia em categorias e mostra a complexidade desta questão. Categorizar algo tão amplo é de fato um dos grandes desafios das políticas de preservação culturais. Ele do mesmo modo utiliza um outro termo para se referir aos monumentos/bens culturais, que seria o de “artefatos”. Segundo Lemos (1985), o patrimônio cultural está contemplado em três grandes categorias: a primeira seria a natural — que inclui os elementos pertencentes à natureza e ao meio ambiente — a segunda refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer — a ela atribui-se os elementos intangíveis do patrimônio, que atualmente é tratado como patrimônio imaterial — e a terceira reúne os elementos tidos como bens culturais (objetos, artefatos, construções).

Assim, fica clara a semelhança entre as categorias geográficas e o campo de estudos do patrimônio. São conceitos que se inter-relacionam, uma vez que é a partir da interação entre os elementos naturais, as técnicas e o homem que se originam os bens culturais.

Até algum tempo atrás, o interesse pela preservação do patrimônio era de um público menor. Contudo, a mídia passou a apresentar o assunto, o que despertou a curiosidade da população sobre as construções antigas e seus pertences representativos de gerações passadas (LEMOS, 1985). A apresentação do assunto sensibilizou a população quanto à vontade de saber mais sobre o patrimônio histórico cultural, e até certo ponto esse poder de sensibilização é benéfico, principalmente quando instiga a reflexão e reconhecimento da identidade através dos símbolos (formas-conteúdos) presentes no espaço.

Um caso na atualidade é a educação patrimonial, que se revela como uma forma de tornar o patrimônio conhecido pela população e assim dar poder de decisão a ela quanto ao seu destino. Porém, um outro lado possível é o da manipulação, pois, como visto, o patrimônio histórico cultural é objeto de interesse das forças econômicas, e no caso de cidades históricas, principalmente para o desenvolvimento de ações estratégicas de promoção do lugar — que enaltecem os espaços de investimentos e apropriação por capitais privados —, é onde o patrimônio pode ser requalificado e se moldar aos interesses de consumo do mercado imobiliário. Ao mesmo tempo em que ocorreu a universalização da noção sobre o que é patrimônio, uma nova discussão também entrou em cena: destruição/conservação do meio ambiente, que consiste na preocupação da continuidade de vida no futuro e não apenas do legado de vida passado (CHUVA, 2009, p. 44).

A forma como o patrimônio é apresentado ao público interfere na forma que os sujeitos irão significá-lo. Um espaço que apresenta os seus artefatos de forma isolada do contexto que lhe é próprio e se mistura a outros objetos dos quais não possui relação “nada elucidam e mais nos constrange com a sua inutilidade” (LEMOS, 1985, p. 12). A maneira como o patrimônio histórico cultural de Icó é apresentada ao público atualmente o coloca de maneira integrada à paisagem local, porém a área em que está concentrada a maioria dos bens não possui muito comércio e é uma área residencial. Tal fato contribui para que a área tenha uma característica mais privada e não dê a ela um caráter público, o que de certa forma pode criar uma barreira, em um primeiro momento, entre o visitante e o patrimônio, podendo até impedi-lo de criar uma interação maior com esses bens e de criar vínculos com eles, deixando uma experiência mais rasa.

Sobre isso, Cláudio Pereira (2020), elucida que os atrativos que recebem mais visitas em Icó são os que compõem o patrimônio arquitetônico, são eles: o Teatro da Ribeira dos Icós, a antiga Casa de Câmara e Cadeia — que hoje é o Centro de Arte e Cultura Prefeito Aldo Marcozzi Monteiro —, as igrejas — todas no estilo barroco, gótico e neoclássico — e alguns casarões e sobrados ao redor da cidade, onde a maioria são particulares, mas “graças a Deus”, quando os proprietários são comunicados com antecedência, são muito receptivos e abrem as portas para receberem os turistas (informação verbal).

Na figura 23 vemos um conjunto expressivo de casas antigas que são propriedades privadas e, por consequência, possuem uma “barreira” maior para a visitação. Sobre elas, Oliveira, Queiroz e Silva (2018) comentam: “O Largo abriga ainda um bom número de

pequenas casas térreas que possuem fachadas ostentando arranjos formais e cromáticos próprios da arquitetura popular. Nessas casas, gerações das mesmas famílias se sucedem.”

Figura 24 – Casarios particulares



Fonte: à esquerda, Memória Arquitetura (2012); à direita, Artesol (s.d.).

Retomando a ideia mais ampla de que, em um primeiro momento, patrimônio transcende a categoria de paisagem e lugar, chegando ao âmbito do território, a autora Márcia Regina Romeiro Chuva (2009) — na sua obra “Os arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)” — mostra que o conceito de patrimônio tem vínculos com o final do século XIX e início do XX, onde emergia o conceito de nacionalismo — mais próximo ao que conhecemos hoje.

“Diante de um mundo que se integrava, se estreitava, se conhecia e também se estranhava” (CHUVA, 2009, p. 43). Os territórios emergiram como nações e a construção de uma história nacional se fazia necessária para que fosse projetada para o mundo. Tais histórias foram materializadas em patrimônio e chamadas de “patrimônios nacionais” e esses, por sua vez, precisavam de preservação. Então, a partir desse momento vemos a sociedade elaborar diretrizes e ações políticas que colaboram com essa preservação.

A necessidade de desenvolver uma história nacional foi por si só suficiente para gerar em um conjunto de indivíduos o sentimento de que era necessário a preservação do patrimônio e instigá-los a levar essa pauta à agenda nacional? Outras questões também motivaram esse sentimento? Na atualidade a noção de patrimônio passa a ser entendida como a memória do futuro (CHUVA, 2009). O presente é quem lança luz ao passado, faz uma espécie de fotografia

da história e a guarda para ser mostrada às novas gerações. A problemática consiste no fato de que ao eleger uma memória e contá-la, intencionalmente ou não, acaba-se contribuindo para uma possível não valorização do que ficou de fora dessa eleição e deixando-a passível ao esquecimento, pois ao eleger um patrimônio, automaticamente ele ganha o caráter de “nossa patrimônio”, já que ao fazer isso a intenção é que ele será garantido às futuras gerações. E é sobre isso que as políticas de preservação tratam e é sobre elas que se discute a seguir.

4.1 POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

“Somente um sentimento de pertencimento a um novo tempo possibilitaria a formulação da noção de algo precioso e ameaçado de perda” (CHUVA, 2009, p. 43). E é exatamente essa noção de mudança que impulsiona a questão da preservação movida pelo sentimento de perda. A consciência da sociedade da época (pós-revolução francesa), na qual surgiram as primeiras discussões sobre preservação, estava mudando, provavelmente devido às novas técnicas estarem transformando mais rapidamente as paisagens que as cercavam, o que pode ter colaborado para esse sentimento. No Brasil também se buscou eleger um patrimônio “nossa”.

Em Icó, esse sentimento teve início no contexto do “Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste”. No documento “Planos Regionais e Definições de Prioridades para o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste”, Telles (1974) afirma que se trata de um instrumento excepcional de dinamizar e efetivar a proteção do acervo cultural do Nordeste, pois a constatação de que para preservar era necessário utilizar iria contribuir com isso.

A forma economicamente viável apontada para o uso desses bens era o turismo. Então, as ações do programa dariam prioridade às cidades históricas que já possuíam um apelo à visitação turística e uma infraestrutura para tal, mas justamente os núcleos de preservação que conservaram melhor as suas formas estavam afastados desses centros, sendo este o caso de Icó. Visto isso, foi realizado um apelo para que estes núcleos fossem analisados e tombados, pois corriam o risco de tal decisão cair na “politicagem” e serem tombados patrimônios que estivessem mais deslocados do seu contexto original, mas que o seu tombamento daria uma maior visibilidade política por estarem em localidades com melhor viés político que cidades semelhantes a Icó.

É no documento “A Preservação e a Valorização no Sentido Cultural e Turística do Núcleo Urbano de Icó-Ce” que Telles (1974, p. 4) solicita ao Iphan a preservação dos núcleos de Icó e Aracati propondo a sua inscrição no livro de Tombo do Iphan pelo seu valor paisagístico, urbanístico e arquitetônico: “deverá ser realizada demarcação, definindo para cada caso, as zonas de proteção rigorosa e as áreas de preservação com vistas à ambientação e a proteção paisagística”. É apenas depois de mais de 20 anos que esta solicitação é atendida, sendo também realizado o “Estudo para Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Icó-CE” (1997) pela 4^a Coordenação Regional do Iphan (CE/RN).

No artigo “Diálogos Sobre o Patrimônio: práticas extensionistas realizadas pela UFCA em Icó-Ce”, os autores evidenciaram que no município de Icó, apesar de possuir arquitetura considerada pelo Iphan como patrimônio nacional, este enfrenta dificuldades em viabilizar ações de educação patrimonial. E dentro dessa gama de inquietações e possibilidades surgiu o projeto de extensão intitulado “Diálogos sobre o Patrimônio” que, em parceria com outro projeto de extensão, “Nas páginas da história de Icó”, objetivou a promoção de ações de diálogos entre os anos de 2015 e 2016, aprofundando-se nas especificidades das políticas de preservação do patrimônio em Icó e analisando mais de perto os conflitos entre os interesses públicos de conservação do patrimônio arquitetônico local e as demandas dos proprietários dos imóveis tombados.

Os autores perceberam a existência de conflitos de interesses relacionados às políticas públicas para preservação do patrimônio histórico e o quanto delicado é tratar dessas tensões, principalmente diante da resistência de alguns moradores em conceder informações para registro. Apesar dessa dificuldade, a aproximação dos moradores aconteceu na perspectiva de promover uma ação de extensão de maneira crítica e dialógica. E, ao final, observou-se que:

Nas conversas com os residentes da cidade, e através dos dados coletados, observamos que há certa indisposição de muitos moradores de Icó em relação às ações do Iphan no município. As regras sobre como os imóveis tombados podem ser reformados nem sempre estão alinhadas com o interesse dos proprietários, e as reformas desejadas esbarram nas normas de proteção estabelecidas pelo Iphan (OLIVEIRA, QUEIROZ, SILVA; 2018, p. 47).

Com isso, verifica-se que em Icó as políticas de preservação e os moradores sofrem de um conflito que é recorrente a outras regiões tombadas, como por exemplo os comerciantes de Penedo, em Alagoas, que não aprovam as medidas do Iphan e não querem manter as fachadas dos edifícios, pois os seus interesses estão em adaptar aquela forma a sua nova função e essa função não está de acordo com as ordenanças de preservação. Conflitos dessa ordem,

aparentemente pouco relevantes, geram desavenças sérias, que dificultam a concretização dos planos de revitalização dos imóveis tombados. E a raiz desse processo conflituoso está associada a diversas demandas e vivências que acabam gerando leituras diferentes, por vezes antagônicas, acerca das questões que envolvem o patrimônio por parte dos moradores do perímetro tombado e da sociedade de forma mais ampla.

Ainda segundo o artigo, alguns moradores permanecem insatisfeitos com a moradia em área tão distinta, outros evitam permanecer com a posse ou adquirir um bem tombado no perímetro. Assim, todas essas negativas dificultam o fomento da preservação do patrimônio. Para a preservação dos bens é indispensável que haja interessados que optem por fazer bom uso dos imóveis; às vezes, o desejo em permanecer com o imóvel tombado está condicionado à possibilidade de ampliar as casas e construir novos andares. Isso apareceu nas falas de alguns moradores que indicaram interesse em, por exemplo, viabilizar acomodações para outros membros da família no imóvel tombado. Essa situação era o motivo de boa parte das queixas apresentadas por eles.

A insatisfação com o Iphan se mostra no sentimento de que esse órgão chegou na cidade e começou a “ditar” como os moradores deveriam proceder com suas propriedades. Os moradores, por sua vez, acham as regras rígidas demais, o que acaba afetando o uso pleno da propriedade. Por outro lado, a legislação que rege a atuação de órgãos como o Iphan aponta a necessidade de inspeção, pois se entende que modificações podem levar à descaracterização da arquitetura histórica. Sendo assim, o órgão investe, muitas vezes, na rigidez das delimitações.

Tem-se a posição do Iphan quanto a isso quando Oliveira (2014) esclarece que a gestão de um centro histórico tombado é um grande desafio. Esta questão se agrava se o poder público e a população têm uma relação conflituosa com o órgão de preservação, o que infelizmente constitui ainda um quadro comum para o Iphan. Muitas vezes as situações de conflito são motivadas pelo fato de o tombamento ter sido realizado de modo estritamente técnico, sem participação da população, como foi o caso de Icó. Além disso, por mais que tenha sido criado um escritório técnico em 2004, este só passou a ter sede própria e equipe constituída em Icó depois de 2014, e recebendo o chefe do escritório em visitas periódicas, o que aumentou a distância percebida pela população. Ainda no mesmo documento, Oliveira (2014, p. 5) comenta que o Iphan vê na educação patrimonial um possível caminho para uma melhor relação com a população e o poder público:

Acredito que a educação patrimonial seja um instrumento essencial para qualificar e intermediar o diálogo entre Iphan, o poder público e a população e possa contribuir muito para que sejam estabelecidas parcerias que se reflitam na boa gestão do patrimônio local.

Com a criação da Casa do Patrimônio na cidade a expectativa é que seja um meio que contribua para que essas ações aconteçam em maior escala e de forma permanente.

Retomando o assunto da monumentalidade das políticas de preservação, sobre isso a autora Maria Cecília Londres Fonseca (2003), em sua publicação “Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural”, mostra com clareza o que a expressão “patrimônio histórico e artístico” remetia às pessoas: tão somente o patrimônio material edificável. Este patrimônio é caracterizado pelo conjunto de monumentos antigos que geram o sentimento de “devemos preservar”. Isso acontece baseado em uma imagem construída pela política de patrimônio elaborada pelo Estado por um período de 60 anos e que “não abrange a diversidade, nem as tensões e conflitos que é a produção cultural do Brasil” (FONSECA, 2003, p. 56).

Ao que parece esse foco excessivo na tentativa de construir uma história e eleger um patrimônio nacional “oficial” se prendeu muito aos monumentos materiais e deixou de lado o aspecto imaterial, o que restringiu ao patrimônio um uso mais amplo da diversidade de referências culturais que o país possui. Esse modelo privilegia um determinado público e “negou” a memória de tantos outros.

A quase realidade do patrimônio histórico icoense está contemplada na fala de Fonseca (2003) quando esta comenta sobre a realidade brasileira, na qual diz que apenas uma pequena parte do patrimônio foi até agora integrada ao patrimônio cultural brasileiro, constituído por legislação federal. São em sua maioria bens passíveis de tombamento pelo seu caráter material, centrados em seus aspectos arquitetônicos, atribuindo marginalmente dados históricos. A esses bens, durante muitos anos e com exclusividade, foi atribuída uma proteção legal que visa assegurar a sua integridade física. Um breve contexto do que foram as políticas de preservação do patrimônio brasileiro se faz necessário para o entendimento do que elas são atualmente e como se deram na realidade de Icó.

A preservação no Brasil surge no contexto moderno, contexto esse que segundo Berman (1982, p. 15) “é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo

ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos". É um momento em que as técnicas estão transformando a paisagem de forma acelerada e os valores sociais sofrem uma grande ruptura com os valores passados, e tudo isso ainda continua se transformando a uma velocidade nunca presenciada por outras épocas, o que gera um sentimento de instabilidade, chamado de modernidade líquida por Bauman (1999).

Frente a esse contexto, surge a necessidade de preservar ao menos "alguma coisa que represente o passado"; essa "alguma coisa" são então os monumentos históricos, sem a preocupação em considerar o aspecto humano que se atrela a eles (SANTOS, p. 5, 2011). As políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, apesar de ainda propagarem em suas ações algumas características que privilegiam a noção de monumentalidade, pregam em seu discurso que o entendimento de que o fazer humano deve ser considerado e é um aspecto fundamental.

De acordo com Oliveira (2014), com a Rerratificação do Tombamento — um tipo de parecer encomendado pelo Iphan — em Icó em 2014, na qual foi ampliada a poligonal de tombamento e incluídas novas edificações que ficaram de fora do estudo apresentado em 1997, abriu-se novamente um canal de diálogo sobre a área protegida, e as recomendações feitas ao órgão é que sejam avaliados os efeitos do ato, identificando acertos e falhas para assim verificar novos caminhos para uma política de preservação mais efetiva.

Os atores que estavam à frente da discussão de preservação do patrimônio em 1920 eram prioritariamente o Estado e os intelectuais modernistas. Denunciavam a degradação a que estavam expostas as cidades históricas que seriam o nosso patrimônio nacional, fazendo-se necessária a elaboração de uma lei de proteção. Esse contexto propiciou a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1936, que passou a funcionar com caráter regular em 1937. Sobre ele, Fonseca (1997) apresenta que se tratava de um serviço preocupado em preservar apenas as obras de arte e históricas do país, sobretudo aquelas obras arquitetônicas construídas no período colonial.

O SPHAN teve como direcionamento para a construção da história nacional e do seu plano de preservação a ajuda de, em sua maioria, uma elite intelectual em que prevaleciam arquitetos (SANTOS, 2011; FONSECA, 1997). Essa elite intelectual discutiu que seria necessário eleger, dos conjuntos de objetos/formas-conteúdos, aqueles bens culturais passíveis de tombamentos que fossem parte da produção artística e histórica de um tempo e espaço

marcantes na história do Brasil (SANTOS, 2011); hoje sabemos que o período selecionado foi o colonial.

Um projeto anterior a este foi apresentado, mas não colocado totalmente em prática. Tal projeto foi elaborado por Mário de Andrade e contemplava em sua concepção pensamentos de vanguarda sobre a preservação do patrimônio, pois contemplava ao mesmo tempo o caráter particular/nacional e universal da “arte autêntica”. Além disso, amparava-se no processo etnográfico e no inventário das práticas e manifestações culturais (SANTOS, 2011), ou seja, possuía uma concepção bem mais ampla de patrimônio e considerava as “manifestações culturais”, o que abria espaço para considerar os bens imateriais do patrimônio.

Em Icó uma manifestação cultural que tem o caráter de patrimônio imaterial é a Festa do Senhor do Bonfim. Trata-se de uma celebração que acontece desde 1749, considerada uma das mais expressivas manifestações de fé e o terceiro maior santuário¹⁷ do Ceará, atrás apenas do de Nossa Senhora das Dores, que fica em Juazeiro do Norte, e o de São Francisco das Chagas, em Canindé, que são os mais expressivos polos de turismo religioso do Ceará. É uma festa que reúne cerca de trinta mil romeiros no primeiro dia do ano e mobiliza grande parte da população da mesorregião Centro-Sul cearense (SANTOS, 2018).

Então, como tal plano foi refutado àquela época, expressões como a Festa do Senhor do Bonfim ficaram de “fora” das políticas de preservação, o que se colocou em vigor foi um patrimônio menos diversificado e mais elitista, onde a política de preservação usou como principal instrumento o tombamento, que seria:

O ato mediante o qual os bens selecionados são inscritos nos Livros do Tombo do SPHAN, nos quais serão inscritas as obras, a saber: no livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; no livro do Tombo Histórico; no livro do Tombo das Belas Artes e no livro do Tombo das Artes Aplicadas. Nos trâmites legais, o tombamento pode ser indicado por qualquer pessoa, mas toda a avaliação da oportunidade do ato e do valor da coisa é feita pelo SPHAN. Dessa forma, esse ato é unilateral e centralizado no poder público federal (SANTOS, p. 8, 2011).

Muitos autores são críticos a essa postura, Segundo eles ela é uma política autoritária e delimitada pelo Estado, sem a participação da comunidade, e cabendo ao SPHAN indicar o que e como preservar, e segundo eles essa política não passou por atualizações até a década de 70 do século XX. Até, segundo eles, que em 1975 foi criado o Centro Nacional de Referência

¹⁷ Santuário é a expressão que o autor usa para se referir à celebração e não a um espaço físico.

Cultural (CNRC)¹⁸, e que este buscava antes entender o Brasil para criar modelos de desenvolvimento social e econômico aliados à diversidade cultural, sendo este centro o responsável pelo reposicionamento da ideia de preservação e a sua administração nos anos 1970 e 1980, e o modelo institucional das instituições culturais sofreu várias mudanças (DUTRA, 2017; SANTOS, 2011; FONSECA, 1997). Em 1979, o SPHAN passou a ser o atual Iphan e este passa a trabalhar em suas políticas de preservação a consciência de referências culturais (SANTOS, 2011).

Contudo, em anos mais recentes, está acontecendo um movimento de ampliação desses instrumentos de preservação que visam atender a diversidade de grupos sociais, aos quais, por anos, foram “negados” o direito de terem seus patrimônios reconhecidos e salvaguardados (FONSECA, 2003, p. 59). Apesar da Constituição Federal de 1988 (2003), em seu artigo 216, já considerar em suas diretrizes uma concepção mais ampla de patrimônio cultural brasileiro, entendendo-o como:

[...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

¹⁸ O objetivo era desenvolver um banco de dados sobre a cultura brasileira, um centro de documentação que fizesse uso das formas modernas de referenciamento e possibilitasse a identificação e o acesso aos produtos culturais brasileiros (SANTOS, p.9, 2011).

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (BRASIL, 1988).

A Constituição, já em 1988, reconheceu a importância de o patrimônio ser abrangente, tendo representação de bens de caráter material e imaterial, o que não necessariamente aconteceu de imediato, pois o que se viu foi que, por muitas décadas, o patrimônio material tinha todo o destaque. Também é nítido que a gestão do patrimônio está na constituição legada ao Estado, a comunidade figura apenas como colaboradora.

O documento que orienta a relação entre o Iphan e o município de Icó é a Norma de Preservação, cuja minuta, elaborada em 2014 por uma empresa, até o momento estava sendo discutida e avaliada pelo Iphan/CE e pelo DEPAM. Infelizmente, a Norma não foi elaborada em parceria com a Prefeitura Municipal, que na época não tinha uma equipe técnica específica, e nem com a população, tendo sido realizada apenas uma audiência pública (OLIVEIRA, 2014, p. 5).

O caráter imaterial do patrimônio que está contemplado nas categorias de “Celebrações, Formas de Expressão, Saberes e Lugares” foi institucionalizados através do Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000¹⁹, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Portanto, o tombamento refere-se a preservação do patrimônio histórico edificado e o registro a preservação dos bens de natureza imaterial.

Porém, atualmente o cenário vem mudando, e o que se percebe com essa ampliação das políticas de preservação é que existe a possibilidade de reconhecimento do patrimônio desses grupos sociais. Uma dessas ferramentas é a possibilidade de integrar uma paisagem completa e a sua dinâmica ao conceito de patrimônio cultural brasileiro. A possibilidade de um conjunto tombado de paisagem abranger uma maior variedade de referenciais culturais e apresentar de forma mais visível essa relação dinâmica entre o patrimônio material e imaterial torna o patrimônio mais significativo, democrático, único e, por consequência, objeto de interesse.

O patrimônio histórico cultural de Icó foi acometido por políticas de preservação cultural, promovidas pelo Iphan e que não contam com expressivos recursos necessários para manutenção da preservação do patrimônio. O município também conta com poucos recursos e não consegue destiná-los para essa área. O financiamento da valorização e restauração desse

¹⁹ Decreto disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm> Acesso em 16 dez 2020.

patrimônio ficou por conta do Programa PROURD e esse contemplou a cidade com um “Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano”, este plano que buscou valorizar municípios cearenses em escala local. A intenção é inserir todas as áreas do estado numa lógica desenvolvimentista e modernizadora, que explore outras potencialidades. Outro Programa foi o Monumenta, que visou a revalorização de espaços tombados degradados, tendo em vista a sua sustentabilidade, porém, dentro de uma lógica mercadológica que busca vincular cultura e turismo como forma de rentabilidade (NASCIMENTO, 2007). No próximo subcapítulo vamos entender a relação desse patrimônio com o turismo cultural.

5 TURISMO CULTURAL EM ICÓ

Em um mundo globalizado, o diferente adquire importância a cada dia, pois os turistas exigem cada vez mais roteiros turísticos que se adaptem às suas necessidades, sua situação pessoal, seus desejos e preferências. As primeiras tipologias de turismo e turistas surgem por volta dos anos 1970. Na sua obra “Anfitrião e Convidado: Antropologia do Turismo”, a autora Valene Smith (1977) conceitua o turismo cultural como sendo um tipo de turismo que inclui na sua paisagem um vestígio do estilo de vida tradicional camponês, algo que talvez pudesse coincidir com o passado da própria cultura.

Uma segunda proposta de conceito foi realizada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (na sigla em inglês: ICOMOS²⁰), onde o Turismo Cultural seria a descoberta de lugares e monumentos, exercendo sobre eles um considerável efeito positivo à medida que, para seus próprios objetivos, visa manter viva sua proteção (CAMARGO; CRUZ, 2009). Em outras palavras, o turismo cultural seria incentivado pela curiosidade por lugares e monumentos — por serem objeto de apreço do turista —, sendo que esse se preocuparia com a sua conservação. Tais definições ainda permaneciam simplórias, assemelhando-se com a definição ampla de turismo, carentes de outros elementos que explicassem a motivação por esse segmento.

Em 1996, o turismo cultural é conceituado como o deslocamento de pessoas desde seus lugares habituais de residência até os lugares de interesse cultural com a intenção de recolher informação e novas experiências que satisfizessem suas necessidades culturais (CAMARGO; CRUZ, 2009 apud Greg Richards²¹). O que definiria um lugar de interesse cultural? E quais seriam essas necessidades culturais desses turistas?

²⁰ O ICOMOS trabalha pela conservação e proteção de locais de patrimônio cultural. É a única organização não governamental global deste tipo que se dedica a promover a aplicação de teoria, metodologia e técnicas científicas à conservação do patrimônio arquitetônico e arqueológico. Além de ser uma rede de especialistas que se beneficia do intercâmbio interdisciplinar de seus membros, entre os quais estão arquitetos, historiadores, arqueólogos, historiadores da arte, geógrafos, antropólogos, engenheiros e urbanistas. Os membros do ICOMOS contribuem para melhorar a preservação do patrimônio, os padrões e as técnicas de cada tipo de bem do patrimônio cultural: edifícios, cidades históricas, paisagens culturais e sítios arqueológicos.

ICOMOS, 2020. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/about-icomos/mission-and-vision/mission-and-vision>. Acesso em: 13 set. 2020.

²¹ Os autores não fazem referência à qual das obras de Greg Richards está essa definição.

Ao que se sabe, a necessidade de reforçar uma imagem nacional estimulou na população o apreço pelo patrimônio elegido como “oficial”, então se parte da concepção que esse tipo de turismo tem como um dos seus atrativos o patrimônio. O turista com interesse no patrimônio histórico-cultural, no entanto, também demanda uma certa preparação dos atrativos que são alvo da sua curiosidade; essa preparação se estende também à localidade desses atrativos.

Aqui vemos a importância da educação patrimonial, mas essa, diferente da anterior, tem como alvo os turistas e não a comunidade local detentora do patrimônio. Isso mostra que, para um ganho efetivo, é interessante que tanto a população quanto os turistas tenham contato com um conhecimento mais profundo do patrimônio, que lhes possibilite uma visão mais crítica dos bens patrimoniais e atrativos locais.

Icó conta com uma unidade descentralizada da Universidade Federal do Cariri, chamada Instituto de Estudos do Semiárido (IESA). Algumas iniciativas interessantes surgiram desse fato, como a sugestão do Iphan para que algumas unidades didáticas e de extensão do campus fossem sediadas no Centro Histórico, o que foi atendido. Além disso, há tratativas no sentido de manter um museu arqueológico com as peças coletadas de escavações e salvamentos no estado do Ceará e um arquivo histórico com a documentação da Diocese de Iguatu, à qual Icó pertence (OLIVEIRA, 2014).

Cláudio Pereira (2020) afirma que os turistas que vêm são sempre bem acolhidos e que a receptividade da população e do poder público tem sido exemplar, pois na sede da secretaria do desenvolvimento econômico, cultura e turismo de Icó tem o receptivo turístico, para onde os turistas são direcionados sempre que procuram por informações. Segundo Cláudio: “quando eles [os turistas] vêm com antecedência, a gente já direciona para esse receptivo que fica na secretaria da cultura, que fica dentro do Centro Histórico, bem no ‘miolo’, como a gente fala” (informação verbal).

Em Icó há guias que são memorialistas, como o próprio Cláudio Pereira, o “Seu” Altino Afonso, que é um grande convededor da história icoense, além de outros historiadores que concluíram o curso recentemente e estudaram bastante sobre a história da cidade. Sobre isso Cláudio informa que: “[eles] Continuam nos acompanhando para poderem estar se apoderando mais da nossa história com detalhes, para no futuro próximo eles conseguirem receber os turistas, estudantes e as pessoas que vêm para conhecer a nossa história”²². Acerca dos materiais

²² Trecho extraído da entrevista fornecida pelo Coordenador de Cultura e Turismo de Icó, Cláudio Pereira, por áudio, entre os dias 27 e 28 de outubro de 2020.

que são entregues aos visitantes, ele comenta: "Lá, nós também temos vários *folders* que tem a história de Icó, como os hinos, leis e tudo sobre a nossa cidade". Quando questionado sobre quais os segmentos de turismo de maior importância em Icó, ele comenta que:

O nosso turismo cultural, arquitetonicamente falando, com todas as manifestações culturais, a nossa culinária, patrimônios materiais, imateriais e naturais, tem uma relevância imensa. Nós recebemos milhares de pessoas por ano, principalmente estudantes e pesquisadores, além de turistas comuns que vêm de várias partes do Brasil e do mundo, por conta da influência portuguesa e francesa na nossa arquitetura. Porém, o nosso turismo religioso também é muito ativo, principalmente no fim do ano, no período de setembro a dezembro, onde recebemos milhares de turistas. Também temos o Forricó, que ocorre no meio do ano, que dispensa comentários. São 4 dias de festa na Praça Principal (Praça do Largo do Theberge, ou como conhecido popularmente, Praça do Forricó), onde recebemos em torno de 20 e 30 mil pessoas por noite, dependendo das atrações musicais que vem se apresentar aqui (Informação verbal).

O Coordenador expressa o desejo de que o turismo cultural aconteça na cidade na seguinte fala: "Se pudéssemos ver as ruas de Icó ainda mais visitada ou o nosso patrimônio histórico e arquitetônico sendo trabalhado a todo vapor". Apesar de haver um grande fluxo de pessoas que afluem a Icó, ele afirma que: "Infelizmente, muitos moradores ainda não se atentaram para a importância e valor que tem o patrimônio histórico, que nós temos" (informação verbal).

Icó não conta com um acompanhamento estatístico ou pesquisas sistemáticas que identifiquem o perfil do turista — se são regionais, nacionais ou estrangeiros — e nem que possam mensurar o peso desses diferentes fluxos no local. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo tem uma noção do tipo de turista cultural que vem ao município por meio do livro de presença que existe no órgão e registros fotográficos que são realizados.

Para que o turista que vem a Icó tenha uma melhor experiência no lugar, os equipamentos e serviços que compõem a estrutura turística devem estar bem organizados. Um diferencial seria incorporar as características do ambiente cultural a estes equipamentos e serviços, com elementos que confirmam identidade e demonstrem o envolvimento do *trade* com o lugar em que se encontram e com o público que atendem. Procedimentos como a elaboração do projeto arquitetônico integrado à paisagem cultural e/ou adaptação de uma edificação de valor histórico, bem como o uso das matérias-primas da região e a contratação de mão de obra local são alguns dos diferenciais valorizados pelo turista cultural, apontados pelo caderno "Turismo Cultural: Orientações Básicas", elaborado pelo Ministério do Turismo (2010).

Ainda é dito que as soluções mais ousadas conseguem transformar um equipamento em atrativo turístico. Sendo assim, utilizar processos de tematização e desenvolver atratividade é um exercício válido para todos os elos da cadeia produtiva do turismo, mas, como tratado em discussões anteriores, todo esse planejamento deve ser feito de forma cuidadosa e respeitando as características do lugar e do seu povo, para que não produza uma “fetichização” da paisagem. Sobre os equipamentos e atrativos que pertencem à cadeia produtiva do turismo em Icó temos os meios de hospedagem. Os meios de hospedagem que os turistas buscam em Icó é aquele que apresenta um espaço mais confortável, que atende suas necessidades, fica próximo ao Centro Histórico e tenha uma gastronomia diversificada, principalmente a regional.

Existem alguns empreendimentos que têm essas características. A capacidade atual dos leitos da cidade é bem compatível com o fluxo de turistas: aproximadamente 300 leitos²³ (hotéis e pousadas), alguns com quarto duplo ou triplo. Segundo Cláudio (2020), a Secretaria sempre está fazendo mapeamento de equipamentos turísticos, e existem algumas pessoas que tem casa para alugar durante o período de forró, com turistas que passam até seis dias na cidade para se divertir na festa (informação verbal). Esse dado é confirmado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), cujo levantamento de meios de hospedagem dos municípios do estado aponta que em 2015 o município contava com 7 estabelecimentos de hospedagem com um total de 289 leitos.

Ainda de acordo com Cláudio, o hotel Ribeira dos Icós é um dos que mais tem a cara do patrimônio de Icó, com vários quadros expostos que contam a história da cidade, além da gastronomia regional. O hotel é um dos primeiros da região, sendo que o nome remete aos índios chamados de *Icós*, que faziam parte da tribo Cariris, e da ribeira que está localizada na beira do Rio Salgado, que é o rio que corta a cidade (informação verbal).

No que diz respeito à estrutura de transporte em Icó, Cláudio comenta que ela é muito boa, principalmente porque Icó é cortada pela Rodovia BR-116 e pela CE-282. Além disso, tem a empresa Glessy Turismo, que realiza o trabalho de fazer o traslado dos visitantes que vêm à Icó e querem ir para outros locais também, dentro e fora do município. Sobre a forma como o turista chega a Icó, o coordenador informa que:

A maioria dos nossos turistas vem em transportes particulares ou fretados, como ônibus e vans que vem para cá, conhecer os nossos patrimônios. Então, quando eles avisam antecipadamente, nós preparamos uma pessoa para recebê-los e mostrar a região. Nós temos um receptivo turístico, que fica localizado na Casa de Cultura de

²³ Dado estimado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo de Icó.

Icó Mariinha Graça. Lá eles recebem todas as informações e *folders*, onde eles conhecem o nosso *tour* já definido para visitar os prédios e direcionamos as pessoas da melhor forma possível, para que todas as demandas dos turistas possam ser atendidas. (informação verbal)

Os locais de alimentação usuais dos turistas são alguns estabelecimentos, como o Cabana's Grill, o Varandas Bar e o restaurante do Monte, que são os restaurantes mais frequentados da região. Fora isso, Cláudio adiciona: “[...] temos também uma comida bem procurada, que todos os turistas gostam, que são as peixadas do Lima Campos, que é um distrito que fica aqui próximo”. Durante os dias de “inverno” os visitantes, assim como os moradores, vão aos balneários de Lima Campos, embora o coordenador afirme que durante o período de seca e pandemia: “[...] está sendo pouco frequentado, e nenhum turista está vindo, o que a gente entende, pois não podemos receber grandes comitivas” (informação verbal).

À noite é comum a carne de sol com baião de dois e paçoca, do restaurante Deca Denovo. Todos os restaurantes locais são acessíveis e fáceis de encontrar, ao andar pelo centro. Existem também alguns restaurantes de pequeno porte que têm as comidas mais tradicionais, como a panelada, a buchada e o sarapatel. Esses estabelecimentos ficam no centro da cidade, principalmente no mercado público, e são muito frequentados pelos moradores locais e também pelos turistas que pernoitam e no outro dia já começam o dia tomando como café da manhã a buchada, panelada e afins. Esse costume é comum a alguns moradores da zona rural que chegam pela manhã no centro da cidade.

O que se evidencia na realidade de Icó é que um dos segmentos potenciais mais fortes é o de turismo religioso e de eventos. Em Icó encontram-se grandes eventos — que iniciam em janeiro com as atividades religiosas alusivas a São Sebastião, padroeiro do distrito de Lima Campos —, e muitas pessoas participam diariamente dos “novenários”. Também tem as festas dos vaqueiros, os festivais de quadrilhas de junho — do São João e de São Pedro —, onde tem muita participação tanto dos moradores quanto dos turistas. O Forricó, com início na segunda semana de julho, é uma festa muito tradicional que recebe cerca de 120 a 130 mil pessoas ao longo das quatro noites de festa. Em setembro começam as atividades religiosas que são mais intensas: a de Nossa Senhora do Rosário, a dos Homens Pretos, a de Nossa Senhora de Conceição do Monte, a de Nossa Senhora da Expectação — padroeira de Icó — e a do Senhor do Bonfim, que é a festa religiosa de maior expressão da cidade e a 3º maior do Ceará, e onde milhares de pessoas vêm todos os anos para participar, como já comentado na parte de “Patrimônio Cultural”.

A festa do Senhor do Bonfim começa a partir do dia 22 de dezembro e se estende até o dia 6 de janeiro de cada ano, onde o ponto marcante é o dia 1º de janeiro, no qual a imagem do Senhor do Bonfim sai pelas ruas levando proteção e bênção à sociedade de Icó, urbana e rural. Cláudio afirma que “É um momento de muita emoção e agradecimento, de expressão de fé e religiosidade” (informação verbal). No final da procissão, às 19h30, tem a grande queima de fogos, às vezes, ela também acontece às 10h30, quando a imagem retorna ao Santuário do Senhor do Bonfim; a grande queima de fogos dura de oito a dez minutos e é chamada de fogo sagrado. No dia 6 de janeiro acontece a subida da imagem, que se chama “ascensão da imagem do Senhor do Bonfim”, ficando exposta do dia 1 ao dia 6 na igreja para que os fiéis possam ir lá visitar; no dia 6, às 18h00, ela sobe ao seu trono sagrado, o altar-mor (Figura 24), e esse é outro momento de muita emoção para todos que vivem em Icó.

Figura 25 – Altar-mor da Igreja do Senhor do Bonfim



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo (s.d.)

Em paralelo a essas festividades, sempre após os novenários do Senhor do Bonfim, realiza-se o "Icozeiro", um festival nacional que atualmente tem alcance internacional — já que

a cidade recebe artistas de outros países —, realizado pela Associação de Amigos de Icó (Amicó) em parceria com a prefeitura. A respeito disso Cláudio ainda acrescenta: “É realizado em vários espaços ao mesmo tempo, como na praça do Theberge, ou no Teatro da Ribeira dos Icos, como na antiga Casa de Câmara e Cadeia, como na Casa de Cultura Mariina Graça e bem como no Sobrado do Canela Preta” (informação verbal).

Além das festas, há outras formas de entretenimento na cidade: os já mencionados balneários de Lima Campos, algumas chácaras que são disponibilizadas para o público conhecer, o eco pedal (Icó tem circuitos deste tipo), algumas apresentações artísticas — que acontecem principalmente aos finais de semana — bem como bares tocando música ao vivo e com boa culinária.

Lima (2018) colabora para o entendimento de que por mais que Icó tenha uma visitação, este turismo ainda não tem significativa expressividade, pois se sabe que Icó não tem infraestrutura de um destino turístico desenvolvido. Até então não tem políticas de turismo bem definidas e, apesar de ter forte apelo turístico, o patrimônio arquitetônico e cultural por si só não é capaz de atrair mais turistas. O patrimônio arquitetônico, visto como herança cultural e lugar de memória, justifica a necessidade de preservá-lo e transformá-lo em atrativo turístico. Mas ainda não é o responsável por promover significativo fluxo turístico em Icó.

Apesar do fluxo turístico em Icó não ser expressivo, deve-se ressaltar que a cidade tem uma vocação para o turismo religioso e de eventos, e esses segmentos tem forte relação com o turismo cultural. Uma festa religiosa tradicional, com ritos ancestrais e mantida viva pela comunidade — como atualmente acontece em Icó, pode ter a capacidade de mobilizar o público de motivação religiosa e também o turista cultural; já os eventos culturais, quando promovem aspectos singulares e são estruturados adequadamente, têm um papel importante na consolidação da imagem de um destino cultural, sendo excelentes instrumentos para reduzir os efeitos da sazonalidade (BRASIL, 2010).

A atividade turística no Ceará começou a ter relevância por volta de 1970, no início muito devido à Praia de Canoa Quebrada no município de Aracati, e foi impulsionada com a construção do Aeroporto Internacional de Fortaleza. Historicamente, o litoral leste e oeste foram os mais beneficiados com o fluxo turístico que busca sol e praia, muito em função dos seus atrativos naturais; atualmente o estado tem uma fatia considerável do seu Produto Interno Bruto (PIB) voltado ao Turismo, sendo 10,8% a contribuição desse setor ao PIB do estado no ano de 2010 (IPETURIS, 2020).

É observado que no período de 2006 a 2016 o resultado do fluxo turístico via Fortaleza saltou de 2.062.493 para 3.243.501 visitantes, ocorrendo uma variação de 57,3%, ou seja, cresceu na base de 4,6% ao ano. O fluxo turístico internacional caiu de 268.124 para 265.154 turistas, apresentando uma variação negativa de -1,1%, com taxa anual na ordem de -0,1%. A participação da renda gerada pelo turismo no PIB cresceu e passou de 9,4% para 11,7%. No período, a renda gerada pela atividade turística no Ceará saltou de R\$4.370.000,00 para R\$13.114.000,00, aumento de 67 %, isto é, uma base de 6,7% ao ano (RIBEIRO, 2018).

Segundo o estudo realizado pela Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (Setur), “Evolução Recente do Turismo no Ceará 2006/16” (s.d.), todas essas características físicas e geográficas que o Ceará tem “não teriam nenhuma serventia, caso a imagem do estado não fosse modificada”. A visão de abertura do Ceará para o turismo começou no final da década de 1980, quando um grupo de empresários chegou ao Governo do Estado; o foco das políticas de desenvolvimento volta-se então para a modernização do território cearense, com ênfase na industrialização e no setor de serviços, sendo dado destaque ao turismo. As políticas públicas tiveram que trabalhar em duas linhas: criar uma infraestrutura disponível e acolhedora, para que investidores tivessem interesse no Ceará, e criar, através do *endomarketing*, uma nova visão do estado para a população, isto é, criar uma sensibilização, transformando-o em um local com possibilidades de crescimento socioeconômico e assim gerando a disponibilidade do Turismo para o Ceará (CEARÁ, p.2, s.d.).

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral do Ceará (PRODETURIS) foi a primeira iniciativa. Coube a ele apresentar estudos básicos para implantação do turismo e dar suporte ao PRODETUR. Em 1995 cria-se a Setur com objetivo de gerir um plano de longo prazo (1995-2020), no qual:

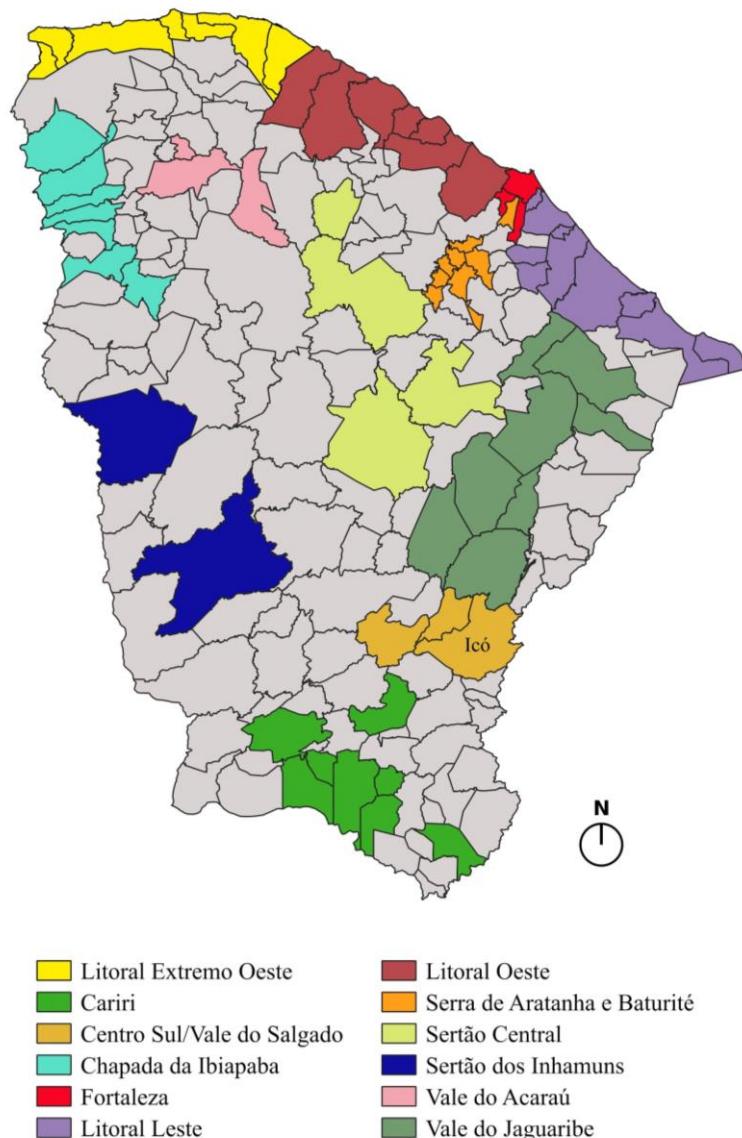
O governo tem consciência de que transformar uma região seca, pobre e agrícola, em moderno e industrializado, sobretudo turístico, levaria anos, daí a projeção para 2020. A missão governamental passou a ser transformar o Ceará em destino turístico consolidado, mediante reestruturação econômica, marketing promocional, implantação de infraestrutura urbana e turística – especialmente - qualificação de mão de obra e captação de negócios e de investimentos turísticos para o Estado, sendo a SETUR órgão coordenador e executor do PRODETUR no Ceará (CEARÁ, p.2, s.d.).

Com o passar dos anos, o turismo no Ceará se tornou mais forte e hoje concentra o maior fluxo turístico do estado na capital Fortaleza, que, por consequência, concentra a maior receita. A demanda turística do interior tem aumentado bastante, sobretudo em municípios litorâneos em condições de receber adequadamente fluxos. A transformação ocorre pelas políticas de

investimentos públicos no interior para desafogo de concentração da capital, interiorização do turismo e divisão de receitas de demanda turística (CEARÁ, s.d.).

Do ponto de vista do espaço geográfico, o potencial turístico do estado está demarcado em 12 macrorregiões turísticas. Icó também está incluído em uma dessas regiões, a do Centro Sul/Vale do Salgado, e está próximo de outras duas: Cariri e Vale do Jaguaribe (Figura 25).

Figura 26 – Regiões turísticas do estado do Ceará



Fonte: Mapa do Turismo Brasil, 2019-2021. Elaborado por Daiane Uinnes Faustino.

A intenção é que cada região se torne especializada em polos e roteiros turísticos, na perspectiva da geração de oportunidades de empregos e negócios para o desenvolvimento do Ceará, ao tempo em que procura resgatar e preservar o patrimônio histórico, cultural e ambiental (CEARÁ, s.d.).

O que vemos é que esse fluxo ainda atinge Icó de forma bastante tímida. Em pesquisa divulgada pela Setur, os principais destinos na preferência dos turistas em 2016, excluindo o litoral de Fortaleza, são: Caucaia, Aquiraz, Aracati, Beberibe, Jijoca de Jericoacoara, Paracuru e Paraipaba que, semelhante à Fortaleza, tem sol e praia como principal segmento turístico. Icó ainda não aparece no ranking dos 19 municípios mais visitados do Ceará, estando presente na categoria “outros” (CEARÁ, s.d.).

De acordo com estudos e pesquisas desenvolvidas pela Setur (s.d.), apresentadas no documento “Evolução recente do Turismo no Ceará 2006/16”, verifica-se que o produto turístico do Ceará tem como componentes predominantes os segmentos de sol e praia, eventos e negócios, visitas a parentes/amigos e religioso. Os componentes cultura e compras são considerados de cunho transversal ou complementar. É dito que no caso do turismo cultural essa visitação não acontece por razões de natureza histórica, mas o estudo não especifica quais são as razões; já o turismo de compras não ocorre por questões socioeconômicas, também não especificadas. O documento apenas conclui que esses segmentos ainda não exercem um poder de atração marcante na demanda que o Ceará capta. As demais motivações, como o ecológico, o turismo arqueológico e esportes de aventura ainda são de pouca representatividade (CEARÁ, s.d.).

De um modo geral, em 2016, cerca de 84,6% das preferências dos turistas foram marcadamente direcionadas para as localidades litorâneas, 10,9% para as Serras e 7,3% para o Sertão. A movimentação no Ceará no período analisado cresceu 21,2%, sendo Litoral com 27,5%, Serra com 4,4% e o Sertão teve um decréscimo de - 8,62% (RIBEIRO, 2018).

Com base na Figura 25 e a partir das informações apresentadas sobre os destinos mais visitados, o turismo cultural, mesmo sendo um segmento complementar, a partir de políticas estaduais de desafogamento e redirecionamento dos fluxos turísticos, Icó pode se beneficiar dessas políticas, pois está em uma região turística de Serra, que recebeu 7,3% do fluxo turístico em 2016. O município também está próximo de outras duas regiões, o que pode vir a servir como uma espécie de impulsionador do turismo da região, já que as regiões podem trabalhar para se conectar umas às outras e se tornarem mais atrativas aos turistas. Diante disso, presume-

se que visitantes vão chegar à cidade, e esta necessita entender como vai se preparar para receber esse fluxo e de que modo ele vai impactar sua realidade, que ainda não tem uma infraestrutura desenvolvida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação humana na construção do espaço geográfico e a articulação entre povos foram responsáveis pela produção da narrativa histórica da cidade de Icó. Dessa narrativa histórica percebemos que as raízes culturais da cidade estão pautadas nos grupos humanos que compõem o cenário da colonização, quer dizer, são os índios, negros e europeus que tinham papéis sociais bem demarcados naquela época.

A produção cultural alinhada aos recursos naturais criou no território as referências culturais que são usadas no modo de vida sertanejo. A condição de vida do nordestino icoense está expressa nas disputas pelas terras e no seu uso, no modo de organização do núcleo urbano, nos fenômenos climáticos e nas crenças religiosas e populares e suas celebrações.

Dos grupos humanos que fazem parte da identidade da cidade, a figura do colonizador se sobrepõe às do índio e do negro. As fontes históricas contêm um melhor detalhamento do modo de vida do colonizador, enquanto que maiores informações sobre os demais grupos não se encontram com a mesma facilidade ou são inexistentes.

O patrimônio de Icó abrange toda essa diversidade e nele estão presentes, acentuadamente, as características da cultura sertaneja. Ainda assim, as políticas de preservação cultural não são capazes de salvaguardar toda essa produção. Daí vem a importância do protagonismo da comunidade na manutenção e divulgação desse patrimônio e a necessidade de que essa população esteja esclarecida quanto às suas origens e ao seu patrimônio. Como é possível querer conservar um patrimônio sendo que não existe uma consciência básica desta concepção?

O lugar está repleto de hábitos, crenças e tradições que remetem à essa cultura sertaneja, que foi moldada pelos fatores naturais e pelos sistemas de produção pecuário e de algodão. O patrimônio histórico-cultural está amparado nas edificações do século XVIII e XIX, que representam o fazer humano desta época em que o território do Ceará começou a ser colonizado e assim também são representativos para a história do Brasil.

Porém, quando se “oficializa” um tipo de patrimônio se corre o risco de indiretamente desvalorizar os demais. O tombamento desses bens acentua o seu caráter “oficial”, o que abre espaço para um possível não reconhecimento dos demais patrimônios locais, e as políticas

públicas que têm a função de organizar a vida social no espaço geográfico acabam por não abranger completamente a sua complexidade.

O ideal é que toda manifestação cultural que remete à identidade de um lugar e de um povo possa ter o seu direito de conservação assegurado, contudo os meios para isso devem partir da comunidade que, caso não tenha recursos para tal, pode recorrer aos órgãos institucionais e públicos. Mas em uma população (e país) que vive com dificuldades econômicas tais práticas tornam-se mais difíceis.

O ideal é que primeiro o Estado ofereça adequadamente as condições básicas de qualidade de vida à população para que se tenha melhores condições de lidar com o patrimônio. É claro que isso não é uma regra, comunidades desfavorecidas podem ser capazes de ter grande consciência do seu patrimônio e desenvolver maneiras de preservá-lo, mas não é essa a realidade ampla.

Atualmente, em Icó percebe-se que em geral o discurso do uso do patrimônio histórico-cultural pelo turismo é uma significativa saída para o desenvolvimento local, mas tal discurso não pode ganhar um espaço maior do que lhe é devido, afinal, trata-se de uma região que precisa ainda de outras resoluções políticas mais urgentes, como educação, saneamento básico, segurança, acesso à internet e telefone, diversificação da sua produção etc. Atribuir uso turístico ao patrimônio histórico-cultural em um local que não tenha um significativo fluxo que mantenha esse uso pode gerar graves problemas, como tornar a área tombada um “não lugar” e impossibilitar ainda mais a preservação desses bens.

Mesmo em locais que tenham um fluxo significativo de turistas essas áreas podem ser de interesse do capital e este pode se apropriar do local, e a comunidade não usufruir dos bens. Pode até acontecer uma “*fetichização*” da paisagem, o que a tornará artificial e não representativa da singularidade do lugar.

As políticas de preservação cultural em Icó não foram de cunho participativo e os tombamentos foram realizados de forma estritamente técnica. Existe o reconhecimento do Iphan sobre isso e este realiza na cidade ações de educação patrimonial com o objetivo de ser um instrumento que fomente a preservação desses bens por parte da população.

Vemos que em Icó no âmbito do território estão contidas as referências culturais sertanejas: nos hábitos do lugar, fazeres, crenças, histórias e tradições. Assim, a paisagem

cultural é singular, pois é a simbiose entre a cultura produzida no território e os seus elementos naturais.

As possibilidades de patrimônio imaterial são enormes, a exemplo da produção do charque — também chamado de carne de sol ou carne de jabá —, ou seja, como acontece a sua produção atual? Ela ainda carrega em sua forma de produção elementos distintos da época de sua criação? O baião de dois, a buchada, a rapadura, a forma de assar a castanha do caju, enfim, são inúmeras as possibilidades. Como discutido, o conceito de patrimônio é amplo e cabe às comunidades detentoras desses bens ou saberes o interesse em conservá-lo e divulgá-lo para usufruto do turismo ou não.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. **Diário oficial da união**. Poder executivo, Brasília, DF, 5 mai. 2009. Seção 1.

_____. Artigo 216. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Site do Senado Federal. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/ind.asp> Acesso em: 6 ago. 2020. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988.

_____. Ministério do Turismo. **Inventário da Oferta Turística: estratégia de gestão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das letras, 1982. Tradução: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti.

BARBOSA, Honorio. Cidade de Icó ganha casa do patrimônio. In: **Diário do Nordeste**. Fortaleza: verde mares, 2017. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/cidade-de-ico-ganha-casa-do-patrimonio-1.1809217>> Acesso em: 10 out. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no / do Mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CAMARGO, Patricia; CRUZ, Gustavo. **Turismo Cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências**. Ilhéus: Editus, 2009.

CEARÁ. Secretaria Estadual de Turismo. **Evolução recente do turismo no Ceará 2006/16**. Ceará: SETUR, (s.d.).

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

DUTRA, Maria Vitória de M. **Centro Nacional de Referência Cultural: o desconhecido acervo consagrado**. Rio de Janeiro: Iphan, 2017. Dissertação de mestrado.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 1^a ed. (p. 59-79).

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Iphan, 1997.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1990. Tradução brasileira, 1991.

GIL, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: editora Atlas, 2008. 6^a ed.

GIOMETTI, A; PITTON, S; ORTIGOZA, S. Conteúdos e didática em geografia: **Leitura do espaço geográfico através das categorias: lugar, paisagem e território**. São Paulo: Unesp/UNIVESP, 2012.

HOWLETT, M; RAMESH, M; PERL, A: Atores no processo de tomada de decisão. in: **Política Pública: seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 3^a ed.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO ESTADO DO CEARÁ (IPECE). **Perfil básico municipal 2012**: Icó. Fortaleza: IPECE, 2012.

IPETURIS. Estudo de mercado dos polos turísticos do Prodetur Ceará nacional do estado do Ceará. Produto 3 – Estudo de Demanda Atual. São Paulo: Ipeturis, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Construindo Icó**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011. 1^a ed.

_____. 4^a COORDENAÇÃO REGIONAL DO. **Icó, estudo para tombamento federal**. Icó: Iphan, 1997. Vol. 1.

_____. DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília: Iphan, 2000.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LIMA, Miguel Porfirio. **Icó em fatos e memória**. Icó: 1995, vol. I e II.

LIMA, Maria Cacilda Ferreira. **O patrimônio cultural e a potencialidade do turismo na cidade Icó**. Juazeiro do Norte: Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, 2018.

NASCIMENTO, José Clewton do. **Uma princesa ‘tombada’ às margens do rio salgado: dinâmica urbana e ações preservacionistas na cidade de Icó, CE**. Dissertação de Mestrado. Salvador: PPGAU-UFBA, 2002.

OLIVEIRA, L, A, D; QUEIROZ, P, R, C; SILVA, A, T, D. Diálogos sobre o patrimônio: práticas extensionistas realizadas pela UFCA em Icó-Ce. **Revista homem, espaço e tempo**, Sobra, v. 11, n. 1, p. 42-54, 2017.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de. **Rerratificação do tombamento conjunto arquitetônico e urbanístico na cidade de Icó**. Brasília: Iphan, 2014.

PAES-LUCHIARI, W Tereza D. Centros históricos - mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. **GEOgraphia**. Campinas: UNICAMP, 2006. Ano 7, Nº 14, p. 43-58.

PEIXOTO, Paulo. Requalificação urbana. In: **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Almedina, 2009.

PIRES, Mario Jorge. Gestão de Cidades Históricas para o Turismo: questões teóricas e práticas. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 67-76, nov, 2003.

PEREIRA, Cláudio. Entrevista concedida a Kennya Rayane Barbosa dos Santos. Icó, 27 out. 2020. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “A” desta monografia]

RIBEIRO, Anya. Estudo setorial especial – turismo parte I. In: **Projeto Ceará 2050**. Fortaleza: fastef, 2018.

SANTOS, Francimário Vito dos. Trajetória, descentralização e aproximação: as políticas de preservação do patrimônio cultural imaterial no âmbito do plano de ação para as cidades históricas Pac/Ch. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2011, Rio de Janeiro. **Desafios**: os campos da formação em gestão cultural e da produção de informações.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: edusp, 1996.

_____. **Por uma geografia nova**. Da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: edusp, 2004. Coleção Milton Santos 2, 6^a ed. 1^a ed. 1979.

SMITH, VALENE L. **Hosts and guests**: the anthropology of tourism. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2^a ed. 1989.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 1^a ed. 1939.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convenção para Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**: recomendação Paris. Paris: UNESCO, 2003.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA – SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

1 - Servidor Municipal:

Cláudio Pereira, Coordenador de Cultura e Turismo de Icó.

1) Quando se fala no turismo cultural em Icó quais os principais produtos turísticos que vem a sua mente? Em sua opinião, essa é uma imagem geral que a maioria (moradores e turistas) atribui aos produtos turísticos na cidade?

a. A imagem que vem na minha cabeça quando se fala em turismo cultural e local, é uma imagem bem tensa, se pudéssemos ver as ruas de Icó ainda mais visitada ou se o nosso patrimônio histórico e arquitetônico sendo trabalhado a todo vapor, e nós temos uma grande intensidade de pessoas vindo até Icó, mas essa mesma imagem não se reflete na maioria da população. Infelizmente, muitas pessoas ainda não se atentaram para a importância e valor que tem o patrimônio histórico que nós temos.

2) O turismo cultural é o segmento de maior relevância na cidade, ou existem outros segmentos importantes: ecoturismo, religioso, turismo rural?

a. O nosso turismo cultural, arquitetonicamente falando, com todas as manifestações culturais, a nossa culinária, patrimônios materiais, imateriais e naturais, tem uma relevância imensa. Nós recebemos milhares de pessoas por ano, principalmente estudantes e pesquisadores, além de turistas comuns que vem de várias partes do Brasil e do mundo, por conta da influência portuguesa e francesa na nossa arquitetura.

b. Porém, o nosso turismo religioso também é muito ativo, principalmente no fim do ano, no período de setembro a dezembro, onde recebemos milhares de turistas.

c. Também temos o Forricó, que ocorre no meio do ano, que dispensa comentários. São 4 dias de festa na Praça Principal (Praça do Largo do Theberge, ou como conhecido popularmente, Praça do Forricó), onde recebemos em torno de 20 e 30 mil pessoas por noite, dependendo das atrações musicais que vem se apresentar aqui.

3) Existe acompanhamento estatístico e pesquisas sistemáticas sobre o perfil do turista que vem a Icó, se são mais regionais, nacionais ou estrangeiros? Qual o peso desses diferentes fluxos no local? Eles vêm em busca do quê? Quanto tempo permanecem na cidade e as atividades que realizam? Quais os meios de hospedagem que ele busca? Qual a capacidade atual dos leitos da cidade é compatível com o fluxo de turismo? Atualmente, como se estrutura o transporte? Quais os meios de transporte mais usados pelos turistas para chegar na cidade e se deslocar nela?

- a. Não existe uma pesquisa específica que possa determinar o perfil dos nossos turistas, mas nós temos um controle na Secretaria do Desenvolvimento Econômico Cultura Turismo de Icó, onde as pessoas vêm e assinam um livro de presença e são registrados em fotos. E por esses registros, o maior perfil são realmente de estudantes e pesquisadores universitários, arquitetos e urbanistas, que vem para fazer pesquisas e estudos de campo, e para trabalhos de conclusões de cursos, pois a história de Icó é muito bem trabalhada em monografias e artigos.
- b. Sobre os meios de hospedagens que os turistas buscam, eles buscam um espaço confortável que supram suas necessidades, que sejam próximas ao centro histórico da cidade, que tenha uma gastronomia diversificada, principalmente regional, e nós temos vários espaços que oferecem isso. A capacidade atual dos leitos da cidade, é bem compatível com o fluxo de turistas, além de termos hotéis e pousadas, que acredito a 300 leitos, alguns, com quarto duplo ou triplo. A secretaria de cultura sempre está fazendo esse mapeamento, e existe algumas pessoas que tem casa para alugar durante o período de forrico, com turistas que passam até 6 dias aqui para se divertir. Um hotel chamado Ribeira dos Icó é um dos que mais tem a cara do nosso patrimônio, com vários quadros expostos que contam a nossa história, além da gastronomia que eles produzem a nível regional, como já é sugestivo. Esse hotel é um dos primeiros da nossa região, e o nome Ribeira dos Icos já sugere isso, pois é baseado nos índios chamados de Icos, que faziam parte do povo de Cariris, e a ribeira por estar localizada na beira do Rio Salgado, que é o rio que corta a nossa cidade.
- c. No que diz respeito a estrutura de transporte de Icó, ela é muito boa. Principalmente porque somos cortados pela Rodovia BR-116, pela CE-282. Além disso, temos uma empresa chamada Glessy Turismo, que tem o trabalho de fazer o traslado das pessoas que vem e querem ir para outro local.
- d. Porém, a maioria dos nossos turistas vem em transportes particulares ou fretados, como ônibus vans que vem para cá, conhecer os nossos patrimônios. Então, quando eles avisam

antecipadamente, nós preparamos uma pessoa para recebê-los e mostrar a região. Nós temos um receptivo turístico, que fica localizado na Casa de Cultura de Icó Mariinha Graça. Lá eles recebem todas as informações e folders, onde eles conhecem o nosso tour já definido para visitar os prédios e direcionamos as pessoas da melhor forma possível, para que todas as demandas dos turistas possam ser atendidas.

4) Quais os atrativos que recebem mais visitas?

- a. Os atrativos que recebem mais visitas, aqui em Icó, como eu disse antes, são o Patrimônio arquitetônico que nós temos; o Teatro da Ribeira dos Icós; a antiga casa de câmara e cadeia, que hoje é o Centro de Arte e Cultura Prefeito Aldo Marcozzi Monteiro; as igrejas, todas no estilo barroco; e alguns casarões e sobrados ao redor da cidade, onde a maioria são particulares, mas graças a Deus, quando os proprietários são comunicados com antecedência, são muito receptivos e abrem as portas para receberem os turistas.

5) Existe um plano de turismo ou algum estudo que direcione as ações deste setor na cidade?

- a. Nós temos um plano municipal tanto de cultura, quanto de turismo. Depois de muito tempo, esse plano precisava ser reestruturado, e hoje não está mais atualizado. Porque, por conta das mudanças que estavam acontecendo, a gente precisava deixar o nosso plano mais acessível e dentro da realidade daquilo que a gente espera. Mas sim, nós temos um plano que direciona muitas coisas no nosso município. Claro que ainda precisamos fazer muitas coisas, principalmente no trabalho de educação patrimonial, e que as pessoas entendam a importância que temos na área turística e cultural;

6) Quais as principais ações que o governo estimula na cidade para promoção do desenvolvimento do turismo? Essas ações contam com a participação de um conselho de Turismo (COMTUR)? O mercado e a sociedade civil organizada participam de ações de desenvolvimento turístico local ou regional?

- a. Algumas ações são desenvolvidas, em sua grande maioria, pela gestão municipal, que vão desde a produção de folders, alimentação de sites que estimulam os moradores e turistas a ficar por dentro das potencialidades que o município dispõe, turisticamente falando. Nós

temos o centro histórico, a Barragem Açude Lima Campos, as peixadas, carne de sol com baião e paçoca. Também sempre estamos estimulando o artesanato, onde temos uma associação chamada Aproarti (Associação dos Produtores de Artesanato, Gestores Culturais e Artistas de Icó), que está na 25º posição no ranking de programas de artes mais procurados no país.

- b. Nós também possuímos a responsabilidade de criar programas que estimulam os moradores e os turistas, para que eles tenham uma visão bem ampla do que é o Icó, turisticamente falando. Durante os dias eles visitam os patrimônios, vai ao Lima Campos, degustam da nossa culinária, e a noite também tem alguns atrativos de apresentações culturais nas mais variadas linguagens, além também, dos bares do centro histórico onde os turistas podem ir e receber os ventos do Aracati, que é como a gente chama a brisa que vem da cidade de Aracati, a cidade litorânea mais próxima de Icó, e por volta das 19 ou 20h, vem aquele vento que passa pela planície até os rincões de Icó.
- c. Então nós sempre estimulamos as pessoas a se moldarem e ficarem aptos para receber os turistas, seja na hotelaria, lojas, bares, enfim. Nós também estimulamos algumas atividades em grupo, como o Amicó (Associação de amigos de Icó) etc.

7) Tem conhecimento de alguma ação de promoção da atividade turística que é idealizada pela sociedade civil ou instituições privadas, ancoradas no patrimônio cultural?

- a. Existe sim algumas ações e promoções de atividades turísticas desenvolvidas pela sociedade civil, e principalmente de algumas instituições. Como explicado anteriormente, temos a Amicó que promove a Festa do Vaqueiro todos os anos. Temos o Festival Icoseiro que promove um evento que traz atrações a nível internacional, e é um dos maiores eventos multiculturais do Nordeste.
- b. Além disso, tínhamos há pouco tempo um grupo chamado “De olho no patrimônio Icoense”, que pessoas da sociedade civil, que faziam um trabalho de educação cultural de preservação do nosso patrimônio. Todas essas ações recebem o apoio por parte da gestão municipal da prefeitura, sempre que requisitado o auxílio na questão de logística e divulgação.

8) Os moradores da cidade geralmente se mostram abertos a atração de turistas ou a presença de visitantes causa algum tipo de conflito? Por exemplo, quando ocorrem festas a população se mostra receptiva ou receosa do fluxo de visitantes que chega para a celebração? A infraestrutura da cidade fica sobrecarregada, isso já aconteceu?

a. A população de Icó é muito receptiva. É uma sociedade que aos poucos vai percebendo a grandeza que temos. O nosso maior patrimônio é o povo de Icó. E sempre que os turistas vem em período de festas como o Forricó, final de ano e outras datas comemorativas, a nossa população fica fervorosa e é muito participativa, ativa e receptiva tanto com os familiares que retornam à cidade, quanto com os turistas comum, que criam um laço maravilhoso com a nossa cidade, que a gente fala que só existe aqui.

9) Icó conta com poucas agências de viagens, as quais não oferecem pacotes que trazem pessoas para conhecer o município. Existe um diálogo com essas agências para que possam de alguma forma desenvolver um produto voltado a Icó, que ajude na divulgação da cidade e dos seus atrativos? Qual a relação da secretaria com essas empresas?

- a. Aqui em Icó, infelizmente até o momento, existe apenas uma agência de viagem, mas que atua com enorme destreza em acolher e ofertar pacotes de viagens, que estejam condizentes com a realidade do público que vem nos visitar.
- b. Nós sempre estamos em contato com essa agência e principalmente com a SeTur (Secretaria do Turismo do Ceará), que sempre direciona os turistas para o litoral, principalmente por conta das belas praias. Mas o Icó também está inserido no mapa turístico do SeTur, então isso nos ajuda, por já direcionar alguns turistas para conhecer o interior do Ceará, como Sobral, Aracati etc.
- c. E quando os turistas chegam, normalmente se encantam com a beleza que nós temos, que é única do Brasil e no Mundo. Aqui nós temos o teatro mais antigo da história do Ceará, a zona rural, que ainda é pouco explorada, nós estamos conscientizando os moradores das grandes e antigas fazendas de gado, cana de açúcar, que tem uma cultura muito grande, mas ainda que não foi desvendada

10) É do conhecimento da secretaria alguma ação que essas empresas realizam que tem relação com o patrimônio da cidade? Por exemplo, o edifício histórico, antigo Hotel Pavão, que fica no centro da cidade e está em processo de decadência, pois não é alvo da política de preservação do IPHAN (apesar de estar dentro do perímetro de preservação), não é alvo de interesse deles? O plano de transformar o espaço em

restaurante está em andamento? Na cidade, qual é o meio de hospedagem que mais remete ao ambiente cultural de Icó? (um lugar em que o turista possa se hospedar e sentir a cultura da cidade, na sua comida, na maneira como a empresa usou elementos culturais incrementando os seus serviços?)

- a. Falando sobre o Hotel Pavão que está dentro da pergunta 10, o hotel era uma antiga fazenda de pouso para viajantes que passavam pelo Icó, pois antes o Icó era um local central, hoje uma cidade central, para qualquer lugar do país que você fosse. Tanto que é cortada pela Rodovia Santos Dummond, uma rodovia federal, e pela CE-282. Portanto, muitas pessoas que passam pelas rodovias, acabam passando por Icó, e podem passar por dentro do sítio histórico para fotografar e conhecer, enfim.
- b. Então, o Hotel Pavão, a maioria das pessoas que passam por aqui, gostam de ir até lá para tirar fotos, mesmo estando cercado por um espaço gigante, que no caso é um terreno, que hoje pertence a terceiros. Hoje o proprietário, apesar de nascer em Icó, hoje não reside aqui, pretendeu transformar o terreno em um restaurante ou posto de gasolina, porém desistiu.
- c. Então hoje existe esse diálogo entre o Iphan, a Secretaria de Cultura e esse empresário, para ele não demolir o prédio, e sim para que ele preserve o local para manter as suas características do período colonial. Mas ele deixou lá, e hoje está parado. Vai passando o tempo e percebemos que o local está ficando em ruínas, mas torcemos para que ele tenha consciência e passe a preservá-lo, pois o local faz parte do sítio histórico do Icó. A poligonal, ou seja, a demarcação do sítio histórico é muito extensa. Então nós temos o sítio histórico que é tombado nacionalmente desde 1998, e nós temos o entorno do sítio histórico. Então, tudo o que for feito de modificação no local, tem que passar pelo Iphan, que é o órgão fiscalizador.

11) Quais os estabelecimentos de alimentação mais frequentemente escolhidos por turistas? E quais são usuais da população? Existe diferença entre esses locais? Quais os pratos típicos da cidade? É fácil para o turista ter acesso a eles? A culinária local e regional pode ser entendida como um bem cultural/um patrimônio? (se sim) Em que medida isso integra os programas de turismo na região?

- a. Sobre a pergunta número 11, temos alguns estabelecimentos que são frequentados e procurados, como o Cabana's Grill, o Varandas Bar e o restaurante do Monte, que são os restaurantes mais frequentados da região. E nós temos também, uma comida bem procurada,

que todos os turistas gostam, que são as peixadas do Lima Campos, que é um distrito que fica aqui próximo. Durante os dias eles vão aos balneários de Lima Campos, porque durante esse período de seca e pandemia, está sendo pouco frequentado, e nenhum turista está vindo, o que a gente entende, pois não podemos receber grandes comitivas. À noite nós temos a carne de sol com baião de dois e paçoca, do restaurante Deca Denovo, e todos esses restaurantes são acessíveis e fáceis de encontrar.

b. Sobre a resposta 11, temos também alguns restaurantes de pequenos portes que tem as comidas mais tradicionais, como as paneladas, buchada, sarapatel, então esses estabelecimentos ficam no centro da cidade, principalmente no mercadão público, que fica também no centro, e são muito frequentados pelos moradores locais e também pelos turistas que vem e pernoitam e que no outro dia, já começam o dia tomando como café da manhã a buchada, a panelada, enfim.

12) Ao chegar a Icó, o turista é bem acolhido? Como acontece essa recepção, existe um centro de informações que possa auxiliá-lo durante a sua estadia? Caso sim, como se informa sobre atrativos culturais, quais recursos se utiliza (publicações, mapas impressos, guias, aplicativos)? Existe na cidade o serviço de Guia Turístico, ou seja, um profissional que trabalha guiando grupos?

a. A questão 12, os turistas que vem eles são sempre bem acolhidos, a receptividade da população e do poder público tem sido exemplar. Na sede da secretaria do desenvolvimento econômico cultura turismo aqui de Icó, temos o receptivo turístico, onde os turistas são direcionados, sempre que procuram por informações, quando eles vem com antecedência a gente já direciona para esse receptivo que fica na secretaria da cultura, que fica dentro do Centro Histórico, bem no “miolo”, como a gente fala. E lá nós temos os guias que são os memorialistas, Claudio Pereira (que é quem está falando), o Seu Altino Afonso, que é um grande convededor da nossa história, além de outros historiadores que concluíram o nosso curso recentemente, e estudaram bastante sobre a história da nossa cidade, e continuam nos acompanhando para poderem estar se apoderando mais da nossa história com detalhes, para no futuro próximo eles conseguirem receber os turistas, estudantes e as pessoas que vem para conhecer a nossa história. Lá, nós também temos vários folders que tem a história de Icó, como os hinos, leis e tudo sobre a nossa cidade.

13) A cidade conta com grandes eventos ao longo do ano: Forricó, Festa do Ano, Festa do Senhor do Bonfim, entre outras. Como o município se prepara para a realização desses eventos? São as épocas do ano de maior fluxo turístico? Como a cidade utiliza essa oportunidade para divulgar o seu patrimônio histórico cultural e agregar outras atividades complementares para que o turista possa realizar ali?

- a. Sobre a pergunta 13, no Icó temos grandes eventos, que iniciam em janeiro com as atividades religiosas alusiva a São Sebastião, que é o padroeiro do distrito de Lima Campos, um distrito próximo a Icó e milhares de pessoas participam diariamente dos novenários.
- b. Nós também temos as festas dos vaqueiros, os festivais de quadrilhas de junho, do São João de São Pedro, onde tem muita participação. Nós temos o Forricó que sempre acontece na segunda semana de julho, uma festa muito tradicional, que recebemos de cerca de 120 a 130 mil pessoas, durante as 4 noites do forricó.
- c. E nós também temos, a partir de setembro as atividades religiosas que são muito intensas, de Nossa Senhora do Rosário, dos homens pretos, de Nossa Senhora de Conceição do Monte, de Nossa Senhora de Expectação, que é a padroeira de Icó, e do Senhor do Bonfim, que é a festa de maior expressão religiosamente falando, é a 3º maior festa religiosa do Ceará e que milhares de pessoas vem aqui todos os anos para participar, pois a festa do Senhor do Bonfim se dá a partir do dia 22 de dezembro e se estende até o dia 6 de janeiro de cada ano, onde temos o ponto marcante que é o dia 1º de janeiro, onde a imagem do Senhor do Bonfim sai pelas ruas levando proteção e benção a todas sociedade, tanto urbana quanto rural. E é um momento de muita emoção e agradecimento, de expressão de fé e religiosidade. E ao final dessa forrico procissão tem a grande queima de fogos, por volta das 19h30 da noite, as vezes 10h30 quando a imagem retorna ao Santuário do Senhor do Bonfim, existe a grande queima de fogos que dura de 8 a 10 minutos, que a gente chama de fogo sagrado. E no dia 6 de janeiro, temos a subida da imagem, que a gente chama de ascensão que a imagem do Senhor do Bonfim fica exposta do dia 1º ao dia 6 em exposição na igreja para que os fiéis possam ir lá visitar, e no dia 6 às 18h ela sobre ao seu trono sagrado, que é o altar-mor e esse é outro momento de muita emoção para todos que aqui vivemos.
- d. E paralelo a essas festividades, sempre após os novenários do Senhor do Bonfim, nós temos a realização do Icoseiro, que é um festival nacional, e hoje até internacional, pois recebemos artistas de outro países e é realizado pela Amicó com parceria pela prefeitura, que é realizado em vários espaços ao mesmo tempo, como na praça do Thebege, ou no teatro da ribeira dos

Icós, como na antiga casa de câmara e cadeia, como na casa de cultura Mariina Graça e bem como no sobrado do canela preta.

14) Além das festas, que outras formas de entretenimento existem na cidade?

a. Na resposta 14, os outros entretenimentos que temos aqui, são os balneários de Lima Campos que são bons, tem algumas chácaras que são disponibilizadas para as pessoas poderem ir e conhecer, temos agora com mais ênfase o eco pedal, que as pessoas estão fazendo bastante, e algumas apresentações artísticas, que nós temos principalmente aos finais de semana. Então são algumas das opções de entretenimento que temos aqui, isso sem falar os bares aqui com músicas ao vivo, com a culinária boa.

15) Há outro assunto que envolva turismo e patrimônio na região que queira comentar que acredite que vai contribuir para essa pesquisa?

a. E a 15, onde pergunta se tem outros assuntos que possam contribuir com a pesquisa, eu acredito que você já tenha pesquisado algo sobre o Icó, obviamente. Então essas perguntas que foram orientadas a mim, são perguntas bem interessantes e que a gente vai tentar ajudar. Espero que tenha suprido a sua demanda.

b. Mas o Icó ele é um museu a céu aberto. Nós temos uma arquitetura do século XVIII e XIX maravilhosa e única no mundo. Então são igrejas, teatro mais antigo do Ceará e 5º no Brasil, nós temos a Casa de Câmara e Cadeia que durante a revolução, confederação do Equador, muitos e muitos irmãos nossos Icoenses morreram lá, pela repressão do império. Foi nesse local que a ícone do Ceará, Barbara de Alencar, que foi uma das revolucionárias durante a confederação do Equador, ela e seu filho foram presos na cadeia do Icó, antes de serem recambiados para fortaleza (no caso, ela), enquanto o filho foi para a antiga Jaguaribara e depois foram assassinados.

c. Nós temos outros grandes atrativos como as fazendas na zona rural de Icó, onde tem resquícios de casa de farinha e alguns engenhos de casas de açúcar a alambiques que hoje estão desativados, por conta do período de estiagem pois não choveu durante o bom tempo e dessa forma as pessoas não puderam dar segmento no seu trabalho.

d. Nós temos muitos personagens que se destacaram na história do Brasil, alguns inclusive na Academia Brasileira de Letras, como o Heráclito Graça, que foi um grande expoente, filósofo, jurista e advogado, que teve uma participação bem ativa na elaboração e

promulgação da lei do ventre livre, que é aquela lei onde todas as mulheres que tivessem sido escravas e tivessem filhos, os filhos já nasceriam livres.

- e. Temos também o Nogueira Accioly, que foi governador do Ceará durante 3 mandatos, e foi quando ocorreu a oligarquia aciolista, que não foi muito positiva para o Estado porque ele buscou apenas interesses próprios, mas ele se destacou também a nível nacional.
- f. Nós temos a Ana Nogueira Batista que foi uma grande escritora e defensora durante aquele período junto ao pai, que mesmo pequena viveu aquele período da libertação dos escravos no Icó, que muitos dizem que a redenção do Ceará, pois fomos a primeira cidade a abolir a escravatura no Brasil. Na realidade, a abolição antes se chamava “Acarape” em 1883. Só que era apenas um distrito que se chamava Acarape, e não uma cidade ainda, e Icó e 25 de março de 1883 libertou mais de 200 escravos, então o Icó é a primeira cidade no Brasil a abolir a escravatura.
- g. Nós temos a Adília de Albuquerque Moraes, que foi uma das mulheres, junto com a Ana Nogueira Batista, que são duas das 500 mulheres mais influentes do Brasil de todos os tempos, e isso para gente é uma grande honra. Além da Glória Dias, uma mulher fazendeira poderosíssima e riquíssima junto a sua família.
- h. Nós também temos o Barão do Crato, que é filho do Icó mas só pôde adquirir o título do Crato, que era também uma vila muito importante naquele período, que se comprava um título ou recebia uma comanda por parte da coroa, porque o Icó que já era cidade na época e tinha o seu próprio Barão, o Francisco Fernandes Vieira, e aí eles tinham uma disputa por poderio, as duas famílias (Brandões e Fernandes) e ele adquiriu, o Bernardo Duarte Brandão, o título de Barão do Crato, e dessa forma o Icó ficou com dois barões. E várias outras pessoas influentes também, como o Tristão de Alencar Araripe, que nasceu aqui, e é isso.
- i. O Icó é um celeiro de novos artistas, e nós temos uma potencialidade enorme nas mais variadas linguagens culturais e artísticas. Por isso, já lhe convidou de antemão a conhecer a nossa Icó a trabalho ou passeio. Junte uma turma e conheça Icó, que é considerada a princesa do sertão, porque o Icó, durante um período do ciclo do colho do charque, foi considerado a cidade mais comercial de toda a província.
- j. Então o Icó se tornou a princesa do sertão por essas características de um apogeu, de uma grande fortuna europeia. Depois nós tivemos a época da decadência, por conta da cólera-morbo, que foi de 1862 que ela apareceu aqui e dizimou 1/3 da população, e muitas outras pessoas tiveram que ir embora. E depois nós também tivemos a seca dos três setes, que durou de 1877 a 1879, que aí mais da metade do rebanho bovino, que era uma das principais fontes

de riqueza do Icó, também veio a padecer, por causa da seca muito grande, a estiagem, e aí infelizmente o Icó entra numa decadência.

- k. E depois veio a ressurgir com todo o glamour, durante o período da cultura do algodão e do milho, tanto que se você ver o brasão do município, nós temos do lado um pendão de milho e do outro lado um pendão de algodão, que representa as riquezas após esse período que nós tivemos.
- l. No brasão nós temos também 6 estrelas que compreende os 6 distritos de Icó, a maior delas representa a sede, e as outras 5, representa o distrito de Lima Campos; o distrito de Icózinho; o distrito de São Vincente; o distrito de Pedrinhas / Serra Santa Cruz; e o distrito de Cruzeirinho.
- m. Embaixo nós temos duas mãos dadas, uma negra e uma branca, que representa a união do negro e do branco, que foi a libertação dos escravos daquele primeiro período, e em cima nós temos a coroa, que é da época como dito anteriormente, que foi da época que foi conhecida como a princesa do sertão, que é uma primazia que disputava com Aracati, mas que Icó foi contemplado.
- n. Talvez você também encontre um brasão com a data de 25 de outubro de 1842. Essa data representa o dia em que Icó recebeu a categoria de cidade, que era também de emancipação. Só que a data de emancipação do Icó foi corrigida há cerca de 3 anos, porque quando Icó passou para a categoria de vila, em 4 de maio de 1738, já tinha um senado, que era o equivalente hoje à câmara de vereadores, e já faziam algumas leis, algumas regras do Icó. Por isso, alguns especialistas junto a assembleia com historiadores e professores, eles entenderam que como já existiam um senado, então já existia uma certa autonomia, e fizeram essa correção. Então a data de emancipação passou a ser 4 de maio de 1738. Conheça o Icó, e venha se deliciar com as nossas histórias e as imensas lendas que temos aqui, com a nossa culinária, costumes e crenças.